

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

Tayane Lima Pedrosa Costa

**NÃO SÓ DE CAFEZINHO COM FARINHA VIVIA O HOMEM
MACAPAENSE:
A “boa alimentação” e o paladar macapaense (1940-1956)**

Brasília
2016

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

**NÃO SÓ DE CAFEZINHO COM FARINHA VIVIA O HOMEM
MACAPAENSE:
A “boa alimentação” e o paladar macapaense (1940-1956)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Jaime de Almeida

Brasília
2016

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

**NÃO SÓ DE CAFEZINHO COM FARINHA VIVIA O HOMEM MACAPAENSE:
A “boa alimentação” e o paladar macapaense (1940-1956)**

Banca Examinadora

Presidente: Jaime de Almeida (Orientador)

Eloísa Pereira Barroso (PPGHIS - UNB)

Albene Miriam Menezes Klemi (HIS – UNB)

Brasília
2016

AGRADECIMENTOS

Mesmo que viessem as mais belas palavras à minha mente nenhuma seria capaz de expressar toda a minha gratidão a todos que contribuíram com esta conquista. Todos aqueles que confiaram em mim mesmo quando nem eu confiei, que acreditaram no meu trabalho mesmo quando eu duvidei, que me deram uma palavra de carinho ou mesmo nem palavras emitiram emprestando-me seus ombros para chorar e seus ouvidos para escutar. Gostaria de agradecer nestas poucas e breves palavras às pessoas que indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação: em especial, à minha ex-professora Iza Vanessa, que me tranquilizou em momentos em que o desespero me tomava, e à Walkíria Oliveira por sua companhia e nossas horas de conversa nos poucos meses que convivemos dentro da universidade.

Quero agradecer da forma mais profunda e intensa à minha família, minha mãe Jacilene Costa, meu pai Damião Costa, meu irmão Tailson Costa e meu marido Robson Rodrigues que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e apoiando nas horas mais difíceis. A estas pessoas dedico todo o meu carinho e agradecimento. Quero agradecer profundamente também aos demais membros da minha família, de sangue e de coração, já que se eu me arriscasse a citar todos nominalmente, certamente esqueceria alguém, todos tiveram sua contribuição para que eu pudesse chegar até aqui. Quero agradecer também às minhas amigas Amanda Marques, Paula Calado e Cibelle Fortunato que, mesmo distantes, escutaram tantas vezes minhas lamentações, vibraram com minhas conquistas e me consolaram em momentos de tristeza e incerteza. Agradeço também às queridas Lorena e Ana Lúcia, psicólogas que me ajudaram e ainda ajudam no meu processo de autoconhecimento que se desencadeou com este trabalho.

Quero agradecer especialmente ao meu orientador Jaime de Almeida que aceitou o desafio de orientar este trabalho e que mesmo com todos os percalços sempre se manteve compreensivo e acolhedor, uma pessoa que me entendeu desde o início e que posso dizer que é um dos maiores responsáveis por esta pesquisa ter saído do papel. Quero registrar aqui todo o meu apreço e admiração pelo profissional com quem tive o prazer de trabalhar e agradecer por todas as sugestões sempre muito pertinentes e enriquecedoras. Agradeço também às professoras Albene Miriam Menezes Klemi e Eloísa Pereira Barroso por suas contribuições durante o exame do projeto, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa, e por aceitarem o convite de avaliar novamente este trabalho. Por fim, quero agradecer ao curso de Pós-Graduação em História da UnB, ao professor José Luiz Franco pelos meses iniciais de orientação e por me apresentar uma área da história até então pouco conhecida por mim, a História Ambiental, esses poucos meses de convivência foram muito enriquecedores; e gostaria de agradecer também ao senhor Jorge Villela que, desde o processo seletivo, sempre achou as melhores palavras para me ajudar.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso propagado pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS e pelo Governo do Território Federal do Amapá acerca da alimentação. E identificar a partir disso se ocorreram mudanças no paladar dos macapaenses com relação à alimentação, e se houve mudanças concretas nas práticas alimentares de parte dos moradores da cidade de Macapá a partir da implantação do Território Federal. Tendo a compreensão do que foi a política alimentar praticada pelo SAPS e pelo Governo Territorial, foi possível a compreensão de como essa “nova” alimentação foi proposta para a população; quem teve acesso a essas novas ideias; se a dita nova alimentação foi colocada em prática; quais eram as “velhas” práticas alimentares; em que medida essa “nova” alimentação proposta pelo Governo Territorial correspondia ao paladar da população macapaense. Esta pesquisa desenvolveu-se a partir da leitura e análise de algumas fontes documentais como as edições de 1945 a 1956 do jornal *Amapá*; também foram utilizados como fontes o Relatório das Atividades de Governo do Território Federal do Amapá (1946), o livro do médico nutrólogo Dante Costa *Alimentação e Progresso* (1951). Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com quatro ex-moradores do Território Federal do Amapá. Foi constatado entre outros resultados que a base da alimentação da parcela da população que já vivia por aquelas terras antes do Território permaneceu após sua instalação.

Palavras-chave: Alimentação; SAPS; Paladar; Nutrição; Amapá.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the discourse propagated by the Food Service of Social Welfare - FSSW and by the Federal Territory of Amapá on food. And to identify from this if there were changes in the palate of the Macapaenses regarding to food, and if there were concrete changes in the food practices of part of the inhabitants of the city of Macapá from the implantation of the Federal Territory. Having an understanding of the food policy practiced by the FSSW and the Territorial Government, it was possible to understand how this "new" food was proposed for the population; who had access to these new ideas; if the said new food was put into practice; what were the "old" food practices; to what extent this "new" food proposed by the Territorial Government corresponded to the palate of the Macapaense population. This research was developed from the reading and analysis of some documentary sources such as the editions of 1945 to 1956 of the Amapá newspaper; also the Report of the Activities of Government of the Federal Territory of Amapá (1946), the book of doctor nutrologist Dante Costa "Food and Progress" (1951). Semi-structured interviews were also conducted with four former residents of the Federal Territory of Amapá. It was found among other results that the basis of the feeding of the part of the population that already lived by those lands before the Territory remained after its installation.

Keywords: Food; FSSW; Palate; Nutrition; Amapá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Fachada do prédio do SAPS em frente à Praça da Bandeira no Rio de Janeiro -----	16
Figura 2 Fila para compra de gêneros alimentícios no Posto de Subsistência do SAPS -----	18
Figura 3 Visitadora do SAPS em visita à casa de uma família -----	19
Figura 4 Trabalhadores almoçando no Restaurante Central da Praça da Bandeira -----	20
Figura 5 Resultado preliminar de uma pesquisa com a castanha-do-pará feita pelo SAPS -----	21
Figura 6 Capa da primeira edição do Boletim do SAPS -----	29
Figura 7 Publicação do jornal A Manhã ilustrando um almoço no SAPS -----	30
Figura 8 Reportagem retirada do jornal A Manhã sobre um almoço no SAPS -----	31
Figura 9 Contestado Franco-Brasileiro-----	38
Figura 10 Ficha de inquérito alimentar-----	45
Figura 11 Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil -----	47
Figura 12 Capa do jornal Amapá, foto do encontro entre Janary Nunes e Getúlio Vargas -----	53
Figura 13 Aula de técnicas agrícola -----	56
Figura 14 Matéria do jornal Amapá dedicada a esclarecer a importância da boa alimentação -----	58
Figura 15 Frente da cidade de Macapá com a Fortaleza de São José em destaque -----	64
Figura 16 Frente da cidade de Macapá (foto sem data)-----	64

SUMÁRIO

Introdução -----	09
1. Diz o que comes e te direi quem és: a política alimentar do SAPS -----	13
1.1 Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS -----	15
1.2 A “boa alimentação” -----	22
1.3 Alimentação e Progresso -----	32
1.4 Alimentação e fome -----	34
2. Do cafezinho com farinha ao leite e frutas: a política territorial de alimentação -----	36
2.1 O Território Federal do Amapá -----	39
2.2 A alimentação na Amazônia -----	44
2.3 A “boa alimentação” na política territorial -----	48
2.4 Os meios utilizados pelo Governo para a propagação da “boa alimentação” -----	51
3. “Não, é bobagem, tinha até leite de gado”: a “boa alimentação” e o paladar amazônico -----	61
3.1 O caminho que já foi percorrido e o que ainda será -----	63
3.2 O paladar antes da instalação do Território-----	67
3.3 Como uma parcela da população recebeu a nova alimentação proposta pelo governo territorial -----	72
3.4 A cidade e o paladar após a instalação do Território -----	77
Considerações Finais -----	82
Fontes/Bibliografia -----	85

INTRODUÇÃO

“O que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come e com quem se come” (CARNEIRO, 2003, p. 02). É com esta frase de Henrique Carneiro que informo ao leitor como surgiu o interesse desta autora em ter a alimentação como lente para estudar o passado. A frase de Henrique Carneiro já indica as várias possibilidades de enfoques que a alimentação permite. Esse autor, juntamente com Ulpiano T. Bezerra de Menezes, no artigo *História da alimentação: balizas historiográficas* (1997), relacionam cinco enfoques: o biológico, o econômico, o cultural, o social e o filosófico.

Escolhendo como objeto de meu estudo as mudanças propostas pelo Governador Janary Gentil Nunes no regime alimentar da população da cidade de Macapá, capital do extinto Território Federal do Amapá, busquei uma análise que permeasse os enfoques biológico, cultural, político e social. O meu objeto me permitiu transitar entre estes quatro enfoques devido ao recorte temporal que delimitar, que vai de 1940 a 1956. O ano de 1940 foi escolhido como ponto inicial pois é o ano de criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, e o ano de 1956 como delimitação final foi escolhido por ser aquele que encerra o governo de Janary Nunes. Todos os enfoques se entrelaçam nesta pesquisa, pois analisar as medidas propostas pelo governo territorial para alimentação da população é tentar avaliar como uma decisão política baseada em argumentos nutricionais pôde interferir num elemento da sociedade tão fortemente culturalizado quanto o alimento.

Com o objeto delimitado propus o objetivo de analisar o discurso propagado pelo Governo Federal e pelo Governo do Território Federal do Amapá acerca da alimentação. E identificar a partir disso se ocorreram mudanças no paladar da população macapaenses com relação à alimentação e se houve mudanças concretas nas práticas alimentares dos moradores da cidade de Macapá a partir da implantação do Território Federal.

Para compreender a política alimentar do SAPS foram utilizados como fonte a Resenha do SAPS (1945), todos os números do primeiro número da Revista do SAPS¹ e os números 13, 17-19 e 23-25 do segundo ano; estes exemplares foram digitalizados e disponibilizados pelo site da biblioteca da Unirio. Também foram analisadas notícias sobre as atividades do SAPS nas edições do jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro entre 1940 e 1945. Para compreender as políticas implementadas pelo governo territorial foram analisadas as edições do jornal *Amapá* de 1944 a 1956². O jornal era semanal e dividido, geralmente, em oito páginas podendo variar em edições comemorativas. Também foi analisado o Relatório das Atividades de Governo, que foi o resultado do levantamento de dados sobre o território realizado entre 1943 e 1945. Nesse relatório foram analisadas as propostas

¹ O primeiro número da Revista do SAPS foi publicado em outubro de 1944.

² As notícias foram divididas da seguinte forma: publicações sobre educação que incluíam alimentação, publicações do governador ou de membros do governo falando sobre alimentação, publicações sobre pesquisas de frutos, publicações sobre as medidas adotadas pelos órgãos responsáveis pela regulação do abastecimento da cidade, publicações indicando com conselhos alimentares, além das seções “Fomento da Produção” e “Preceito do Dia”.

de governo para a alimentação, que se concentraram nas páginas destinadas à saúde e à educação. O livro *Confiança no Amapá*, de autoria de Janary Nunes, na verdade um compilado de textos em que autoridades elogiam o trabalho feito no Território, também foi utilizado como fonte nesta pesquisa.

Para a realização do último capítulo foram feitas entrevistas com quatro ex-moradores do Território, sendo que dois deles presenciaram a instalação do novo governo e os outros dois já nasceram durante a vigência do Governo Janary. São eles: Marinho Ramos dos Santos, Josefa Lina da Silva, João Câncio Picanço e Silva e Antonia Maria dos Santos Brito. A realização das entrevistas foi de extrema importância para alcançar o objetivo proposto, pois possibilitou a compreensão da época do ponto de vista daqueles sujeitos. Rosália Duarte (2004) expõe a importância que uma entrevista representa numa pesquisa:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215)

Por escolha da autora em alguns trechos das entrevistas foram feitas edições com o intuito de deixá-las mais objetivas, porém preservando na transcrição as ideias, opiniões e expressões próprias dos entrevistados. Adotei este método de transcrição para o corpo do trabalho apropriando-me do que diz Eduardo Manzini:

Entrevistas podem e devem ser editadas. Exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais etc. devem ser corrigidos na transcrição editada". O objetivo dessa edição não é desvalorizar a linguagem informal e coloquial que predominou nas entrevistas, mas, conforme Eduardo José Manzini, "parece ser conveniente que as falas transcritas, para serem apresentadas publicamente, recebam pequenos ajustes na grafia, pois, a experiência tem mostrado que as falas escritas como, por exemplo, alcançá (alcançar), tá (estar), vô (vou) não tem sido bem recebida pelos próprios participantes ao fazerem a leitura do material escrito. Isso é fácil de ser vislumbrado: imagine que um professor, um médico, ou um especialista possa apresentar uma fala dessas? Além de chocar o sujeito de pesquisa, para um leitor desavisado, a fala transcrita pode ser elemento que produz estigma. Ou seja, apesar de saber que a fala cotidiana pode pouco se assemelhar com a fala culta, ao tomar contato com a forma real da fala transcrita, o entrevistado pode levar um grande choque. Essas são situações reais vivenciadas por vários pesquisadores e sabe-se de situações que entrevistados abandonaram as pesquisas após lerem as transcrições costumeiramente intituladas como literais (MANZINI, 2004, p. 221).

Para fazer essa pesquisa utilizei dois métodos que me permitiram uma visão micro da sociedade macapaense, uma vez que um estudo sobre o regime alimentar de uma população encontra-se na dimensão do cotidiano. Sobre a introdução da vida cotidiana no domínio da história Braudel (2005) diz o seguinte:

A cotidianidade são os fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço. Quanto mais se encurta o espaço de observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material: os grandes círculos correspondem habitualmente à grande história, ao comércio longínquo, às redes das economias nacionais ou urbanas. Quando restringimos o tempo observado a duas pequenas frações, temos o acontecimento ou a ocorrência; o acontecimento quer-se, crê-se único; a ocorrência repete-se, e ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura. (BRAUDEL, 2005, p. 17)

A introdução desses “fatos miúdos que não deixam marca no tempo e no espaço” levou os historiadores a recorrerem a outros métodos de análise do passado. Para dar conta dessa cotidianidade os métodos de análise precisam abarcar a escala do micro, do individual, do particular e dois exemplos de métodos de análise que se ocupam desse olhar micro são a micro-história e o paradigma indiciário.

A abordagem feita pela micro-história busca a partir de uma redução na escala de observação perceber aspectos de uma sociedade que, vistos a partir de um olhar macro, passariam despercebidos. Ao reduzir a escala de observação do passado o historiador se ocupa muitas vezes da análise de fatos ou pessoas que possibilitam dar respostas à problemática a que o historiador se propôs, como o fez Carlo Ginzburg no livro *O queijo e os vermes* ao analisar um processo inquisitorial de um moleiro que viveu no século XVI.

É importante salientar, como o fez José D’Assunção Barros (2007) ao metaforizar a abordagem micro-histórica de uma gota d’água para que o historiador enxergue o oceano inteiro, que o método micro-histórico em si está relacionado ao problema científico que o historiador propõe em sua pesquisa, ou seja, “não é possível compreender a fauna marítima examinando uma simples gota do oceano (...). Mas é possível estudar a composição molecular da água a partir de qualquer gota (...)” (BARROS, 2007, 170).

Outra forma de abordagem é a que Carlo Ginzburg chama de paradigma indiciário, quando o historiador busca fazer uma análise intensiva de suas fontes através de indícios, sinais, vestígios. Ginzburg compara o trabalho do historiador ao de um médico ou detetive que tentam achar as soluções de seus respectivos problemas através de pequenos detalhes, que aos olhos menos atentos passariam despercebidos.

Este trabalho está estruturado nos moldes de uma refeição, onde esta introdução se configura como um cardápio apresentando o prato de entrada, o prato principal e a sobremesa. Assim como uma boa e agradável refeição, espero que o leitor saboreie também este trabalho.

No prato de entrada ou primeiro capítulo é feita uma análise da política alimentar do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS. Para tanto inicia-se o capítulo buscando entender em qual contexto a autarquia foi criada e quais os objetivos a atingir com a sua criação. O capítulo se desenvolve tentando compreender o que a política alimentar praticada pela autarquia pretendia e quais os meios utilizados para a propagação de suas ideias. Aqui se faz necessária uma observação: o objetivo deste capítulo é contextualizar as medidas adotadas pelo governo territorial para a alimentação, mostrar que o que estava sendo proposto para a população macapaense não era fruto de uma invenção de Janary Nunes e sim, que fazia parte de uma política muito maior. Dessa forma escapa aos objetivos do capítulo analisar detalhadamente toda a existência da autarquia.

No prato principal encontram-se o segundo e o terceiro capítulos, pois são neles que se encontram as principais questões da pesquisa. O segundo capítulo inicia com uma análise de como se deu a criação do Território Federal do Amapá e desenvolve-se analisando os planos do governo territorial para a alimentação e identificando quais os meios utilizados para propagar a ideia da “boa alimentação” para a população. Já o terceiro procura avaliar como era o paladar da população macapaense antes da instalação do Território e verificar como parte da população recebeu a nova administração e suas propostas.

A sobremesa é o prato que encerra a refeição, o que não significa dizer que seja o menos importante, pois é responsável pelo último sabor a ser degustado, pela última lembrança gustativa daquela refeição. Com essa metáfora, refiro-me às considerações finais, uma vez que ela é a responsável pelo último contato do leitor com o trabalho e é onde serão lembrados os resultados da pesquisa.

1. DIZ O QUE COMES E TE DIREI QUEM ÉS: A POLÍTICA ALIMENTAR DO SAPS

“Ao sabor de condições alimentares adequadas, facilita-se o aparecimento de grandes nações, tem lugar o surgimento ou o ressurgimento de povos. ”

Dante Costa

Os anos 30 e 40 são revolucionários no que tange à questão do trabalho no Brasil (GOMES, 1999, p. 53). A ascensão de Getúlio Vargas ao posto de presidente do país em 1930 marca uma verdadeira revolução na relação do Estado com os trabalhadores urbanos. Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e uma extensa legislação que regulamentava o mercado de trabalho teve início uma política de valorização do trabalho e do trabalhador. Leôncio Martins Rodrigues, ao analisar o sindicalismo e a classe operária no Brasil na década de 1930, comenta que essa mudança na postura do Estado em relação aos trabalhadores urbanos e às questões sociais se deu pelo “abandono de uma posição liberal em favor de outra intervencionista” (1981, p. 511), o que significa que

a concepção que passaria a ser dominante seria a de que os poderes públicos não deveriam permanecer à margem dos conflitos industriais e da questão social de um modo geral mas, pelo contrário, deveriam regulamentar as relações entre os trabalhadores e os empresários, estabelecer as modalidades associativas profissionais (estrutura e modo de funcionamento dos sindicatos tanto de empregados como de empregadores), solucionar os conflitos entre as partes, além de criar uma legislação de proteção ao trabalhador. (RODDRIGES, 1981, p. 511)

Angela Maria de Castro Gomes (1999) mostra um dos motivos para essa mudança de postura no poder público. Segundo a autora, a identificação da pobreza³ como sendo um dos obstáculos para o crescimento do país fez com que o Estado interviesse nas questões sociais. O abandono de medidas liberais já vinha sendo praticado desde o início da República, porém o que houve de novo, a partir da ascensão de Vargas, foi que o Estado deixou de intervir apenas em áreas como a economia e a política e começou a intervir em áreas sociais como saúde, educação e no mercado de trabalho.

“Reconhecendo a existência da questão social no Brasil e admitindo a situação de pobreza em que vivia o povo, os artífices da nova política afirmavam que o verdadeiro problema a ser vencido era o da necessidade [...]” (CAPELATO, 2009, p. 178). É com a constatação desse problema que nos anos 1930 se desenvolve uma política intervencionista nas áreas sociais, porém é com o Estado Novo (1937-1945) que essa política intervencionista se expande, e é a partir daí que se percebe a

³ Segundo a autora o processo em que a pobreza deixa de ser um mal necessário e passa a ser identificada como incômoda e perigosa é longo e associa-se ao desenvolvimento das relações capitalistas, processo que se acelera no Brasil a partir da proclamação da República e mais particularmente após a I Guerra Mundial. (GOMES, 1999)

configuração de uma estratégia político-ideológica⁴ de combate à “pobreza” e com o foco voltado para a promoção do trabalho. (GOMES, 1999, p. 55)

A valorização do trabalho era um dos traços definidores da política de Vargas. A política do governo expunha o trabalho como um dever, uma obrigação do cidadão⁵ com a nação e consigo mesmo, pois somente através dele o trabalhador seria “merecedor” de seus direitos. Ao Governo, caberia garantir ao trabalhador os direitos por ele merecido através de uma política social ampla e da proteção do trabalho.

A política social do governo “preocupava-se em promover modificações substanciais na capacidade produtiva dos trabalhadores atuais e futuros”. (GOMES, 1999 p. 59). Gomes indica que para que isso ocorresse o governo tomava providências que podiam ser reunidas em dois grupos: no primeiro deles, estariam aquelas providências que se traduziam pela atuação da previdência e da assistência social (seguro invalidez, morte, doença, seguro maternidade, etc.). Porém a política social do governo não se restringia apenas ao pagamento de alguns benefícios, daí o segundo grupo de providências, cujos objetivos

[...] visavam a impedir a perda da saúde e estimular a capacidade de trabalho, através de melhores condições de vida. O Estado nacional, por meio dessas iniciativas, ampliava o escopo de seu intervencionismo para poder atingir as causas mais profundas da pobreza/doença, promovendo a satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação (GOMES, 1999, p. 61)⁶.

Dentro desse segundo grupo de providências do governo está também a política voltada para a alimentação. A política alimentar tinha como objetivo, inicialmente, mudar a alimentação do trabalhador e a partir daí mudar a alimentação da população em geral que, segundo o governo, se alimentava mal, o que impactava diretamente na capacidade produtiva dos trabalhadores. E é sobre essa política alimentar que me deterei nas páginas seguintes.

⁴ Para saber mais sobre a estratégia político-ideológica do Governo Vargas de combate à pobreza ver GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

⁵ Para saber mais sobre a cidadania no Governo Vargas, ver A cidadania no Varguismo e no Peronismo. In. CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

⁶ No trecho transcrito, Angela de Castro Gomes justifica as ações do Estado em diversos campos na década de 1940 que visavam promover modificações profundas na vida do trabalhador. Para tanto era necessário o desenvolvimento de projetos que proporcionassem uma melhoria na qualidade de vida desse sujeito, como o programa de moradia promovido pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, o programa educacional desenvolvido dentro dos governos de Getúlio Vargas e o próprio projeto de alimentação que está sendo discutido neste capítulo. Para saber mais sobre o projeto habitacional ver BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. Para saber mais sobre a educação na política varguista ver Educação e identidade nacional coletiva. In CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

1.1 Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS

Como foi mencionado anteriormente, no início dos anos 1930 a pobreza da população passou a ser considerada pelo Estado como um obstáculo para o progresso do país. E um dos aspectos mais marcantes da situação de pobreza é que o indivíduo não tem condições de alimentar-se de forma a suprir as necessidades nutricionais básicas para o bom funcionamento do organismo. Dessa forma, o objetivo da política nacional alimentar era proporcionar uma alimentação nutritiva e que suprisse as carências alimentares dos trabalhadores urbanos e sindicalizados⁷ a preços acessíveis.

O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)⁸ foi criado como órgão mantido pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs e CAPs) e vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo Decreto-Lei Nº 2478 de 1940, com o objetivo de concretizar essa política alimentar, como mostra o caput do referido Decreto-Lei.

Considerando que os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, **no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares**, demonstram a necessidade da criação de um organismo subordinado diretamente ao respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas conducentes à realização daquele objetivo, socorrendo-se, para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões Sob a jurisdição da aludido Ministério, **cujos beneficiários compreendem a quasi totalidade das classes trabalhadoras** (*sic*). (BRASIL, Decreto-Lei nº 2.478, de 05 de agosto de 1940, negrito da autora)

O SAPS iniciou suas atividades num prédio⁹ (figura 1) na Praça da Bandeira, na capital federal, onde funcionavam o Restaurante Central, a administração do SAPS e outros serviços como sala de música e biblioteca. Durante os primeiros anos, o SAPS passou por uma série de reestruturações, uma vez que vários decretos foram editados ampliando suas atividades. Exemplo disso, foram as edições do Decreto-Lei 4859 de 21 de outubro de 1942 que criou os Postos de Subsistência e do Decreto-Lei de 30 de abril de 1943 que criou as Delegacias Regionais, os Cursos do SAPS, o Gabinete do Diretor, e a Comissão de Estudos.

⁷ A atuação do SAPS era pensada para os trabalhadores e sindicalizados, o atendimento aos não sindicalizados era residual.

⁸ Neste capítulo sistematizarei as propostas de mudanças na alimentação feitas pela política nacional de alimentação. A sua real efetividade será analisada nos capítulos seguintes, focalizando apenas o Território Federal do Amapá. Escapa aos objetivos deste trabalho a efetiva atuação do SAPS em todo o país.

⁹ O prédio que abrigou o SAPS no momento de sua criação foi construído pelo Serviço Central de Alimentação vinculado ao Instituto de Aposentadorias e Pensões do Industriários (IAPI). A construção foi iniciada em 1939 e concluída em outubro de 1940 quando o prédio já pertencia ao SAPS.

Figura 1 Fachada do prédio do SAPS em frente à Praça da Bandeira no Rio de Janeiro



(Fonte: Resenha do SAPS, 1945, p. 23)

Com a ampliação das atividades do SAPS o prédio da Praça da Bandeira serviu de abrigo para outros serviços prestados pela autarquia como o consultório de alimentação econômica, cursos de formação de nutrólogos, curso de corte e costura, desjejum escolar, a biblioteca e a sala de música, já citadas anteriormente. Estes últimos serviços também foram incorporados a outras unidades de restaurantes populares do SAPS como é o caso do restaurante de Juiz de Fora¹⁰.

A expansão do SAPS não se deu apenas no leque de serviços oferecidos, ela aconteceu também na quantidade de unidades dentro e fora do Distrito Federal. Nos primeiros dez anos de existência o SAPS contava com 6 restaurantes no Distrito Federal; 1 em Belém; 1 em Fortaleza; 2 em Recife; 1 em Salvados; 1 em Niterói; 1 em Juiz de Fora; 1 em São Paulo; 1 em Goiânia; 1 em Campos; 1 em Natal. Estavam em construção: 1 em Juiz de Fora; 1 em São Paulo, no bairro do Braz; e mais 2 no Rio de Janeiro – 1 no Cais do Porto e outro e na área do antigo Tesouro para atender aos comerciários. Nesses primeiros dez anos, o SAPS tinha 72 Postos de Subsistência distribuídos assim: 17 no Distrito Federal; 10 no Estados do Rio; 12 em Minas Gerais; 4 em São Paulo; 8 no Espírito Santo; 3 no Rio Grande do Sul; 3 no Rio Grande do Norte; 5 no Pará; 2 no Ceará; 6 em Pernambuco; 1 em Goiás; 1 na Bahia. (EVANGELISTA, 2012, p. 64)

Segundo Érico Muniz (2011), três fatores possibilitaram a expansão do SAPS: a expansão do Estado corporativo brasileiro, o surgimento dos primeiros médicos nutrólogos no país e o contexto

¹⁰ A unidade do restaurante popular do SAPS em Juiz de Fora, em especial a biblioteca e a discoteca, foi alvo de análise de Ana Maria da Costa Evangelista e resultou na sua dissertação de mestrado intitulada *Sede de Leitura: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação Social da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora*. (2007).

internacional. Já foi mencionado no início deste capítulo que o período em que o SAPS foi criado corresponde ao período de surgimento e expansão de medidas de proteção social do Governo, o que favoreceu a implantação de unidades do SAPS em vários estados brasileiros. Outro fator mencionado pelo autor é o surgimento dos primeiros médicos nutrólogos. Estes especialistas buscaram racionalizar o problema da fome e desenvolver estudos que problematizassem a nutrição e os hábitos alimentares do brasileiro, buscando assim, soluções científicas para problemas sociais.

O último fator que possibilitou a expansão do SAPS, segundo Muniz, é o contexto internacional¹¹: isto se deu pelo fato de o SAPS ter sido criado em meio à II Guerra Mundial, fato este que provocou um cenário de desabastecimento no país e a consequente elevação do preço de gêneros de primeira necessidade, o que tornava maior a procura pelos produtos comercializados pelo SAPS. Um exemplo peculiar que alude à situação vivenciada nesses tempos encontra-se num dos exemplares do Boletim Mensal¹² do SAPS.

Agora Mudou

Como diz o velho rifão (sic) – há males que vêm para bem...

- Eis um exemplo: antigamente no açougue do “Seu” Joaquim, chegava Madame Genoveva e gritava da porta: “Seu” Joaquim a minha? O velho açougueiro que por sinal era mais velho na malandragem do que na idade, piscava o olho e acenava para debaixo do Balcão, Madame Genoveva disfarçava um pouco, e já se ia... enquanto que o “Brederodes” que já se achava desde as 2 horas da madrugada, metido numa fila (e que fila!...) à espera do açougueiro, que invariavelmente dormia o seu primeiro sono, continuava firme, à espera do velho bife.

Veio o racionamento.

Agora os que comiam muito passaram a comer pouco e os que nada comiam passaram a comer! Nem Madame Genoveva reserva, nem Brederodes entra na fila.

Plínio Rabelo

(Fonte: Boletim do SAPS, 1944, n 01, p.15)¹³

¹¹ Érico Muniz também inclui no contexto internacional a cooperação entre a American International Association for Economic and Social Development (AIA) e o SAPS como um fator importante para a expansão do SAPS. A celebração deste acordo foi divulgada pelo Boletim do SAPS referente aos números 23, 24 e 25 com o título “Cooperação Norte-Americana nas soluções do problema social do Brasil”. Para saber mais sobre a influência da cooperação internacional nas políticas do SAPS ver MUNIZ, Érico Silva Alves. *Comida, trabalho e assistência social: A alimentação na agenda política brasileira* (1939-1947). 2014. 222 f. Tese.

¹² O Boletim Mensal do SAPS era uma revista mensal que publicava os benefícios da “boa alimentação”, as principais realizações da autarquia, e matérias voltadas para a legislação social trabalhista.

¹³ É necessário observar que esta anedota é um instrumento de propaganda das ações da própria autarquia. Ela tenta mostrar aos leitores que, mesmo com o racionamento, a população não deixou de comer bem e em certos casos até passou a comer. Percebe-se que, mesmo antes do racionamento, a situação de desabastecimento já era premente, uma vez que já havia o cenário de grandes filas. Por outro lado, Plínio Rabelo pretende mostrar que o governo, por meio do SAPS, estaria eliminando os privilégios dos ricos e estabelecendo a igualdade dos direitos.

Com a expansão das atividades desenvolvidas pelo SAPS, a autarquia deixou de atuar apenas no fornecimento de refeições em seus restaurantes e em restaurantes de grandes fábricas e passou a atuar em quatro frentes distintas: venda de produtos de primeira necessidade a preços mais baixos para a população em geral nos Postos de Subsistência; educação alimentar para a população; fornecimento de alimentação baseada em conceitos da boa nutrição e a baixo custo para os trabalhadores nos Restaurantes Populares; estudos e pesquisas relacionadas à nutrição.

Uma das frentes de atuação do SAPS diz respeito à venda de gêneros alimentícios a preços baixos para os trabalhadores. Como já foi mostrado anteriormente, nos primeiros dez anos de existência o SAPS possuía 72 Postos de Subsistência espalhados em vários estados brasileiros, esses postos eram responsáveis por vender os produtos com valor de acréscimo de no máximo 10% que serviriam para pagar as despesas com aquisição, transporte e distribuição. Os Postos de Subsistência funcionavam da seguinte forma: o consumidor apresentava seu cartão de frequência, fazia o pedido ao faturista, pagava ao caixa e recebia as mercadorias através de um longo balcão. A figura abaixo mostra o que foi descrito acima, as pessoas recebendo seus gêneros alimentícios num grande balcão no Posto de Subsistência da Praça da Bandeira.

Figura 2 Fila para compra de gêneros alimentícios no Posto de Subsistência do SAPS



(Fonte: Boletim do SAPS, 1944, n 02, p. 05)

Outra forma de atuação do SAPS era através da educação alimentar, essa era a principal área de atuação do SAPS, pois ela perpassava todas as outras. O SAPS tinha como objetivo mudar a alimentação do trabalhador brasileiro e de sua família e, para atingir esse objetivo, era necessária

uma reeducação alimentar dessa população. Essa “nova alimentação”¹⁴ era proposta nos altofalantes dentro dos restaurantes, nos folhetos distribuídos, nas revistas do SAPS, em eventos feitos pelo SAPS, publicações em jornais, a própria alimentação servida nos restaurantes servia como propaganda dessa nova forma de se alimentar. Assim como as publicações as visitadoras da alimentação também eram responsáveis por levar as ideias da nova alimentação às famílias dos trabalhadores¹⁵. Na figura que segue é possível visualizar uma visitadora em seu horário de trabalho realizando uma visita à casa de uma família.

Figura 3 Visitadora do SAPS em visita à casa de uma família



(Fonte: Resenha do SAPS, 1945, p. 41)

O SAPS atuava também através de seus restaurantes populares que serviam uma alimentação baseada nos preceitos da ciência da nutrição. Os pratos servidos tinham calculadas as calorias necessárias para a reposição dos nutrientes necessários ao trabalhador. Além do almoço no Restaurante Central da Praça da Bandeira também era oferecido o jantar, porém este era destinado apenas a trabalhadores que morassem sozinhos ou que morassem longe o suficiente do seu trabalho para não chegar a tempo da refeição. Também era oferecido aos escolares, filhos de trabalhadores e que frequentassem escola pública, o desjejum.

Os restaurantes eram divididos em quatro grupos: os restaurantes construídos e mantidos pelo SAPS; os restaurantes gregários construídos e equipados por entidades autárquicas ou paraestatais, mas administrados pelo SAPS; os restaurantes fiscalizados, que eram fiscalizados pelo SAPS, mas pertenciam a estabelecimentos industriais e comerciais públicos e privados; e o restaurante escola,

¹⁴ A “nova alimentação” propagada pelo SAPS será alvo de análise nas próximas páginas no tópico intitulado A “boa alimentação”.

¹⁵ No próximo tópico se discorrerá um pouco mais sobre as visitadoras da alimentação.

instalado nos baixos do Teatro Municipal, que era destinado tanto para o fornecimento de alimentação aos trabalhadores quanto para a realização de cursos profissionais oferecidos pelo SAPS (EVANGELISTA, 2012). Na página seguinte (figura 4) vê-se alguns trabalhadores ocupando as mesas do Restaurante Central do SAPS para realizar sua refeição. É interessante notar que na bandeja, além do prato com a alimentação principal, é possível visualizar o pão tipo SAPS¹⁶, uma fruta e um copo de leite, itens que caracterizam o almoço servido pelo SAPS.

Figura 4 Trabalhadores almoçando no Restaurante Central da Praça da Bandeira



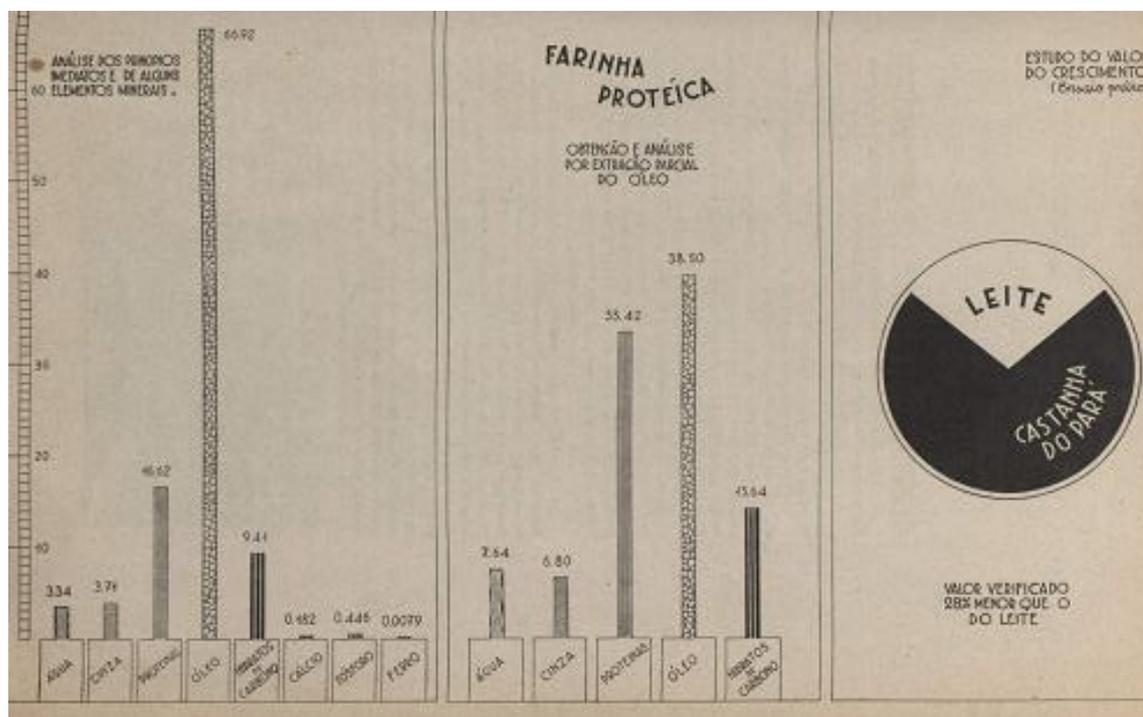
(Fonte: Resenha do SAPS, 1945, p. 21)

A última frente de atuação do SAPS está relacionada aos estudos e pesquisas sobre nutrição feitas pelos médicos nutrólogos da autarquia. O SAPS contava com uma gama de cientistas dedicados ao estudo dos problemas da alimentação. As pesquisas feitas nos laboratórios do SAPS iam desde experiências ligadas à culinária até pesquisas no campo da química dos alimentos e como esses alimentos influenciavam na saúde do indivíduo. Na figura 5 é possível visualizar o resultado

¹⁶ Este pão era produzido e servido no Restaurante Central do SAPS. “É êle fabricado de acôrdo com a formula julgada ideal nos estudos que a seção competente levou a efeito” (sic) (Resenha do SAPS, 1945, p. 22).

preliminar de um estudo químico sobre a castanha-do-pará que estava sendo realizado no laboratório do SAPS e que foi divulgado pela Resenha do SAPS do ano de 1945.

Figura 5 Resultado preliminar de uma pesquisa com a castanha-do-pará feita pelo SAPS



(Fonte: Resenha do SAPS, 1945, p. 51)

O SAPS, criado em agosto de 1940, foi extinto em 1967 pelo Decreto-Lei Nº 224 em meio a acusações de corrupção como desvios de verbas e superfaturamento nos preços de gêneros alimentícios. Do final da década de 1950 até o ano de extinção da autarquia foram instaladas várias Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para investigar sua atuação. O Decreto-Lei que extinguiu o SAPS transferiu seus respectivos bens, serviços e atribuições a outros órgãos ou entidades como a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)¹⁷ que ficou responsável pelas atividades de abastecimento, subsistência e fornecimento de refeições nos restaurantes populares, porém, conforme Evangelista (2012), é sabido que os restaurantes foram sendo fechados paulatinamente. A autora mostra através da transcrição de reportagem do jornal *Última Hora* que o fechamento do SAPS, em especial dos restaurantes, não foi aceito sem protesto.

¹⁷ A Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) foi criada pela Lei Delegada nº6 de 26 de setembro de 1962 com o fim de “participar diretamente, da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo Governo, relativamente à comercialização dos gêneros alimentícios, essenciais ou em carência, e agir como elemento regulador do mercado ou para servir, de forma supletiva, áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais privadas, em regime competitivo”.

A Polícia Militar prendeu cinco estudantes, mas não impediu a concentração realizada ontem no Calabouço¹⁸ contra o fechamento definitivo do refeitório. Três mil estudantes ali reunidos, antes de irem às ruas, ouviram dos Deputados Alberto Rajás, Fabiano Vilanova e Ciro Kurtz, a promessa de que, quarta-feira próxima, durante a passeata programada por eles, a Assembléia estará aberta para abrigar os estudantes da Polícia. (sic) (*Última Hora*, 20 de maio de 1967, p. 2. In EVANGELISTA, 2012, p. 227)

Foram poucos os protestos contra o fechamento do SAPS registrados, isto é atribuído ao momento vivido no país: a instalação da ditadura e a perseguição aos líderes sindicais¹⁹, que poderiam articular resistências, fizeram com que os trabalhadores “assistissem” à extinção do SAPS de braços cruzados.

Mas como uma instituição que durante mais de vinte anos beneficiou a classe trabalhadora com seus serviços teve sua história “esquecida”? A autora Ana Maria Evangelista (2012) se propõe a responder essa questão.

O silêncio sob o qual foi envolta a existência do SAPS pode ser compreendido pela via da tecedura do esquecimento construída pelos governos instituídos após o golpe civil-militar de 1964. Os militares e seus aliados se empenharam em apagar da memória coletiva as realizações positivas ou eficientes das administrações anteriores, procurando construir a ideia de passados gerenciais corruptos, demagógicos e envoltos em desorganização econômica. (Ibidem, p. 242)

1.2 A “boa alimentação”

A política alimentar do Governo Federal, como já foi mencionado, tinha o objetivo de mudar a alimentação dos trabalhadores e de suas famílias. O SAPS era o órgão responsável por propor essa mudança nos hábitos alimentares da população, mas qual tipo de alimentação era proposto? Qual tipo de alimentação era rejeitado? Como era proposta para os trabalhadores essa “nova” alimentação? São esses questionamentos que buscarei responder nas próximas páginas.

Logo no primeiro número do Boletim Mensal do SAPS, no artigo intitulado “Noções sobre alimentação”, escrito pelo técnico de alimentação João José Barbosa, a publicação traz um exemplo

¹⁸ Calabouço é como era chamado o restaurante administrado pelo SAPS destinado aos universitários. Com a extinção do SAPS o Calabouço passou a ser administrado pela COBAL. O restaurante foi palco de inúmeros protestos durante a ditadura. Os estudantes protestavam por melhores condições das dependências e da comida servida, além de protestos contra a repressão vivida naqueles tempos. Em 1968 o estudante Edson Luís de Lima Souto foi assassinado por policiais militares num confronto dentro do restaurante.

¹⁹ Um desses líderes que pode ser citado é Clodesmidt Riani, dirigente sindical em Juiz de Fora, preso e torturado no período ditatorial brasileiro. Para ler trechos do depoimento de Clodesmidt Riani onde ele fala de sua relação com o SAPS ver EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Sede de leitura: Memórias da biblioteca popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, 2007.

da importância da boa alimentação para a vida humana. O técnico visava estabelecer a diferença entre alimentar-se e comer, para tanto compara o ato de alimentar-se com a construção de uma casa. Segundo o técnico, um indivíduo pode construir uma casa somente com espeques²⁰, barro, cacos de lata e folhas de palmeira, porém obterá apenas um refúgio que não durará muitos anos; já para um indivíduo que queira construir uma casa confortável e sólida que o abrigue durante toda a sua existência, será necessário a utilização de materiais de melhor qualidade. O mesmo se aplica à alimentação.

O indivíduo que cuida apenas de ingerir os alimentos que lhe estão mais a mão, sem atentar para a quantidade e qualidade dos mesmos, está simplesmente comendo, isto é, enchendo o organismo com um material que nem sempre pode ser aproveitado com eficiência; qualquer contingência adversa (doença, esforço físico maior, privações eventuais, etc.), poderá determinar carências diversas, bem como um estado de subnutrição geral. Em compensação, o indivíduo que se alimenta, procura levar ao organismo produtos dos três reinos da natureza em quantidades adequadas, concorrendo assim para manter a sua boa constituição física e garantindo ao mesmo tempo uma certa quota de reservas que conservarão a sua integridade orgânica no caso de contingências adversas. (Boletim do SAPS, 1944, n 1, p. 7)

A boa alimentação, à qual a política do SAPS se referia seria, portanto, aquela que reunisse os nutrientes necessários para uma boa constituição física, ou seja, não bastava comer uma fruta ou uma verdura no almoço ou no jantar, a política do SAPS trabalhava com a proposta de transformação de todo o complexo alimentar dos trabalhadores. Essa nova alimentação proposta tinha o objetivo de nutrir, fortalecer o trabalhador e os futuros trabalhadores (as crianças), tornar esse laborador resistente a doenças, ou seja, mais produtivo. Isto pode ser confirmado através de uma das atribuições do SAPS: “realizar intensiva divulgação das novas diretrizes da alimentação racional e de sua **profunda influência sobre a melhoria do rendimento da produção e das condições biológicas das populações**”. (Resenha do SAPS, 1945, p. 8; negrito da autora)

A mudança na constituição do cardápio da população, que o SAPS propunha, era pensada levando-se em consideração três pontos básicos. O primeiro era que a alimentação deveria ser baseada nos preceitos da ciência da nutrição, como já foi dito anteriormente, o segundo era que a alimentação deveria ser aquela que melhor se adequasse às necessidades nutricionais de seu comensal e o terceiro dizia respeito à relação entre a alimentação e a realidade financeira do trabalhador. Dessa forma, para cumprir seu objetivo a alimentação proposta pela autarquia deveria ser nutricionalmente balanceada, adequada às necessidades do seu comensal e acessível financeiramente.

As refeições servidas nos Restaurantes Populares são o maior exemplo dessa tríade que deveria ser seguida para a formação da “boa alimentação”, e mais essa proposta também deveria ser

²⁰ Peça de madeira com que se escora alguma coisa sujeita a desabar; escora, esteio. Fonte: Dicionário online Michaelis.

levada às famílias dos trabalhadores. Um exemplo que ilustra muito bem o aconselhamento de uma dieta que seguisse esses três pontos pode ser retirado da seção “Consultório de Alimentação Econômica” do Boletim do SAPS, onde os leitores escreviam ao boletim para esclarecer suas dúvidas sobre a melhor forma de se alimentar gastando pouco. A população também poderia ir ao consultório instalado nas dependências do SAPS da Praça da Bandeira no Distrito Federal.

É possível observar os três pontos-base da “boa alimentação” ao ler as indicações feitas pelo técnico do SAPS ao responder o questionamento da família G. H. N., composta de sete pessoas, sendo quatro adultos, uma criança e dois idosos, sobre seus hábitos alimentares. O técnico inicia fazendo ponderações sobre o consumo de alguns alimentos relatados pela família e sobre a ação desses alimentos no organismo, e conclui indicando um cardápio para uma semana que melhor se adequaria àquela constituição familiar:

Carnes frescas, vísceras ou pescados -----	8 ½ quilos
Leite -----	7 ½ litros
Ovos -----	36 unidades
Frutas frescas -----	18 ½ quilos
Vegetais em geral -----	25.400 quilos
Manteiga -----	700 gramas

(Fonte: Boletim do SAPS, 1944, p. 6, n. 2)

Vê-se nesse exemplo a indicação de alimentos que eram chamados “protetores”: leite, ovos, vegetais e carne, pois, de acordo com as ideias da alimentação racional, a composição de um cardápio rico nesses alimentos seria o mais indicado para aquela constituição familiar. Dentro da escolha de uma dieta balanceada, o SAPS também propunha a adição de alimentos considerados benéficos ou a subtração dos considerados maléficos das dietas dos trabalhadores. Os principais exemplos disso são as tentativas de introdução do leite e de retirada da farinha de mandioca da dieta da população, como mostra Dante Costa²¹ em seu livro “Alimentação e progresso”.

Outra visitadora foi à casa de uma família, encontrou todos em conversa e começou a indagação dos hábitos familiares. Verificou, entre outras coisas, que o chefe da família, que era nortista, comia com a mulher e mais 4 filhos – 1 quilo de farinha de mandioca por dia. **Evidentemente ela mostrou o inconveniente de tal êrro ali, e indicou quais os melhores alimentos, aqueles que deviam ser comprados no lugar da farinha.** E ouviu o seguinte:

- “Ora, se nortista fosse se alimentar com carne, leite, ovos e verduras, êle se derrotava”... (sic) (COSTA, 1951, p. 96; negrito da autora)

Érico Muniz (2014) diz que a tentativa de retirada da farinha de mandioca da dieta da população está relacionada, além do aspecto nutritivo a uma associação desse alimento ao atraso

²¹ Dante Costa (1912-1968) foi um médico nutrólogo que fez parte do quadro de funcionários do SAPS e que deu grande contribuição com suas pesquisas na área da nutrição no Brasil. Seu trabalho no SAPS será melhor exposto nas próximas páginas.

social do país, isto porque a mandioca já havia sido alvo de outros campos de estudo. Muniz cita o estudo do antropólogo americano Charles Wagley que, discutindo os meios de subsistência e as relações sociais nos trópicos, relaciona o atraso social do Brasil à monotonia na dieta dos agricultores, baseada no consumo de mandioca. Conforme Muniz esse pensamento pode ser explicado compreendendo que Wagley assumia uma perspectiva culturalista para seus estudos e com isso entendia “os pensamentos, as crenças e ideias tradicionais como uma espécie de ‘mentalidade atrasada’ ou como pensamento de detentores de padrões inadequados à modernidade, obstáculos à mudança”. (MUNIZ, 2014, p. 83-84)

De maneira geral, os alimentos considerados pobres em nutrientes, como era o caso da farinha de mandioca, eram os alimentos “rejeitados” pela política do SAPS. A alimentação considerada incorreta era aquela que não reunia a quantidade certa de alimentos e os nutrientes necessários para a saúde do indivíduo.

Foi exposto que a alimentação proposta pelo SAPS tinha o seu objetivo, porém para alcançá-lo era necessário, muitas vezes, modificar fatores importantes na constituição do paladar²² de um indivíduo como costumes, hábitos, religião, ou qualquer outro tipo de influência que a escolha por determinado alimento possa sofrer. É o que diz Dante Costa (1951) ao refletir sobre a importância de comer com prazer e enfatizar, logo em seguida, a periculosidade do instinto de comer se não for acompanhado do “poder de eleição consciente” dos alimentos.

É preciso, pelo contrário, desenvolver o instinto de comer. Sim, é preciso comer com prazer, satisfazendo vozes herdadas, ou adquiridas, que transmitem antecipadamente a alegria, o gosto, o valor sensual dos alimentos. Essa é uma grande força que não deve ser abandonada. Mas não se conclua, também, que ela deva ser toda poderosa, que só ela deva fazer sentir o peso de suas escolhas. O instinto, quando livremente atuante, pode transformar-se, em algumas pessoas, em fator de prejuízo alimentar. **Em alimentação, a força do instinto não deve ser exercida sem que o poder de eleição consciente se harmonize a ela tanto quanto possível. E mesmo a modifique, sempre que tal força se exerça por caminhos prejudiciais.** (sic) (COSTA, 1951, p. 82, negrito da autora)

Esse “poder de eleição consciente” era o que norteava a política educacional adotada pelo SAPS e essa política era responsável por ensinar e difundir os preceitos da “boa alimentação” e seus benefícios. Era esse “poder” que diferenciava o comer do alimentar-se e era essa capacidade de discernimento que a autarquia tentava inculcar nos trabalhadores e em suas famílias.

²² Segundo Nicola Perullo (2013, p. 12), “no paladar estão envolvidos vários atores, e a sua natureza de processo dinâmico concentra-se, a cada experiência, em peculiares cenários de sentido”. Cada experiência gustativa é um fator constituinte do paladar individual, o que torna uma política nacional e territorial de mudança na alimentação de uma coletividade passível de diversos estudos, pois isto significa uma ação deliberada para tentar modificar o processo complexo que caracteriza a constituição do paladar de cada indivíduo. A discussão sobre o paladar como experiência será feita no terceiro capítulo, quando será analisado como parte da população do Território Federal do Amapá recebeu as propostas feitas pelo governo e como reagiu.

Proponho que o “poder de eleição consciente” estava no cerne da política de educação alimentar do SAPS, pois segundo Dante Costa (1951) o problema da má alimentação do brasileiro não era de origem puramente econômica, mas igualmente de falta de educação alimentar, ou seja, a população não se alimentava bem, não só porque não tinha condições financeiras para tal, mas por não saber eleger os alimentos adequados à sua condição. Isto pode ser ilustrado através dos resultados de pesquisas realizadas pelo SAPS nas imediações do Restaurante Central da capital federal comprovando que famílias de operários brasileiros e portugueses apresentavam condições nutricionais muito diferentes, mesmo tendo as mesmas condições de renda e trabalho (COSTA, apud MUNIZ, 2014, p. 78). É possível perceber também essa imperiosidade de uma educação alimentar em alguns relatos das visitadoras que Dante Costa expunha em seu livro “Alimentação e Progresso” (1951),

A visitadora fala. A dona de casa replica, entre desinteressada e ofendida:
- “Ora, já sei bem de tudo isso. Esse serviço não interessa a gente. Aqui nós comemos bem, nós temos dinheiro. Aqui se gasta. Você quer ver? E foi ao quarto, de lá voltando, minutos após, com um rico “peignoir” de seda... “Olhe: até para gastar em “peignoir” de seda!” (Relatório da Sra. Mirza Pinheiro Monera in COSTA, 1951, p. 94)

Ouçamos outra dona de casa. A visitadora chegou, explicou ao que ia, dispôs-se a começar, quando foi interrompida:
- “Mas... esse negócio de cozinha é muito burguês. Se você quiser conversar com a cozinheira eu deixo você entrar, mas não me interesse por isso. Quando preciso de dieta vou ao médico, e entrego a receita diretamente à cozinheira. É diretamente com ela esse assunto. Você quer?” (Relatório da Sra. Mirza Pinheiro Monerat in COSTA, 1951, p. 96)

Para Dante Costa, a necessidade de uma educação alimentar da população era tão urgente, que se fazia necessária a criação de um programa que contasse com a colaboração do poder público e da iniciativa privada “num esforço de reforma de certos aspectos da alimentação popular” (COSTA, 1951, p. 97)²³. O autor chegou a fazer um esboço desse programa que deveria abranger: a inclusão de aulas práticas de alimentação no trabalho escolar; a criação das disciplinas de Nutrição e Dietética em todas as escolas normais e institutos de educação do Brasil; a educação alimentar nas casas, através das visitadoras; o aumento no número de nutricionistas e visitadoras da alimentação; cursos para formação de médicos nutrólogos; festas periódicas dedicadas à alimentação: “Dia do leite”, “Dia do pão integral”, “Dia escolar da salada”, são alguns exemplos citados por ele.

É possível notar que alguns pontos do esboço de programa escrito por Dante Costa coincidem com os trabalhos realizados pelo SAPS, isto não é por acaso, Dante Costa foi um dos estudiosos de grande relevância dentro da autarquia. O nutrólogo integrou a equipe de pesquisadores que

²³ O livro *Alimentação e Progresso* é uma coletânea de vários artigos escritos e publicados em diferentes períodos, mas que foram reunidos e publicados neste livro em 1951. O artigo que trata sobre o esboço de programa feito por Dante Costa foi publicado inicialmente em 1943. Essa observação se faz necessária porque em 1951, ano da publicação do referido livro, algumas medidas propostas por Dante Costa nesse esboço já haviam sido colocadas em prática pelo SAPS.

desenvolviam estudos sobre a base nutricional de vários alimentos como, por exemplo, o estudo sobre a composição química da castanha-do-pará; escreveu diversos artigos e livros²⁴, muitos deles publicados pelo próprio SAPS, foi professor de Dietética e diretor dos cursos realizados pela autarquia.

Dante Costa atribuía às visitadoras da alimentação um papel de extrema relevância nesse combate à deseducação alimentar. As visitadoras seriam o elo entre a autarquia e a população que, “munidas de endereços de um cadastro previamente obtido, visitavam cada casa durante 4 semanas, uma visita por semana, realizando na sala de jantar e na cozinha familiar uma educação alimentar objetiva e prática [...]” (COSTA, 1951, p. 93). Dante Costa também atribuía às visitadoras o papel de realizar o inquérito alimentar das famílias, este inquérito consistia na catalogação das qualidades, defeitos e necessidades da dieta habitual de uma coletividade, ou de um grupo social (COSTA, 1951), proporcionando assim, o conhecimento das falhas na alimentação e auxiliando na busca por alternativas que contribuíssem para a mudança alimentar.

O primeiro curso de auxiliares da alimentação criado pelo SAPS foi realizado no período de 1940/41 e teve duração de 18 meses. Ao término do curso os formados puderam fazer parte do quadro de funcionários do SAPS em diversas áreas, como auxiliares de laboratório, dos restaurantes e visitadoras. Dante Costa foi o orientador do primeiro grupo de visitadoras da alimentação do país; já existiam outros tipos de visitadoras que falavam de alimentação, mas esse foi o primeiro grupo voltado exclusivamente para o assunto.

Em Fortaleza, capital do Ceará, em 17 de novembro de 1944 foi inaugurada a Escola de Nutrição Agnes June Leith²⁵, que depois foi denominada Escola de Visitadoras da Alimentação²⁶. Esta escola era voltada para a formação de visitadoras da alimentação que atenderiam os estados do norte e nordeste do país. Eram feitos processos seletivos para o ingresso na instituição onde mulheres de todos os Estados podiam se inscrever para pleitear uma vaga, as avaliações eram constituídas de provas de português (redação) e conhecimentos gerais. Aprovadas no processo seletivo, as alunas viviam num regime de internato, regime que durou até o ano de 1960; a partir de

²⁴ COSTA, D. *Alimentação e progresso: o problema no Brasil – alguns aspectos sociais da alimentação humana*. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1951. COSTA, D. *A nutricionista: sua responsabilidade e sua alma*. Coleção Ensaio e Debate alimentar. Rio de Janeiro: SAPS, 1958. COSTA, D. *Tratado de Nutrição. Fisiologia, química, bioquímica, clínica, terapêutica, introdução à Dietética*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1947. COSTA, D. *Bases da alimentação racional - Orientação para o brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. COSTA, D. *Merendas escolares: vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras*. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Nacional, 1943. COSTA, D. *Problemas de educação alimentar em países de pouco desenvolvimento econômico*. Coleção estudo e pesquisa alimentar - 38. Separata da Revista Brasileira de Medicina, vol. XIV. Rio de Janeiro, setembro de 1957, nº 9, p. 650.

²⁵ Agnes June Leith foi uma dietista americana que ministrou aulas de Economia Doméstica, em 1943, e Arte Culinária, em 1944, na sede do SAPS, na capital federal, para o Curso de Auxiliares da Alimentação, do qual foi diretora em 1943 (ABN, apud CIDRACK, 2010, p. 65). Até 1951 a escola de visitação de Fortaleza era a única do país, quando em 1952 foi criada uma escola em Belo Horizonte para atender a demanda do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

²⁶ Para saber mais sobre a Escola de Visitadoras da Alimentação que funcionou em Fortaleza ver CIDRACK, Marlene Lopes. *Escola Agnes June Leith. Formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação*. Tese de doutoramento, UFC, FAGED, 2010.

1961 passou a ser de semi-internato. O currículo da Escola abrangia disciplinas nas áreas de Avicultura, Agricultura, Higiene, Dietética, Nutrição, Sociologia, Puericultura, Noções de Enfermagem, etc.

As visitadoras da alimentação eram parte importante da política de educação alimentar do SAPS, como foi dito, elas eram o elo entre a autarquia e as famílias dos trabalhadores. As visitadoras eram responsáveis por divulgar o que era definido nos laboratórios de pesquisa do SAPS e anunciar os benefícios de uma alimentação racional diretamente junto às famílias dos trabalhadores, porém essa não era a única forma que o SAPS possuía de transmitir à população os preceitos da “boa alimentação”.

Segundo Maria Helena R. Capelato (2009, p. 179-180), no que se refere à cidadania/trabalho o governo atuou de duas formas: a primeira diz respeito às medidas efetivas junto às classes trabalhadoras e a outra diz respeito ao aparato propagandístico²⁷ dessa política que tinha o intuito de introjetar nesses trabalhadores o sentimento de gratidão pelas benesses do governo. Pode-se dividir da mesma forma a atuação do SAPS: as medidas concretas realizadas pela autarquia e o aparato propagandístico. Este é um aspecto muito importante da atuação do SAPS, pois a autarquia utilizou intensamente esse aparato propagandístico para divulgar suas ideias e propostas de “boa alimentação”.

O SAPS dispunha da Seção de Propaganda, Estatística e Assistência (SPEA) que entre outras atividades era responsável pela “divulgação, especialmente nos meios trabalhistas e patronais, das vantagens da alimentação racional” (Resenha do SAPS, 1945, p. 14). Além de publicações da própria autarquia, palestras, reportagens em diversos jornais, panfletos, festas do SAPS, divulgação radiofônica, tudo isso era utilizado pelo órgão para difundir suas ideias.

Os Restaurantes Populares, além da educação alimentar feita na prática, também eram alguns dos maiores meios de divulgação das ideias do SAPS. Dentro dos restaurantes havia o sistema de som por onde eram ensinados os benefícios da “boa alimentação” e panfletos também eram distribuídos aos frequentadores. No Rio de Janeiro, o SAPS também contava com dois programas transmitidos pela Rádio Mauá.

A partir de 1944 o SAPS passou a publicar uma revista mensal intitulada Boletim do SAPS em que eram publicados desde artigos científicos divulgando os resultados de pesquisas realizadas nos laboratórios da autarquia a indicações de receitas baseadas na alimentação racional. A revista publicava as realizações da autarquia, contava fatos históricos referentes a história do Brasil, e matérias variadas que demonstram que o Boletim do SAPS não atuava apenas na divulgação da “boa alimentação”, exemplo disso era seção permanente onde publicava os atos do governo que diziam respeito ao trabalhador. A partir da 4ª edição, a revista contou com a seção “Legislação e

²⁷ Para saber mais sobre a propaganda no governo Vargas ver CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Jurisprudência Trabalhista”²⁸ onde trabalhadores escreviam sobre dúvidas relacionadas aos seus direitos trabalhistas e obtinham respostas baseadas na legislação e jurisprudência do período. A seção também contava com textos relacionados às questões trabalhistas e aos benefícios dos trabalhadores. A figura seguinte (figura 6) mostra a capa da primeira edição do Boletim do SAPS que traz a foto de funcionários da autarquia distribuindo alimento às crianças de um bairro proletário.

Figura 6 Capa da primeira edição do Boletim do SAPS



(Fonte: Biblioteca Digital Unirio. Acesso em 10 de setembro de 2014)

A imprensa e a propaganda durante o Governo Vargas, em especial durante o Estado Novo (1937-1945), tiveram grande importância na propagação das ideias de quem detinha o controle do executivo do país. Com o apoio de vários jornais e revistas e a repressão aos periódicos de oposição, a exaltação ao Governo e suas ideias puderam ter maior alcance em todo o país. Dessa forma, não eram raras publicações divulgando as atividades desenvolvidas pelo SAPS, como é o caso das imagens retiradas do jornal *A Manhã*. Nas figuras 7 e 8 é possível observar que as publicações ao

²⁸ Para uma análise sobre a seção “Legislação e Jurisprudência Trabalhista” do Boletim do SAPS ler o capítulo “Falando aos trabalhadores do Brasil e ouvindo suas vozes” In EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, discos e livros: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS (1940-1967)*. Tese de doutoramento. UFF. Rio de Janeiro, 2012.

divulgarem o restaurante do SAPS destacam o caráter nutritivo da refeição, numa das imagens é listado o cardápio e os nutrientes advindos naquela refeição enquanto que a outra destaca todo o aparato científico por trás da refeição servida no restaurante.

Figura 7 Publicação do jornal A Manhã ilustrando um almoço no SAPS

ESQUÊMAS

Nutrição

ASSUCAR	20 grs	H. DE CARBONO	23001
MANTEIGA	8	PROTEINAS	57,88
SALADA	210	GORDURAS	57,81
ARROZ	100	TOFORO	0,978
FEIJAO	60	CALCIO	0,522
FARINHA	40	FERRO	0,042
BIFE	100		
LEITE	200		
PÃO	50		
LARANJA	1		

UM ALMOÇO DO S.A.P.S.
1.717.982 CALORIAS
CUSTO 1.600

LEVY

(Fonte: Jornal A Manhã, 20 de agosto de 1941)

Figura 8 Reportagem retirada do jornal A Manhã sobre um almoço no SAPS

ONDE AS NOVIDADES VARIAM COMO O CARDÁPIO

Almoçando em boa companhia -- Por 1\$400, nem no "china" -- Leite e manteiga -- Almoçando com carro na porta, à disposição -- O que acontece quando o cientista manda mais que o cozinheiro

E MAIS UMA VEZ, o repórter almoçou no S. A. P. S., isto é, no restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Toda a vez que ali vai, encontra novidades; tal como o cardápio diário, o assunto também é variado e apresenta sempre detalhes novos que justificam mais alguns minutos sobre os notáveis resultados dessa obra.

o repórter continuou o seu almoço. Lavou as mãos na pia circular, enxugou-as no ar quente dos secadores automáticos e ganhou, depois, a rampa que leva a frequentar ao salão de almoço. Muito mais suave esse ambiente do que a cozinha estufante dos degraus de uma secundária...

No fim da rampa alcançou a cozinha da filha que, quase sempre, se es-

das aguardam a vez de receber sua bandeja.

o repórter também recebeu a sua, colocou-a no "trilho" e foi andando, no espaço de poucos metros passou pelas distribuidoras que colocaram na bandeja todos os pratos do dia: feijão, arroz, batata, bife, salada de agulho, pão, manteiga, laranja e n-



O repórter saboreia o ótimo cardápio e colhe as impressões dos trabalhadores

(Fonte: Jornal A Manhã, 13 de setembro de 1941)

É possível perceber também a importância dada pelo governo a uma alimentação saudável e balanceada ao relacionar os temas e a quantidade de palestras feitas pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho no programa de rádio "Hora do Brasil" ²⁹ no quadro "Falando aos trabalhadores brasileiros". O tema da alimentação esteve presente em quatro ocasiões, número superior a temáticas consideradas de extrema importância para o trabalhador como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o salário mínimo, por exemplo, e mesmo número de vezes que palestras sobre a legislação previdenciária (MTIC apud CASTRO, 1999, p. 65). Segundo Gomes (2005) o

²⁹ A "Hora do Brasil" era um programa de veiculação obrigatória em todas as rádios do país, fato que perdura até hoje, embora o nome do programa tenha mudado para "Voz do Brasil" em 1962.

comparecimento semanal de um Ministro nesse programa de rádio, que na época era o veículo de comunicação de maior alcance, para palestrar sobre temas diversos, mas que tinham como eixo fundamental a legislação social trabalhista do Estado Novo, demonstrava a importância e o alcance que deveriam ter aquelas palestras. O número de palestras sobre alimentação pode ser considerado baixo se comparado ao número de palestras sobre a sindicalização, treze palestras, mas só o fato de o Ministro do Trabalho tratar do tema no veículo de comunicação de maior alcance³⁰ da época pode ser considerado uma das maiores formas de propaganda da “boa alimentação”.

A propaganda das atividades do SAPS e dos benefícios da “boa alimentação” também era utilizada como arma em favor do discurso do progresso nacional. A ideia de que homens bem alimentados contribuiriam muito mais para o progresso do país, demonstra claramente que o problema da alimentação, muito mais do que um problema de saúde, era tratado como uma questão do trabalho e é essa relação entre alimentação e progresso do país que será demonstrado nas páginas seguintes.

1.3 Alimentação e Progresso

"Estou certo de afirmar uma verdade com a qual todos concordarão, proclamando que os baixos níveis de nutrição do povo brasileiro constituem uma das mais poderosas forças contra o progresso de nosso país" (COSTA, 1951, p. 145). Esta frase de Dante Costa revela a importância que era dada à "boa alimentação" na caminhada para o progresso do país.

Como foi dito acima a política social praticada pelo governo, no início da década de 1940, preocupava-se em promover mudanças substanciais na capacidade de produção dos trabalhadores. O conjunto de medidas adotadas buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador. A criação de benefícios como a licença maternidade, seguro invalidez, doença e morte são exemplos dessas medidas, porém o governo tomava providências que iam além da concessão de benefícios. A política intervencionista do governo deveria ser sentida em áreas mais profundas da vida do trabalhador como habitação, alimentação e educação (GOMES, 1999).

Na esteira para o progresso traçada pelo governo, a alimentação gozava de uma posição de extrema relevância, pois, a partir de uma alimentação adequada, o trabalhador poderia gozar de maior vitalidade física e com isso tornar-se mais produtivo. Isto pode ser observado na fala de José de Segadas Vianna, na época Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, ao relacionar o problema alimentar como um problema do trabalho.

³⁰ Sobre o alcance dessas palestras, Angela de Castro Gomes (2005) diz que vários depoimentos tanto de defensores quanto de contrários à política de Vargas “concordam que a fala de Marcondes Filho conseguiu razoável penetração e audiência, inclusive entre os trabalhadores”. E completa com um trecho da transcrição da entrevista de Hilcar Leite, onde, ao ser questionado se as palestras de Marcondes Filho eram ouvidas, ele respondeu: “Eram ouvidas; eram ouvidas mesmo. Não é à toa que a Rádio Mauá, que era a rádio do Ministério do Trabalho, começava a irradiar às 5 horas da manhã. Chegou a ser a rádio mais escutada de manhã”. (GOMES, 2005, p. 233-234)

Na verdade, hoje em dia não se compreende que um trabalhador possa cumprir seus deveres, fazendo jus à remuneração e produzindo eficientemente, sem que seja bem alimentado. Um trabalhador desnutrido não somente tem sua capacidade de trabalho reduzida como não produz artigos convenientemente acabados porque a mão lhe treme, o braço não é capaz de sustentar a ferramenta. Um trabalhador desnutrido não se encontrará em bom estado de espírito e facilmente criará problemas com seus chefes e seus próprios companheiros, resultando incidentes que podem dar causa à sua dispensa. **Um trabalhador mal alimentado será incapaz de procurar produzir o máximo, porque em pouco tempo se sentirá cansado pelo serviço.**

O problema da alimentação é, por isso, um problema do trabalhador e é, conseqüentemente, um problema do trabalho. (Boletim do SAPS, 1945, nº 5, p, 09; negrito da autora)

Ao tornar o problema da alimentação um problema do trabalho o governo optou por uma “concepção totalista do trabalho”, onde o trabalhador não era visto como uma máquina de produção, mas uma “célula vital do organismo pátrio” (GOMES, 1999). Não por acaso, o SAPS era uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e não ao Ministério de Educação e Saúde. Embora tratasse de um aspecto da vida humana inerente à saúde, o SAPS ideologizava a alimentação como uma forma de “servir à pátria”. Dessa forma a alimentação passa a ser encarada como uma ferramenta de auxílio na busca pelo progresso.

Dante Costa (1951) dizia que um homem bem alimentado se tornaria um homem mais saudável, mais eficaz, mais feliz e um homem feliz trabalharia mais e melhor para o progresso do seu país. O mesmo princípio se aplicaria às crianças, que bem alimentadas renderiam muito mais na escola, cresceriam livres de doenças e, no futuro, serviriam com mais eficácia à sua pátria. Maria Helena Capelato (2009) mostra um exemplo utilizado por José Rogério da Silva (1992) em sua dissertação, *Condições da vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo*, que analisa uma campanha de educação sanitária que, através de uma historietta aponta o ideal de alimentação para as crianças crescerem fortes e saudáveis. O narrador inicia a história apresentando os personagens, três irmãos, Maria, Amélia e José, dizendo que os três eram muito doentes e que não tinham vontade de comer, eram feias, fracas, pálidas, barrigudas, mas um dia aconteceu um milagre:

As crianças viram lá no horizonte uma coisa luminosa, como uma estrela que se aproximava... E a visão, quando estava bem perto, disse: ‘Maria, Amélia e José, ouçam bem o que eu vou falar e prestem bastante atenção. Eu sou a saúde. Maria, se você quiser crescer, curar essa doença que tem nos olhos; se você, Amélia, quiser ficar corada, nunca mais ter dor de dente nem as gengivas inflamadas e sangrentas; se você José, quiser ficar forte, endireitar as pernas e poder correr bastante, precisam fazer o que eu disser: **todos os dias vocês devem comer frutas, muita verdura, bastante leite, ovos, laranja, limão, abacate, tomate, milho, aveia, agrião, banana, cenoura, abóbora, fígado, carne, alface, pimentão, devem comer sempre. Se fizerem o que lhes disse, vocês ficarão fortes, grandes, vivos, inteligentes, bonitos assim como eu**’. (SILVA, 1992, p. 116-7 apud CAPELATO, 2009, p. 191; negrito da autora)

Outro exemplo utilizado por José Rogério da Silva e que Maria Helena Capelato (2009) transcreve mostra o que era passado às crianças pobres que frequentavam os grupos escolares e ilustra a ideia de que a criança bem alimentada contribuiria com o crescimento do país:

Faça, todos os dias, cinco refeições separadas por intervalos certos.... Não deixe de pedir à sua mãe, todos os dias, pelo menos um bife sempre mal passado e preferivelmente de fígado, dois copos de leite e um pouco de manteiga, uma fatia de queijo e um prato de frutas ou verduras. Sem isso você não crescerá bem. Ficarà para toda a vida, pequeno e feio, provocando riso dos que em criança souberam comer melhor. **Faça isso tudo em seu benefício e em favor daqueles a quem você quer bem e assim, patrioticamente, você muito estará contribuindo para a grandeza do Brasil.** (SILVA, 1992, p. 116-7 apud CAPELATO, 2009, p. 191; negrito da autora)

Nos exemplos acima é possível observar como a relação entre alimentação e progresso era proposta, a ingestão de uma alimentação saudável era uma condicionante para o crescimento do sujeito e do país, o que fazia da política alimentar do SAPS uma ferramenta importante nessa busca pelo progresso. A política alimentar do SAPS também foi utilizada para amenizar um problema que há muito assolava o país: a fome, e é sobre isso que trata o próximo tópico.

1.4 Alimentação e fome

Segundo Angela de Castro Gomes (1999), a identificação da pobreza como um dos obstáculos para o crescimento do país fez com que o Estado interviesse nas questões sociais. Como um dos aspectos da situação de pobreza é caracterizado pela falta de condições do indivíduo de alimentar-se de forma suficiente para o bom funcionamento do organismo, a política de alimentação do SAPS também buscava amenizar o problema da fome no Brasil.

É quase impossível falar sobre a fome no Brasil e não citar os estudos desenvolvidos por Josué de Castro³¹ (1908-1973). No início dos anos 1930, seus estudos sobre a fome contribuíram de maneira significativa para que o assunto, considerado tabu à época, se tornasse um problema visível para as autoridades e objeto mais frequente de pesquisas científicas. No prefácio de seu livro *Geografia da Fome*, publicado pela primeira vez em 1946, Josué de Castro demonstra seu espanto ao diagnosticar a pobreza bibliográfica sobre o fenômeno da fome.

Josué de Castro classificou a “fome” de duas maneiras: fome total que é aquela em que não se come nada e se define de maneira vertiginosa até a morte; e a parcial ou oculta que é aquela em que se come de maneira inadequada e o indivíduo entra em um regime de carências ou deficiências

³¹ CASTRO, J. *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Monografia. Recife, 1932; CASTRO, J. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936; CASTRO, J. *A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana*. Porto Alegre: Globo, 1937; CASTRO, J. *Geopolítica da Fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1951; CASTRO, J. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte (CASTRO, 2010). A política nacional de alimentação buscava intervir no segundo tipo de fome classificado por Castro.

Nascido em Pernambuco, estado nordestino historicamente castigado pela fome, Josué de Castro demonstrou que o fenômeno da fome, contrariando as ideias vigentes, pouco ou, algumas vezes, nada tinha a ver com a ação da natureza, mas que era resultado da ação do homem e de suas escolhas equivocadas na condução política e econômica do país. É o que demonstra o trecho transcrito abaixo:

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. [...] Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça do índio, o da mineração, [...]. É sempre o “fique rico”, tão agudamente estigmatizado por Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*. É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas “galinhas dos ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. (CASTRO, 2010, p. 266-267)

Dante Costa (1951, p. 178) ao falar sobre o problema da fome no Brasil diz que para que surgisse uma solução era necessário que fosse instaurado no país uma política alimentar baseada nos interesses reais do povo. A fome, tanto para Dante Costa quanto para Josué de Castro, era entendida como uma necessidade biológica, resultado da ação humana, e sua solução passava pela educação alimentar, dessa forma, a política alimentar do SAPS que previa a inclusão de alimentos que suprissem a necessidade diária de nutrientes contribuiria para atenuar o problema da fome no país.

Busquei, neste primeiro capítulo, demonstrar o que foi a política alimentar do SAPS e quais eram as suas propostas, isto se fez necessário para uma contextualização das ideias sobre alimentação propostas pelo Governo Territorial, que serão alvo de análise no próximo capítulo.

2. DO CAFEZINHO COM FARINHA AO LEITE E FRUTAS: A POLÍTICA TERRITORIAL DE ALIMENTAÇÃO

“A alimentação geral do povo precisa ser transformada”.

Janary Gentil Nunes, 1946

A criação do Território Federal do Amapá³² deu-se sob a justificativa de ocupar e proteger os espaços fronteiriços que representavam grandes vazios demográficos (LEAL, 2007, p.12). Essa não foi a primeira vez na história da região que aquelas terras chamavam a atenção das autoridades por sua posição estratégica. A fronteira entre o Brasil e a França é alvo de preocupação para as autoridades brasileiras desde o período colonial.

As terras do extremo norte brasileiro eram estratégicas, pois eram consideradas as portas de entrada da região amazônica e faziam fronteira, principalmente, com terras de domínio francês. Flávio dos Santos Gomes (1999) ao analisar o início e o desenrolar da colonização da região faz uma analogia com um tabuleiro de xadrez.

A região de Macapá não seria, inicialmente, ocupada em termos econômicos. Mas logo chamaria a atenção das autoridades metropolitanas. Importância militar. Fronteiras. Dispersos – já desde o século XVII – alguns fortins ali seriam estabelecidos. E não foram só de portugueses e espanhóis. Não muito distantes apareciam mesmo aqueles ingleses e franceses. A imagem figurada de um tabuleiro de xadrez é interessante para pensarmos os primórdios da ocupação colonial nesta região. O movimento de peças era lento e cuidadoso. Interesses e objetivos ainda estavam sendo definidos. (GOMES, 1999, p.12)

Com a colonização francesa, por volta de 1634, das terras que hoje pertencem à Guiana Francesa³³ e com a colonização portuguesa³⁴ das terras que hoje compõem o Estado do Amapá iniciou-se um período de disputas territoriais que se estenderia por quase dois séculos. Estrangeiros

³² O Decreto-Lei 5812 de 1943 criou também os Territórios de Ponta-Porã, Iguçu, Guaporé e Rio Branco.

³³ Expulsos definitivamente de São Luís, no Maranhão, em 1615, os franceses logo procuraram estabelecer-se novamente na região, entre o Rio Orenoco e o Rio Amazonas, como já haviam feito ingleses e holandeses. Em 1626, realizaram uma primeira tentativa de colonização ao longo do Rio Sinnamary e, em 1634, fundaram a cidade de Caiena, hoje, capital desse Departamento Ultramarino (REZENDE, 2006, p.132).

³⁴ Com o Tratado de Tordesilhas em 1493 as terras do atual Estado do Amapá passaram a pertencer à Coroa Espanhola, porém durante a União Ibérica (1580-1640) essas terras foram transformadas na Capitania do Cabo Norte e foram doadas a Bento Maciel Parente em 1637. Segundo Alder Fonseca de Castro (1999) foi pela constante defesa do território feita pelos portugueses que a capitania foi doada a Bento Maciel Parente. Foi em meio a estas disputas territoriais que em 1751 houve a fundação da vila de São José de Macapá com o intuito de povoar aquelas possessões portuguesas.

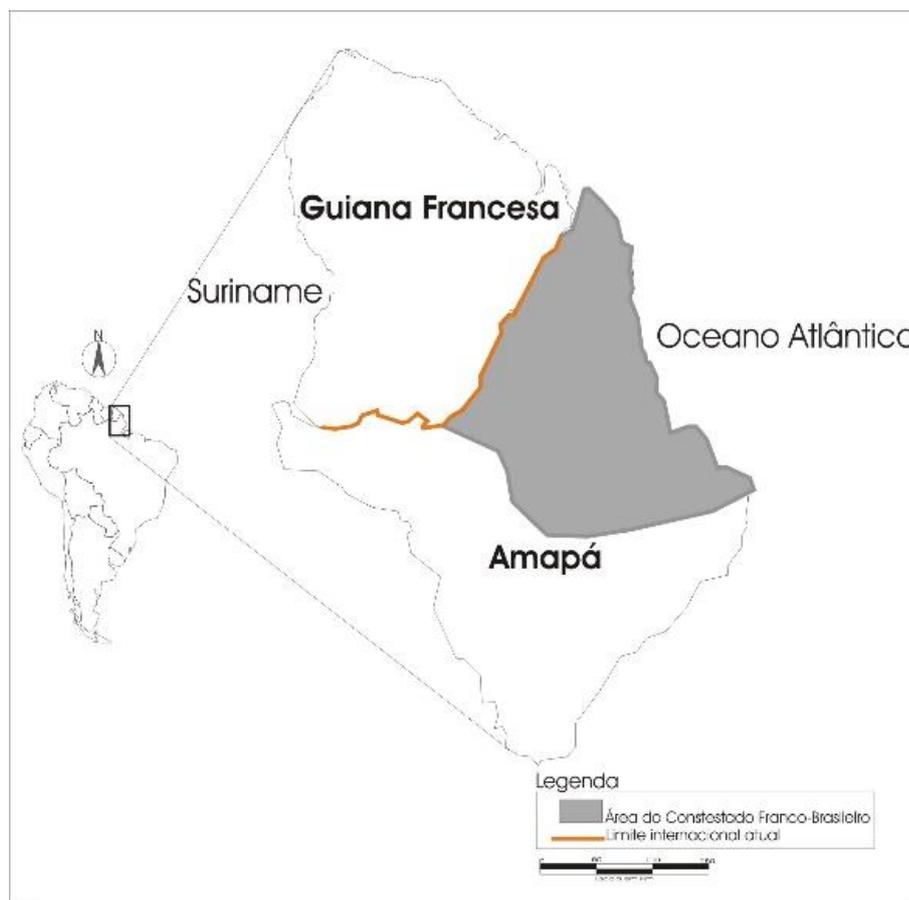
(holandeses, espanhóis e sobretudo franceses) frequentemente realizavam incursões sobre o território pertencente à Coroa Portuguesa. Essas movimentações, com maior constância, de comerciantes e exploradores franceses, quilombolas e indígenas aliados aos estrangeiros em terras portuguesas aumentavam a tensão existente entre as duas coroas. Em 11 de abril de 1713 as Coroas de Portugal e da França celebraram o primeiro Tratado de Utrecht³⁵ no qual a Coroa Francesa renunciava formalmente às suas pretensões de posse das terras do Cabo Norte situadas entre o rio Amazonas e o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón.

A partir daí se iniciaria uma série de desentendimentos sobre a fronteira física que demarcaria os dois domínios. Esta, como já foi mencionado, foi delimitada no primeiro Tratado de Utrecht como sendo o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón, porém os franceses questionavam a localização desse rio. Sabe-se que a cartografia dessa região durante o período colonial era imprecisa, uma vez que muitos foram os viajantes que circulavam pela região “mapeando” o lugar. Devido a essa imprecisão cartográfica os franceses argumentavam que o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón não era aquele que os portugueses apontavam, mas outro, dado que vários rios tinham esse topônimo. Esse impasse ficou conhecido como Contestado Franco-Brasileiro³⁶ (Figura 1) e perdurou até o ano de 1900 quando, por meio de uma arbitragem internacional, no qual a Suíça foi escolhida como mediadora, o território em litígio foi atribuído ao Brasil e o rio Oiapoque foi confirmado como sendo a fronteira entre os dois países.

³⁵ O segundo tratado de Utrecht foi assinado em 1715 incluía entre suas inúmeras cláusulas o restabelecimento da posse da Colônia de Sacramento para Portugal, antes em domínio espanhol.

³⁶ Sobre a questão do Contestado Franco-Brasileiro ver: GRANGER, S. *O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia*. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a2.pdf>>.

Figura 9 Contestado Franco-Brasileiro



(Fonte: Revista Confins)³⁷

Com a resolução da questão fronteiriça a região voltou a ser alvo de atenção das autoridades brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial quando militares norte-americanos, com a autorização do governo brasileiro, instalaram uma base aeronaval no município paraense do Amapá em 1942³⁸. Outro fato que chamou a atenção para aquele rincão foi quando a França, submetida aos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, se tornou uma possível ameaça ao Brasil, isto porque sendo a Guiana Francesa um domínio francês na América do Sul, poderia ser usada como base para uma possível invasão ao território brasileiro. Dois fatos foram de fundamental importância para amenizar este foco de tensão, o primeiro foi o alinhamento da Guiana Francesa³⁹ à França Livre⁴⁰. E o segundo

³⁷ Disponível em: <http://confins.revues.org/docannexe/image/6040/img-4.jpg>. Acesso em 13 de outubro de 2014.

³⁸ Para saber mais sobre a base aeronaval instalada no município do Amapá ver NUNES FILHO, 2014. *A base aeronaval norte-americana do Amapá-Brasil pós-Segunda Guerra Mundial*. Revista Portuguesa de História – t. XLV (2014), p. 299-323. Disponível em www.dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_13. BARRETO, Cassilda. *Pássaros máquinas no céu do Amapá*. Brasília: Da autora, 2000.

³⁹ Até então a Guiana Francesa era colônia da França passando a ser um Estado ou Departamento de Ultramar francês em 1946, acontecimento que o autor Iuri Cavlak (2013) classificou como uma “curiosa descolonização sem independência”.

foi o desmembramento de parte do território do Estado do Pará para a criação do Território Federal do Amapá.

2.1 O Território Federal do Amapá

Jadson Porto (2007), assim como Leal (2007) diz que a criação do Território Federal do Amapá atendia a dois objetivos, um militar e outro administrativo. O primeiro tinha o intuito de proteger militarmente a zona fronteira de possíveis invasões, já que, como foi mencionado anteriormente, a região do extremo norte do Pará estava localizada numa área de limite entre as terras brasileiras e a Guiana Francesa, até então aliada alemã. O segundo visava estimular uma política de ocupação, pois essa região era considerada uma área despovoada⁴¹. O censo demográfico de 1940 apontava que a densidade demográfica dos municípios paraenses que comporiam o Território Federal do Amapá, a saber Macapá, Amapá e Mazagão, era inferior a 1 habitante por km² como mostra a tabela que segue.

⁴⁰ Devido a uma crise de abastecimento, a população franco-guianesa iniciou um levante, rapidamente controlado por líderes antinazistas guianeses, que resultou na fuga do governador colonial e o apoio das novas autoridades provisórias à Resistência francesa comandada pelo general Charles De Gaulle (CAVLAK, 2013).

⁴¹ Num estudo realizado sobre a densidade demográfica das áreas de fronteira, publicado na Revista Brasileira de Geografia, Moacir da Silva, utilizando os dados do censo demográfico de 1940, classificou como terras despovoadas aquelas faixas fronteiriças que possuíam a densidade menor que um habitante por km² (LEAL, 2007).

Tabela Densidade demográfica dos municípios da fronteira norte do país

ESTADO	Município	Área (km ²)	População (1940)	Densidade
Pará	Amapá	69 066	6 496	0,09
	Macapá	27 912	16 595	0,60
	Mazagão	22 947	8 217	0,36
	Almeirim	95 399	5 111	0,05
	Monte Alegre	29 191	12 479	0,43
	Alenquer	18 884	14 995	0,80
	Óbidos	46 796	13 960	0,30
	Oriximiná	106 910	13 298	0,12
Faro	23 850	6 297	0,27	
Amazonas	Moura	109 183	3 046	0,03
	Boa Vista	170 581	10 585	0,06
	Barcelos	74 472	5 636	0,08
	São Gabriel	161 115	13 631	0,08
	Tefé	129 649	15 917	0,12
	São Paulo de Olivença	64 013	13 754	0,21
	Benjamim Constant	73 119	9 339	0,13
Pôrto Velho	28 220	8 354	0,30	
Acre	Cruzeiro do Sul	29 770	17 903	0,60
	Seabra	19 141	10 188	0,53
	Feijó	16 218	8 328	0,51
	Sena Madureira	29 453	12 831	0,43
	Brasília	10 235	7 102	0,69
	Xapuri	8 871	8 706	0,98
	Rio Branco	34 339	16 264	0,47

(Fonte: Revista Brasileira de Geografia, n 4, vol. 4, 1942)

O plano político⁴² do Governo Vargas para a região amazônica visava mudar este cenário de vazio demográfico e de improdutividade. Era necessário não somente ocupar, mas criar mecanismos para desenvolver economicamente a região e assentar o homem naquele “vazio”. É possível notar isto nas palavras de Getúlio Vargas, ainda em 1940, no seu discurso no Estado do Amazonas ao falar do plano para a região:

(...) plano, já delineado de modo geral, compreende duas partes: saneamento e colonização. (...) O crescimento demográfico é evidente. E bastará cuidar dessas gerações, defendendo-as contra as moléstias, preparando-as física e culturalmente, dando-lhes educação moral e cívica para transformá-las em valiosos fatores de povoamento da região. É o que queremos fazer sem perda de tempo. A política povoadora será iniciada com grupos de nacionais que aqui se fixem e prosperem. (VARGAS, vol. VIII, p. 87-88, in LEAL, 2007, p. 50)

⁴² Para saber mais sobre o plano de ocupação da Amazônia no Governo Vargas, ver SECRETO, M. V. *A ocupação dos “espaços vazios” no Governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

Foi nesse contexto e sob esse plano que Janary Gentil Nunes (1912-1984) foi nomeado Governador do Território em 27 de dezembro de 1943. Nasceu em 1912, no município de Alenquer, no Pará, e aos 18 anos entrou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Seu primeiro contato com as terras do futuro Território se deu quando foi designado para proceder a um inquérito no Destacamento Militar em Clevelândia do Norte⁴³ em 1936. Em 1940, Janary Nunes assumiu o comando do Pelotão de Oiapoque, e de 1942 a 1943 foi comandante da 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas da Base Aérea de Belém. Em 25 de janeiro de 1944 chegou em Macapá como primeiro governador do Território. Nunes ficou à frente do governo por 12 anos, deixando o cargo apenas em 1956 para assumir a presidência da Petrobrás. Janary Nunes também foi representante do Território na Câmara dos Deputados, o que se deu de 1963 a 1967. Faleceu em 1984 na cidade do Rio de Janeiro.

Maura Leal (2007) diz que o fato de Janary Nunes ser militar e ter conhecimento da região foi importante para a sua escolha como governador, porém a autora avalia que outra característica também o destacava, sua identificação com a política nacional vigente⁴⁴. O governo de Janary Nunes era coerente com os planos do Governo Federal para a região e isso foi confirmado através da decisão que manteve o Território do Amapá em 1946. Segundo a autora, a decisão não só reconheceu o êxito do programa que originou os Territórios Federais, mas, principalmente, atribuiu à gestão de Janary Nunes o continuísmo da administração territorial no Amapá, consolidando-o como mentor dessa política (LEAL, 2007, p. 88).

Os primeiros anos do governo de Janary Nunes foram marcados pelo levantamento de dados com o objetivo de visualizar a realidade do Território Federal então criado. Foram reunidas informações de diversas áreas como saúde, educação, produção, administração, obras, terras, segurança, abastecimento, serviços industriais, divisão judiciária e administrativa no período de 1943 a fins de 1945. Esses dados foram reunidos e compuseram o Relatório das Atividades de Governo do Território Federal do Amapá apresentado pelo Governador Janary Nunes ao Presidente da República em janeiro de 1946. Além de demonstrar a situação que se encontrava o recém-criado Território Federal, o relatório também servia de base para a fixação das diretrizes do plano governamental.

Na lista das primeiras realizações de Janary Nunes pode-se encontrar uma significativa mudança no plano urbanístico e arquitetônico de Macapá, capital do Território⁴⁵. O primeiro

⁴³ Clevelândia do Norte é um distrito do município de Oiapoque e ficou conhecido durante a década de 1920 por abrigar um presídio para onde eram enviados presos políticos que faziam oposição ao governo federal.

⁴⁴ A consonância entre o governo territorial e o governo federal, mesmo após o fim do Estado Novo, pode ser observada pelo tempo em que Janary Nunes permaneceu à frente do governo do Amapá. Dentre todos os governadores escolhidos para os territórios criados em 1943, Janary Nunes foi quem permaneceu por mais tempo à frente do governo. Os Territórios de Ponta Porã e Iguaçu foram extintos em 1946. O Território de Guaporé tornou-se o Estado de Rondônia em 1981, sendo que o primeiro Governador do Território permaneceu apenas três anos no cargo. O Território do Rio Branco tornou-se Estado da Federação juntamente com o Território do Amapá com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que extinguiu também o Território de Fernando de Noronha, e seu primeiro governador permaneceu à frente do poder entre 1944 e 1946.

⁴⁵ No Decreto-Lei que criou o Território do Amapá ficou estabelecido que o município de Amapá seria a capital do Território, porém Janary Nunes solicitou a mudança do status de capital para Macapá,

governador construiu escolas, hospitais, o hotel da cidade, casas para os funcionários públicos e deu início à urbanização do centro da cidade. Sobre a urbanização da cidade foi composto um ladrão⁴⁶ no qual é retratada a saída da população do centro da cidade e sua alocação em regiões periféricas de Macapá⁴⁷:

Aonde tu vais rapaz?
Neste caminho sozinho
Eu vou fazer minha morada
Lá nos campos do laguinho

As ruas do Macapá
Estão ficando um primor
Tem hospitais, tem escolas
Pros fíos do trabalhado
Mas as casas que são feitas
É só prá morar os doutô⁴⁸

Com as realizações feitas pelo governo territorial é possível notar a construção de uma narrativa histórica onde Janary Nunes é considerado o criador do Amapá. Essa narrativa pregava que a posse de Janary Nunes significava o fim do abandono, do atraso e do caos no qual aquelas terras se encontravam, e a partir de então o Território teria encontrado a luz, o otimismo e o progresso para aquela gente (LOBATO, 2014, p. 282).

É possível notar a construção dessa narrativa através de depoimentos como o do jornalista João Malato num artigo publicado no jornal *Folha do Norte* e que foi transcrito para o livro de Janary Nunes (1962) *Confiança no Amapá*, que reuniu várias publicações sobre suas realizações e serviu de propaganda política para o pleito de 1962, quando concorreu a deputado pelo Território⁴⁹. Malato diz

entre outros motivos, devido à cidade estar mais bem situada, ter maior facilidade de acesso e ser mais desenvolvida (NUNES, 1946, p. 134).

⁴⁶ Ladrão é a denominação das cantigas entoadas nas festas de Marabaixo. Para saber mais sobre a festa do Marabaixo ver MOTINHA, K. *A Festa do Divino Espírito Santo: espelho da cultura e sociabilidade na Vila Nova de Mazagão*. Teses de Doutorado. São Paulo (USP), 2003.

⁴⁷ Na entrevista concedida a esta historiadora a senhora Josefa Lina da Silva revela que muitos a questionam sobre a sua posição em relação à retirada dos moradores da frente da cidade, a entrevistada afirma que não foi contra a saída, pois não seria vantajoso para ela ir de encontro a uma decisão do governador. Eis o trecho da entrevista em que Josefa da Silva narra sua experiência: “quando disseram assim, quando o Janary veio, ele fez muita coisa, vocês não ficaram contra? Não, se ele veio a fim de melhorar, se ele era o chefe da turma, como é que eu vou falar contra a senhora que é a primeira pessoa, o quê que eu vou tirar de lucro? Ficar ali no canto quanto tempo? ”. Entrevista realizada no dia 09 de julho de 2016.

⁴⁸ Este é um trecho do ladrão *Pra onde tu vai rapaz?* que também foi interpretado por Luiz Gonzaga. Para uma análise deste ladrão ver LOBATO, S. *A cidade dos trabalhadores: insegurança institucional e táticas de sobrevivência em Macapá*. Tese de Doutorado. São Paulo (USP). 2013.

⁴⁹ Muitos desses relatos foram publicados no jornal *Amapá* durante o mandato de Janary Nunes como governador, impressões de visitantes sobre o Território, sobre Janary Nunes, sobre o trabalho que estava sendo realizado, como no caso do relato de João Batista Ferreira de Souza que teve sua

que “Deus fêz o mundo em seis dias, e no sétimo descansou. Janary Nunes construiu o Amapá em doze anos, e não descansou jamais (...)” (MALATO, 1962 in NUNES, 1962, p. 7).

Incontáveis são os exemplos de referências que atribuem a Janary Nunes a criação do Amapá ou que lhe atribuem o status de salvador daquela região. Mais um exemplo disso é o discurso de Juscelino Kubitschek por ocasião de sua visita ao Território do Amapá em 1947 juntamente com outros parlamentares e jornalistas. O discurso, proferido no cine-teatro territorial, expressa a importância de Janary Nunes para aquele Território.

Omnimodo em sua atividade, o Governador Janary Nunes atinge altitudes que poucos homens públicos no Brasil lograram conquistar. É um dínamo, possante e novo, a abrir largas esperanças ao progresso desta região. As realizações que seu gênio construtivo está proporcionando ao Amapá é uma lição que ficará perene na história dos desbravadores do Brasil. Circulam no seu sangue os glóbulos dos bandeirantes que em épocas de outrora penetram o interior de nossa Pátria e a arrancando ao sono milenário procuraram integrá-la na comunhão humana da civilização. (jornal *Amapá*, agosto de 1947, p. 01)

O próprio Janary Nunes, em diversas oportunidades, expressava o caráter “criacionista” de seu governo. Na introdução do Relatório das Atividades do Governo o governador diz que “**Tudo ainda está por fazer**, apesar de haveremos empregado a totalidade de nossas forças para concretizar o ideal do Amapá rico e feliz, integrado na civilização brasileira” (NUNES, 1946, p. 08; negritos da autora).

O autor Sidney Lobato (2009) chama atenção para um aspecto da atuação de Janary Nunes, relevante para esta pesquisa, que é o caráter etnocêntrico das políticas implantadas por ele. Segundo o autor “o projeto janarista não tinha como meta meramente responder às demandas internas da sociedade amapaense. Seu objetivo era mais ambicioso: reorganizar a vida com base em novos valores e hábitos” (LOBATO, 2009, p. 35).

Norbert Elias (1993, p. 193) diz que “o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” e é esse movimento que é perceptível na sociedade macapaense com a instalação do Território, porém diferentemente do estudo de Elias, este “processo civilizador” ocorrido no Território se deu de forma planejada, racional e deliberada. Aos olhos do governo territorial e federal a vida e a cultura da população macapaense eram tidas como atrasadas e incivilizadas⁵⁰, e deveriam ser transformadas para que pudessem fazer parte do projeto de progresso, nacionalização e integração do Governo federal. Esse grande processo de

opinião transcrita para a edição do jornal de 23 de julho de 1949 e que também consta no livro *Confiança no Amapá*.

⁵⁰ No estudo feito por Elias o padrão de “bom” comportamento” na Idade Média é representado por um conceito bem claro: cortesia. E este se refere a um determinado lugar na sociedade: a corte. No caso do presente estudo o padrão de “bom comportamento” tem como referência o comportamento considerado ideal aos olhos de um determinado grupo dominante, ou seja, hábitos que estivessem alinhados com os avanços científicos e com a modernidade.

transformação não correspondia necessariamente às expectativas da maioria da população local, que não foi consultada.

Antes de analisar as propostas de mudança na alimentação feitas pelo governo territorial será feita uma análise do que se sabia sobre a alimentação na Amazônia nos anos 1940, como a alimentação do amazônida era vista dentro desse processo de progresso nacional do Governo Federal e dentro da proposta da nova alimentação do SAPS.

2.2 A alimentação na Amazônia

Dante Costa, em seu livro *Alimentação e Progresso* (1951), dedica dois capítulos aos problemas alimentares na Amazônia. O livro, como foi mencionado no primeiro capítulo, é composto por uma coletânea de artigos publicados em ocasiões distintas. No capítulo intitulado *O problema da alimentação na Amazônia* o autor faz uma curiosa introdução, onde comunica ao leitor que o artigo científico que o originou foi apresentado numa conferência em Belém, no Pará, em 1939 e que, excluindo algumas questões de linguagem, o artigo encontrava-se terrivelmente atual, e completa:

Os fatos desgraçadamente não mudaram. As condições atuais de fome na Amazônia são as mesmas, se não piores. O paraense heroico continua jogado nos igarapés, no deserto da selva e dos rios impaludados, sem terra e sem alimento, devendo subsistir mais como capricho biológico que pêla fôrça da vida em sua fluência normal. (COSTA, 1951, p. 106)

É com a transcrição das duras palavras de Dante Costa (1951) que inicio este tópico em que apresento duas abordagens sobre a alimentação na Amazônia, a primeira feita por Dante Costa e a segunda, de Josué de Castro (2010) em seu livro *Geografia da Fome*.

Dante Costa, ao tratar do problema alimentar da Amazônia, reconhece que uma das grandes dificuldades para traçar uma dieta específica para a região ainda é a falta de conhecimento das reais condições alimentares dos indivíduos, para tanto ele sugere a realização de inquéritos alimentares⁵¹. Os inquéritos auxiliariam não só no conhecimento das necessidades biológicas dos indivíduos, mas também das necessidades sociais. Abaixo, está um exemplo de uma ficha sugerida por Dante Costa que poderia ser utilizada na realização do inquérito, nela é possível observar que além de dados alimentares também são questionados dados sobre moradia e condições de higiene que também poderiam servir para um estudo que ultrapassasse a esfera de um estudo alimentar daquela população.

⁵¹ No primeiro capítulo demonstrou-se que o inquérito alimentar consistia na colheita de informações sobre a alimentação habitual das pessoas de uma determinada região.

Figura 10 Ficha de inquérito alimentar

(ZONA B — REGIÕES PASTORAIS)	Assinatura do visitador	1.ª PARTE		3.ª PARTE			
		Nome da cidade ou vila:		HÁBITOS ALIMENTARES			
		Total das pessoas da família:		Quantidade	Custo		
		Menores de 12 anos:		diária.	diário		
		Adultos homens: Adultos mulheres:		Carne verde	—	—	
		Salário mensal do chefe de família:		Carne seca, xarque, jabá	—	—	
		Total dos salários e rendas mensais da família:		Caça	—	—	
		Profissão do chefe da família:		Peixes	—	—	
		2.ª PARTE		Bacalhau	—	—	
		Qual é o tipo da habitação?		Piraruetá	—	—	
As condições higiênicas de habitação são boas ou más?		Ovos de galinha	—	—			
Até que idade as crianças são amamentadas?		Ovos de tartaruga	—	—			
Quantos filhos mortos não acidentados?		Leite	—	—			
Altura e peso do chefe da família?		Queijo	—	—			
Data		Manteiga	—	—			
		Feijão	—	—			
		Farinha d'água	—	—			
		Farinha branca	—	—			
		Pão	—	—			
		Macarrão e massas	—	—			
		Arroz	—	—			
		Batata inglesa	—	—			
		Batata doce	—	—			
		Macachera	—	—			
		Verduras e legumes	—	—			
		Assai	—	—			
		Frutas silvestres	—	—			
		Frutas de cultivo	—	—			
		Café	—	—			

(Fonte: COSTA, 1951, p. 127)

Como foi demonstrado no primeiro capítulo no livro *Alimentação e Progresso* Dante Costa se dedica a estabelecer como uma alimentação saudável e balanceada de uma população é fator condicionante para o progresso de um país. “A alimentação influi na duração da vida, nos caracteres somáticos, na conservação da saúde, no aproveitamento mental e, portanto, transcende o interesse de cada um, para interessar ao país, ao povo e à raça” (COSTA, 1951, p. 107). A alimentação, segundo o autor, deve ser um problema de interesse dos países que desejam ser civilizados pelo seu valor social, pois possibilita o aperfeiçoamento dos grupos sociais.

A partir dessa ideia, de que a alimentação influencia no progresso de uma região, Dante Costa relaciona o atraso e a falta de desenvolvimento da região amazônica ao fato de a população local viver desnutrida e subalimentada. O autor, então, enumera três grupos de fatores responsáveis pela má alimentação na Amazônia. O primeiro grupo está relacionado com o trabalho do homem e o pouco desenvolvimento econômico da região. O segundo grupo de fatores está relacionado com a ausência de educação alimentar e o terceiro grupo está relacionado com a geografia amazônica.

Os fatores relacionados com o trabalho do homem e o pouco desenvolvimento econômico são o afastamento excessivo entre núcleos de população; a pouca agricultura; pouca criação de gado; exiguidade dos meios de transporte; reduzido poder aquisitivo. Os fatores relacionados com a ausência de educação alimentar são o pequeno consumo de leite, mesmo nas regiões de criação; o predomínio de determinados alimentos sobre outros de maior utilidade biológica. E os fatores

relacionados com a geografia: inundações periódicas em algumas zonas e a diversidade dos núcleos de população (COSTA, 1951).

Um dos problemas alimentares mais conhecidos da região amazônica era o baixo consumo de carne por seus habitantes. Dante Costa diz que o consumo de carne fresca na Amazônia é nulo, e completa afirmando que “os habitantes da Amazônia servem-se do jabá ou carne sêca, carne conservada com sal, com enormes desvantagens: reduzido valor nutritivo, pouca digeribilidade, excesso de sal, mesmo depois de preparada, condicionando excesso de água como complemento às refeições” (COSTA, 1951, p. 115). O peixe, fonte de proteínas, podia ser considerado substituto útil da carne de boi, porém, segundo Costa, a ingestão de peixe deveria ser numa quantidade muito maior do que a praticada pelo amazônida, devido à quota proteica do peixe ser menor que a da carne. O que se percebe aqui é a constante preocupação de Dante Costa com o consumo dos nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo, a sugestão de troca de um alimento por outro é sempre baseada no valor nutritivo.

No livro *Geografia da Fome*, Josué de Castro faz uma análise dos hábitos alimentares de diferentes grupos humanos em determinadas áreas geográficas, sendo uma dessas áreas estudadas a região amazônica. O autor procura descobrir as causas que condicionaram o tipo de alimentação daquela região e procura verificar também até que ponto as falhas alimentares influenciam a estrutura econômico-social dos grupos estudados. Josué de Castro diz que o país possui pelo menos cinco diferentes áreas alimentares (ver figura 11), e que cada uma delas dispõe de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais, o que reflete, nas características tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais dos indivíduos, a influência marcante de seus tipos de dieta (CASTRO, 2010, p. 35).

O autor atribui a alimentação precária da população amazônida às condições do ambiente. Afirma que a pecuária é prejudicada pela falta de campos abertos propícios à pastagem, as terras em sua maioria são inundáveis dificultando também a criação de gado e de outros animais que serviriam para o consumo. Esta situação ocorre porque, segundo o autor, 80% da população da Amazônia vive nessas faixas de terras inundáveis. Com a dificuldade na criação de gado o amazônida recorre à farinha de mandioca, peixes, crustáceos, carne e ovos de tartaruga e tracajá, além de algum jaboti morto por ocasião das queimadas para compor sua dieta. O consumo de verduras e de legumes verdes também é muito baixo nesta região, as frutas também, com exceção do açaí, são raras no regime alimentar habitual.

Baseado em fatores históricos, climatológicos, fisiológicos e geográficos Castro faz uma análise da alimentação do amazônida. O autor considera desde a influência indígena até as condições do clima predominantemente úmido para tentar compreender e explicar as inúmeras deficiências nutritivas da população amazônica. Como solução para melhorar as condições alimentares, ele sugere que se monte um programa de transformações sociais na região. Segundo ele, as soluções dos aspectos parciais do problema estão todas ligadas à solução geral de um método de colonização adequado à região.

A alimentação na Amazônia é o tema principal dos textos apresentados neste tópico. Os dois autores percebem a Amazônia como um lugar de deficiências nutritivas evidentes e que deve ser alvo de maior atenção das autoridades brasileiras. Enquanto Josué de Castro faz uma análise mais estrutural buscando em bases históricas, analisando aspectos culturais, sociais, econômicos e principalmente naturais para as causas daquela alimentação deficiente, Dante Costa tem como objetivo identificar as causas e buscar soluções para melhorar, através da alimentação, a eficiência de trabalho do amazônida.

Figura 11 Mapa das principais carências existentes nas diferentes áreas alimentares do Brasil



(Fonte: CASTRO, 2008, p. 38)

2.3 A “boa alimentação” na política territorial

Já foi discutida no presente trabalho a política de alimentação desenvolvida pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS. A mudança na alimentação proposta pelo SAPS era a de substituir os alimentos com baixo valor nutritivo por uma alimentação rica em nutrientes e vitaminas que pudessem melhorar a saúde do trabalhador. Foi demonstrado também, de acordo com Dante Costa e Josué de Castro, que um dos maiores problemas da região amazônica era justamente a deficiência nutritiva que sua população enfrentava. Também foi demonstrado no primeiro capítulo que o SAPS atuou mais intensamente na região sudeste, em especial na capital federal, e que teve uma atuação mais modesta nas outras regiões, o que não significou que a autarquia tenha deixado de prestar alguns de seus serviços em algumas capitais nas regiões norte e nordeste. Belém, por exemplo, teve cinco Postos de Subsistência e um Restaurante do SAPS e em Fortaleza houve uma sede do Restaurante Popular.

No Território Federal do Amapá é possível observar que a adoção dos novos critérios de alimentação propostos pelo SAPS também encontrava receptividade no governo e isso pode ser comprovado através de uma publicação do jornal *Amapá*⁵² de 09 de março de 1946 onde se transcreve o telegrama enviado pelo Dr. Miguel Lupe Martins, diretor do Serviço de Alimentação e Previdência Social, para o governador Janary Nunes, expressando o desejo de instalar um restaurante do SAPS no Território.

Comunico-lhe que recebi e agradeço sinceramente o seu telegrama datado de 21 do corrente no qual Vossa Excelência me faz sentir em termos elogiosos a minha direção no SAPS, e qual a impressão na visita realizada ao restaurante central do serviço que hora dirijo. Esteja certo de que tudo o que se ache ao meu alcance farei no sentido de cumprir com o meu dever de patriota e corresponder a confiança que o Excelentíssimo Senhor Presidente Eurico Dutra em mim depositou. Asseguro-lhe, ainda, que estou dando especial atenção ao estabelecimento do Restaurante Popular SAPS no Território tão eficientemente governado por V. Excia. Muito em breve estaremos em contacto mais estreito afim de concertarmos as medidas definitivas da criação do restaurante nesse Território. Atenciosas saudações
(a) Miguel Martins, Diretor do SAPS. (sic) (*Amapá*, 09 de março de 1946, p. 01)

Cabe salientar que a publicação da correspondência foi feita na primeira página do jornal e em destaque, com letras em tamanho grande, com o título “*A promessa da instalação, nesta capital, do restaurante popular (SAPS)*”. A publicação do telegrama com destaque demonstra a relevância do assunto para o governo e a intenção de mostrar aos leitores que o governo territorial estava interessado em levar à população macapaense a política alimentar defendida pelo SAPS. É preciso lembrar que a boa alimentação proposta pelo SAPS tinha o objetivo de nutrir, fortalecer o trabalhador

⁵² O jornal *Amapá* fazia parte do aparato administrativo montado por Janary Nunes, o periódico pertencia à Divisão de Imprensa e Propaganda do governo territorial.

e os futuros trabalhadores, tornar esse labutador resistente a doenças, ou seja, mais produtivo. Esta é uma observação importante, pois Janary Nunes estava iniciando seu governo no Território e precisava da força e da saúde dos trabalhadores para dar andamento ao projeto governista. Dessa forma, a adoção dessa nova alimentação demonstra que Janary estava alinhado com as metas do Estado Novo em relação à população em geral e aos trabalhadores em especial

Um ano antes da publicação da intenção de instalar um restaurante do SAPS em Macapá foi anunciada no jornal *Amapá*, a 13 de outubro de 1945, a inauguração de um restaurante popular na cidade, porém o que chama atenção nesta notícia é a semelhança com os anúncios dos restaurantes do SAPS. O título “Os proletários vão ter um restaurante” e a notícia de que “o melhoramento virá satisfazer plenamente os seus objetivos, porque visa proporcionar ao proletariado um meio de ter ao seu alcance uma alimentação farta e sadia por um preço relativamente módico, de acordo com as suas possibilidades (sic) financeiras” me permitem cogitar que esta publicação pretendia que o leitor fizesse uma associação indireta daquele estabelecimento com os restaurantes modelos do SAPS⁵³. Cabe ressaltar que não significava que o restaurante em questão estivesse de acordo com os preceitos do SAPS, mas que de certa forma se “aproveitava” da fama dos restaurantes da autarquia para atrair mais clientes⁵⁴.

A frase mais emblemática e que representa a intenção de Janary Nunes de interferir na alimentação da população é quando, na introdução do relatório, onde o governador faz uma concisa apresentação do estado do Território e relata, brevemente, sobre educação, transporte, economia, entre outros aspectos de seu governo, Nunes focaliza na questão sanitária e nela inclui a alimentação do povo e diz que **“a alimentação geral do povo precisa ser transformada**. A refeição em geral é o “cafezinho” com farinha pela manhã: carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha, ao almoço, pouco diferente o jantar, quando há ”⁵⁵ (NUNES, 1946, p. 05; negritos da autora).

É interessante notar que a fala de Janary Nunes se refere à alimentação como um todo, o governador não se limita à adição ou subtração de determinados alimentos, mas propõe uma mudança geral. Isso nos remete ao que Lobato (2009) chama atenção na política janarista, seu caráter etnocêntrico. Nunes via naquela alimentação o reflexo do homem amazônico apático, doente

⁵³ É preciso lembrar que o SAPS, em 1945, já possuía uma grande relevância no cenário nacional. Não é possível dizer que toda a população macapaense conhecia os restaurantes do SAPS, mas é inegável a semelhança da propaganda desse restaurante com a propaganda dos restaurantes do SAPS.

⁵⁴ O restaurante pertencia ao senhor André Pereira de Souza, mas “o governo resolveu amparar a iniciativa, digna dos melhores encômios, facilitando a aquisição de tudo que se tornar indispensável ao funcionamento da nova casa de pasto” (*Amapá*, 13 de outubro de 1945). Se faz necessário observar que além desta publicação só existe mais uma referência ao restaurante na edição do jornal *Amapá* do dia 20 de outubro de 1945, após esta data não há nenhuma outra menção ao restaurante.

⁵⁵ O relato de Janary Nunes sobre a alimentação da população macapaense se assemelha bastante ao relato de técnicos responsáveis pela realização de inquéritos alimentares nas cidades de Abaetetuba, Mocajuba e Anajás, no Estado do Pará. Por exemplo, em Mocajuba “verificou-se que o desjejum diário consta ‘apenas de uma pequena xícara de café puro, o que na realidade não representa uma refeição’” (COSTA, 1951, p. 111).

e que só buscava na alimentação o suficiente para matar a fome, alimentação esta que não servia para seu projeto político de busca pelo progresso e civilização.

Outro personagem que chamou a atenção para a qualidade da alimentação da população macapaense, ainda no relatório, foi o senhor Pedro Borges, então diretor do Departamento de Saúde: “meditada a alimentação local, pode-se a ela atribuir muita responsabilidade no estado geral da saúde da população. É custosa, de má qualidade, insuficiente e inadequada. De uma maneira geral todos alimentam-se mal, por ignorância uns, por insuficiência de recursos outros” (BORGES *apud* NUNES, 1946, p. 87). Opiniões como as de Pedro Borges e Janary Nunes encontram base em relatos como o de Raimundo Lino Ramos⁵⁶ que, em entrevista a Lobato (2013), fala um pouco sobre sua alimentação: “Açaí, naquela época [meado do século XX], ninguém comprava, porque, quando davam quatro horas, eu saía pra minha roça, apanhava três, quatro cachos de açaí e já trazia pra casa, pra amassar; e eu trazia: açaí, o meu peixe, trazia uma caçazinha” (sic) (LOBATO, 2013, p. 70-71).

Raimundo Ramos falou do seu consumo de açaí, fruta que quando batida com água produz um suco muito apreciado na região norte. O consumo do suco do açaí era muito difundido entre as classes populares em Macapá mas, segundo Pedro Borges, isso não era uma constante em relação a outras frutas. “É reduzidíssimo o consumo de frutas, não devendo ser levado em conta na alimentação local leite, ovos e verduras, tão ínfima é a quantidade existente. É evidente e grave o déficit proteico-vitamínico-mineral, o que acarreta várias consequências para a saúde pública”. (BORGES *apud* NUNES, 1946, p. 87).

É possível perceber através das falas do senhor Pedro Borges e de Janary Nunes que a mudança pretendida pelo governo na alimentação estava diretamente relacionada com as ideias propagadas pelo SAPS, que não era qualquer “transformação”, para ficar com a escolha lexical feita por Janary, mas uma transformação baseada nos preceitos da “boa alimentação”, na escolha de alimentos por seu valor nutritivo, por sua contribuição com a saúde do trabalhador. Pedro Borges, no final de sua análise sobre a alimentação no Território, ainda faz sugestões de como essa política alimentar deve ser implementada:

Há necessidade de um vasto e urgente programa de aumento da produção de gêneros de alimentação e de uma política de preços que, amparando o produtor torne possível às classes mais pobres um maior consumo dos alimentos chamados protetores, ao lado de uma campanha educacional acessível e permanente, que abranja todas as camadas e aos poucos vá transformando os hábitos alimentares da população adulta atual e desde já fixando as normas de boa alimentação futura. (BORGES *apud* NUNES, 1946, p. 88)

⁵⁶ Raimundo Lino Ramos (1936-2009) foi morador do centro histórico de Macapá e foi transferido junto com a comunidade negra para o bairro do Laguinho por causa das reformas urbanísticas promovidas por Janary Nunes. Entrevista concedida a Sidney Lobato em 25 de março de 2008.

Foi demonstrado nas páginas deste tópico o quanto as propostas do governo de Janary Nunes para a alimentação da população estavam relacionadas com as propostas do SAPS. No próximo tópico serão apontadas as atitudes tomadas pelo governo territorial para provocar uma mudança na alimentação da população macapaense.

2.4 Os meios utilizados pelo Governo para a propagação da “boa alimentação”

Assim como afirmou o senhor Pedro Borges, a mudança na alimentação da população macapaense passava por uma campanha educacional acessível e permanente. Lobato (2009) diz que a difusão do discurso do governo não era maçante, pelo contrário, a ideia de que o Território estava caminhando para a civilização e para o progresso era feita em sua grande maioria através das obras e serviços implementados pelo governo. A tiragem do jornal *Amapá* era pequena e isto tem uma causa, a grande maioria da população era analfabeta. O rádio, que era o grande veículo de comunicação da época, também tinha alcance limitado devido à pobreza da população, ou seja, o discurso do governo era transmitido à população durante inaugurações, quando o governador e seus assistentes discursavam, através de eventos sociais públicos e também por meio da política educacional do governo.

A imprensa e a propaganda durante o Estado Novo (1937-1945) e após a saída de Vargas da Presidência da República⁵⁷ tiveram grande importância na propagação da ideologia política de quem detinha o controle do executivo do país. Maria Helena Capelato demonstra como, durante o Estado Novo, com o apoio de vários jornais e revistas e a repressão aos periódicos de oposição, a exaltação ao Governo Vargas e suas ideias puderam ter maior alcance em todo o país:

Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. Havia íntima relação entre censura e propaganda. As atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado. (CAPELATO, 1999, p. 175)

Mesmo após a queda de Vargas (outubro de 1945), o aparato de comunicação do governo de Janary Nunes manteve no essencial o formato do Estado Novo. O jornal *Amapá* era um órgão do governo vinculado ao Serviço de Imprensa e Propaganda do Território e este é um dos principais ingredientes desta pesquisa. O periódico era semanal e é uma das principais fontes para quem

⁵⁷ É necessário salientar que a função e utilização dos meios de comunicação durante e após o Estado Novo pelo Governo Federal compõem momentos históricos diferentes e que devem ser analisados com as peculiaridades de cada momento. Para saber mais sobre a imprensa e a propaganda durante o Estado Novo ver CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

pretende estudar o governo de Janary Nunes à frente do Território Federal do Amapá. A autora Maura Leal (2007) faz uma breve análise acerca do jornal:

Esse periódico enfatizava as fotos e textos sobre a vida pública e privada, tanto do presidente Getúlio Vargas, quanto do governador Janary Nunes. Constantemente publicadas em primeiras páginas, com imagens dos encontros desses políticos. Havia uma pretensão aparente em demonstrar a estreita relação entre Vargas e Janary como aliados políticos, mas, sobretudo, de enfatizar quem eram os mentores do desenvolvimento do Território do Amapá. Além de recorrências de matérias que acentuavam a atuação do governo no povoamento, no saneamento e na educação, bem como, daquelas que buscavam orientar e informar a população sobre como se alimentar, vestir, residir, tratar da saúde e exercer seus deveres e direitos (LEAL, 2007, p. 13-14).

Na figura 12 é possível observar um dos aspectos apontados por Maura Leal (2007) sobre o jornal *Amapá*, mas além da relação de Janary Nunes com Vargas cabia ao jornal *Amapá* um papel propagandístico da figura do líder do Território, Janary Nunes era frequentemente utilizado como exemplo de inspiração de trabalho como no caso da passagem do aniversário de Janary Nunes quando o jornal presta homenagem ao gestor enaltecendo suas qualidades: “à frente dos pioneiros, estimulando-os com seu exemplo de trabalhador infatigável, estava sempre a figura ímpar de soldado e administrador do Capitão Janary Gentil Nunes – alavanca e fulcro do renascimento amapaense” (*Amapá*, 28 de maio de 1949). Maria Helena Capelato (2009, p. 279) ao analisar a relação do papel do líder com as massas afirma que as mensagens propagandísticas tinham grande importância na construção da figura do líder, a autora diz que “neles (textos propagandísticos), a imagem do chefe era delineada com base em atributos altamente positivos que o transformavam num ser especial, predestinado para a missão redentora que o seu tempo lhe reservara”.

Figura 12 Capa do jornal *Amapá*, foto do encontro entre Janary Nunes e Getúlio Vargas



(Fonte: *Amapá*, 02 de junho de 1945, p. 01)

Como foi dito anteriormente, uma forma de propagar a nova alimentação era o próprio governador do Território, Janary Nunes, discursando sobre os benefícios advindos dessa nova forma de se alimentar. Há registros nas edições do jornal *Amapá* que em algumas ocasiões públicas o governador se dirigiu ao povo sobre o assunto. Como no caso em que Janary Nunes “em linguagem simples e clara, discorreu sobre as bases da boa alimentação, apontando os defeitos do regime alimentar do homem amazônico e os recursos para melhorá-lo, mediante o emprego das verduras e do leite, fáceis de serem obtidos no Território” (*Amapá*, 14 de julho de 1945, p. 01). Janary Nunes discursou por ocasião de uma festa organizada pela Legião Brasileira de Assistência em que foi

servida uma “sopa econômica, mas que entraram todos os princípios necessários a boa alimentação, completada por um copo de café com leite, pão e bananas” (idem, ibidem). Estes são alguns exemplos de como essa nova alimentação era proposta de forma sutil, de forma que a população talvez nem se desse conta de que algo novo estava sendo proposto.

Ainda em julho de 1945, na primeira página da edição do dia 07, o jornal *Amapá* trouxe a cobertura da sessão do Cine-Teatro Macapá onde ocorreu a apresentação do violinista Mario Rocha, uma palestra do Dr. Claudio Lobato sobre o tema alimentação racional e a posse do prefeito da capital Jaci Barata Jucá. Na palestra, o Dr. Lobato discorreu sobre a importância da adoção de uma alimentação racional pela população do Território para a estruturação de uma pátria maior, abandonando aquela alimentação “pobre e deficiente” praticada geração após geração. Continuando com a cobertura do evento o jornal traz ainda a fala do governador Janary Nunes reiterando a fala do Dr. Lobato sobre a importância da alimentação para o governo e melhoria do Território.

Não pode o Governo pensar na inteira felicidade do povo se deste não vier o auxílio para o trabalho construtor que deve ser elaborado e executado em comum. As condições de vida dependem fundamentalmente dos esforços de cada um dos indivíduos. (...) **A boa saúde depende da alimentação, esta vale mais do que remédios.** A boa alimentação depende da divulgação da produção. Cada lar deve ser um pequeno celeiro, de onde todos possam tirar cotidianamente uma parte do próprio alimento. (*Amapá*, 07 de julho de 1945, p. 01; negritos da autora)

O projeto janarista de modernização visava uma mudança e uma “reorganização da vida com base a novos valores e hábitos” (LOBATO, 2009, p. 35). Novos valores que iam de encontro com o modo de vida da maior parte da população do Território. A educação foi o caminho para se atingir as transformações culturais e sociais, o que inclui as mudanças na alimentação, pretendidas pelo governo territorial. A política educacional janarista tinha como objetivo revigorar o caboclo para que ele pudesse ajudar no processo de desenvolvimento do país (LOBATO, 2009, p. 46).

A tentativa de mudança na alimentação da população macapaense estava estreitamente ligada ao projeto educacional do governo territorial. Propor uma mudança de hábitos requer uma grande mobilização do aparato institucional. No Relatório, ao iniciar os comentários sobre os trabalhos realizados na educação, Janary Nunes já demonstrava a importância do papel da educação no seu projeto de transformação da sociedade macapaense: “Qualquer transformação duradoura na vida de um povo só se obterá eficientemente preparando as gerações novas. Elas terão de ser utilizadas pelas elites como se fossem tropas encorajadas incumbidas de abrir brechas nos hábitos e superstições da gente velha” (NUNES, 1946, p. 34).

Caberia à escola fazer a educação alimentar das crianças de diversas formas, através da merenda escolar, estimulando a prática da horticultura e também intervindo na produção local certos gêneros alimentícios (COSTA, 1951). Já no Relatório das Atividades do Governo é possível identificar traços dessas diretrizes sugeridas por Dante Costa o que demonstra que as medidas implantadas no

Território tinham como base uma política alimentar que já vinha sendo praticada pelo SAPS como mostram as palavras de Janary Nunes:

Tôdas as escolas distribuirão merenda escolar e deverão ter junto horta para a plantação de hortaliças, legumes e frutas, pelos próprios alunos [...]. Nas sedes dos Grupos escolares, o Govêrno fará funcionar campos de horticultura sob a direção de técnicos rurais para a plantação de gêneros de 1ª necessidade, capazes de melhorar a alimentação e onde possam ser aprendidos processos avançados de cultura agrícola (...) (NUNES, 1946, p. 35)⁵⁸

Além da distribuição de merenda, Dante Costa (1951) afirmava que a escola deve intervir na produção de gêneros alimentícios da localidade. O ensino de técnicas agrícolas nas escolas era uma forma encontrada pelo governo para ensinar aos jovens técnicas mais avançadas no trato da terra e também incentivar o plantio e o consumo de legumes, frutas e verduras. “É necessário criar uma nova mentalidade agrícola, com a expansão do ensino rural e a aprendizagem dos pequenos escolares no trabalho dos campos, habituando-os ao uso dos modernos processos utilizados para o conveniente preparo da terra” (*Amapá*, 22 de fevereiro de 1947, p. 01). Na figura 13 é possível observar como eram realizadas as aulas de técnicas agrícolas com os próprios alunos sendo incentivados a manusear a terra e a plantar as sementes.

⁵⁸ No histórico escolar do ensino fundamental desta pesquisadora consta a disciplina Técnicas Agrícolas, onde, nós, alunos, éramos orientados a como proceder no plantio e colheita de frutas, legumes e verduras. A escola ainda dispunha de uma área destinada às hortas feitas pelos próprios alunos. É necessário observar que tal escola faz parte do conjunto de obras inaugurado por Janary Nunes nos primeiros anos de seu governo, o que me levou a cogitar que a matriz curricular do ano 2000, ano em que cursei a disciplina, ainda possuía resquícios ou talvez não tenha sofrido modificações desde os anos 1940. Solicitei à direção da escola as cópias das matrizes curriculares de anos anteriores, porém foi-me negado o acesso a todos os documentos, sendo disponibilizadas apenas algumas pastas com as matrizes curriculares da década de 1990.

Figura 13 Aula de técnicas agrícolas



(Fonte: LOBATO, 2009, p. 58)

Ao demonstrar a importância da educação no processo de mudança na alimentação da população e reafirmar a importância da alimentação dentro de um projeto político maior, Janary Nunes mostra mais uma vez o quanto a política do governo territorial estava em consonância com as ideias do governo federal. A ideia era, assim como a política do SAPS, fazer a reeducação alimentar da “gente nova” para que ela repassasse para a “gente velha”.

Outro mecanismo utilizado pelo governo para melhorar a agricultura e a pecuária foi a criação do Departamento de Produção e Pesquisa – DPP – que organizava como se dava o acesso aos incentivos à produção no Território nos seus mais diversos ramos⁵⁹. Algumas das principais atividades do DPP eram o fomento à produção animal e vegetal, além do funcionamento dos postos agropecuários que visavam realizar experimentações e demonstrações agrícolas; a agricultura intensiva e extensiva; a criação de animais; e indústrias agrícolas que proporcionavam aos lavradores e fazendeiros, de forma gratuita, pelo empréstimo ou através de venda sementes, mudas, inseticidas, máquinas, entre outros artigos agrícolas.

Nas edições do jornal *Amapá* frequentemente apareciam publicações do DPP na seção “Fomento da Produção”. Nesse espaço do jornal, eram publicados artigos direcionados aos produtores do Território, informando-os sobre como melhorar os rebanhos, incentivando a criação de galinhas, anunciando venda e distribuição de sementes, leite e demais produtos que, segundo o jornal, resultariam na valorização do produtor e no progresso do Território do Amapá. Por exemplo, o jornal *Amapá*, na edição de 26 de maio de 1945, publicou que o DPP estava incentivando a criação

⁵⁹ Compunham o DPP o Serviço de Fomento da Produção Vegetal; Serviço de Fomento da Produção Animal; Serviço de Fomento da Produção Mineral; Serviço de Fomento da Produção Industrial e Postos Agropecuários de Macapá e Amapá.

de galinhas em pequena e grande escala, sendo que quem se interessasse pela criação em grande escala deveria dirigir-se ao órgão, onde lhes seriam revendidas ou emprestadas chocadeiras.

Desde a criação do Território a população amapaense convivia com o problema do desabastecimento⁶⁰ e, para tentar sanar esse problema, o governo territorial criou a Comissão de Abastecimento do Território Federal do Amapá (CATFA), que mais tarde se tornaria uma superintendência, um órgão que atuou como regulador do suprimento dos principais núcleos populacionais, orientando os criadores de rebanho para obterem maiores rendimentos, fiscalizando a carne de gado, convocando os criadores a fornecer carne para o abastecimento e promovendo ações para a maior valorização e melhoria quantitativa e qualitativa dos gêneros.

“Dentre as várias iniciativas do C.A.T.F.A. no sentido de garantir o abastecimento do povo amapaense, pelo aumento de suas possibilidades de produção agropecuária, está a realização da 1ª Exposição de Animais do Território do Amapá” (*Amapá*, 22 de fevereiro de 1947, p. 3). Esta 1ª exposição de animais é apenas um exemplo dos estímulos feitos pela (CATFA) aos criadores do Território publicados no jornal *Amapá*.

Assim como os outros periódicos pertencentes à imprensa oficial da União, o jornal *Amapá*, órgão pertencente ao governo territorial, também tinha o objetivo de informar a população do Território sobre os atos do Governo Territorial e divulgar o discurso oficial do governo acerca dos mais variados assuntos: educação, saúde, alimentação, etc. Desse modo, o jornal *Amapá* foi um dos veículos utilizados para propagar a ideia de que os incentivos à educação, às mudanças na agricultura e pecuária e à reeducação alimentar da população eram algumas das condicionantes para o progresso do Território e conseqüentemente do país.

É possível perceber claramente esse interesse na reeducação alimentar em algumas edições do jornal *Amapá* como quando, por exemplo, foi publicado em uma seção do jornal uma matéria intitulada “Alimente-se bem” (Figura 14) com um exemplo de refeição saudável e os nutrientes necessários ao corpo, além de uma explicação de fácil compreensão de como esses nutrientes contribuiriam para a saúde do trabalhador. Nessa matéria também havia conselhos para as mulheres dos trabalhadores para que contribuíssem com essa “nova alimentação” adicionando alimentos saudáveis e ricos em vitaminas e nutrientes nas refeições preparadas em casa.

⁶⁰ A questão do desabastecimento foi um dos temas abordados por um dos entrevistados. O senhor Marinho dos Santos um breve relato sobre como foi esse período na cidade de Macapá. A questão do desabastecimento e o relato do senhor Marinho serão abordados no próximo capítulo.

Figura 14 Matéria do jornal Amapá dedicada a esclarecer a importância da boa alimentação

Alimente-se bem !

ALMOÇO SADIO

Bife	Manteiga
Batata doce	Pão
Farinha dagua	Leite
Arroz	Banana
Feijão	Café

TRABALHADOR: O ferro é um dos elementos mais importantes na manutenção da boa saúde. E' no nosso sangue que ele se encontra em maior quantidade.

Quando falta ferro no sangue a pessoa torna-se anêmica, o que é o mesmo que dizer, pálida, amarela, sem apetite e sem energia para coisa alguma.

Para evitar a anemia devemos, então, cuidar que não falte ferro em nossa alimentação. No cardápio acima temos dois alimentos muito ricos em ferro: a carne e o feijão. A banana e a batata doce também têm boa quantidade.

● ● ●

Todos devem beber água filtrada. Se isso for feito, quase não haverá diarreia, disenteria, desmancho. Porque os microbios dessas doenças frequentemente se encontram na água comum que se bebe.

TRABALHADOR: vela pela tua saúde. Quem tem saúde trabalha melhor e vive mais alegre e feliz. A boa alimentação e os bons hábitos higienicos valorizam o homem.

A água filtrada é uma boa garantia de saúde e todos os lares devem possuir o seu filtro.

'A ESPOSA DO TRABALHADOR

Cuide da alimentação dos seus, mesmo com sacrifício. Procure fazer com que todos em sua casa «gostem» de verduras, frutas, legumes, ovos e leite. Plante a sua horta, erie galinhas, sirva diariamente na mesa um prato de verduras.

A VIDA HUMANA DEPENDE DO ALIMENTO. BEM NUTRIDO, O TRABALHADOR AUMENTA A CAPACIDADE DE TRABALHO E A SAÚDE E SENTE MAIOR ALEGRIA DE VIVER.

(Fonte: jornal *Amapá*, 15 de setembro de 1945, p. 03)

Além desta matéria “Alimente-se bem” e de outras com o mesmo teor, o jornal contribuía para a divulgação dessa “nova alimentação” com a publicação de artigos relativos aos benefícios da reeducação alimentar. Na edição de 30 de março de 1946 o jornal *Amapá* publicou um artigo intitulado “As falhas da nossa alimentação” de autoria de A. de Miranda Bastos⁶¹ baseado nos estudos do Dr. Pedro Borges⁶² em que ele discorre sobre as falhas na alimentação do brasileiro, considerada insuficiente em nutrientes e pobre em vitaminas, menciona os problemas de abastecimento enfrentados pelo país com a crise do pós-guerra na Europa e mostra as possíveis soluções para estes problemas, como a proibição da exportação de gêneros alimentícios até que houvesse um aumento na produção da lavoura e do rebanho bovino e que fosse criado um órgão técnico de alimentação.

⁶¹ Diretor do Departamento de Produção e Pesquisa do Território Federal do Amapá.

⁶² Diretor da Divisão de Saúde do Território Federal do Amapá.

Foi visto no primeiro capítulo que o SAPS também atuava na pesquisa dos valores nutricionais dos alimentos, descobrindo suas composições químicas para auxiliar na política de incentivo ao consumo de alimentos que suprissem as necessidades biológicas dos trabalhadores. Dessa forma também devem ser destacadas as pesquisas científicas acerca dos valores nutricionais de frutas nativas da Amazônia. Em algumas edições do jornal *Amapá* eram publicados os resultados desses estudos. Podemos perceber nessas publicações a preocupação em comprovar o valor nutritivo desses frutos e o quanto eles são benéficos à saúde. Mais benéficos até do que os alimentos já conhecidos. Um exemplo disso é a edição de 24 de novembro de 1945 onde o título da seção Fomento da Produção era “O Açaí, um dos alimentos básicos da Amazônia”. O jornal publicou alguns dados e resultados de uma pesquisa sobre o açaí feita no Instituto de Tecnologia Alimentar e custeado pelo governo territorial. Um dos resultados da pesquisa indica que a bebida é essencialmente energética e que possui valor calórico superior ao do leite, alimento este, deveras estimulado seu consumo para a população macapaense. Na edição nº 03 de janeiro de 1945 o SAPS também publicou uma pesquisa sobre o conteúdo vitamínico do açaí, onde se comprovou a presença da vitamina B1 na composição química da fruta.

Outro exemplo de fruto analisado, a mando do governo territorial, é o buriti “possuindo o mais elevado potencial de pró-vitamina A que se conhece na natureza, até o momento atual” (*Amapá*, 19 de julho de 1947, p. 03). O resultado do estudo desenvolvido sobre o valor nutritivo do tucumã foi publicado no jornal *Amapá* na edição de 19 de julho de 1947, o fruto rico em vitamina A, supera três vezes o valor vitamínico da cenoura.

Assim sendo, é o tucumã como o buriti, um fruto excepcionalmente dotado de alto valor nutritivo e digno de mais intensa propaganda e publicidade, para que o seu uso como alimento fique cada vez mais integrado nos regimes das populações da região, e quiçá, de futuro, os hábitos alimentares de todo o Brasil. (*Amapá*, 19 de julho de 1947, p. 02)

A divulgação dessas pesquisas, muitas delas patrocinadas e custeadas pelo governo territorial, demonstra que um dos mecanismos de mudança encontrado pelo governo para vencer os problemas da má nutrição foi a valorização de alguns alimentos que constituem o paladar da população amazônica, uma vez que, segundo Câmara Cascudo (2011), o paladar se constitui a partir do tempo e não pode ser facilmente modificado por políticas públicas fundadas em argumentos médicos de que determinados alimentos oferecem um maior valor nutritivo, pois um sistema alimentar funciona não exclusivamente para satisfazer essas necessidades, mas para expressar um paladar cultural e historicamente formado. Com o estudo desses frutos regionais agregou-se o valor nutritivo tornando-os adequados ao consumo e ao discurso da boa alimentação. Isso ocorreu especialmente com a castanha-do-pará: comprovaram seu valor nutricional, incentivando assim o consumo de um alimento próprio da região. Eis um trecho dos resultados de uma pesquisa

A castanha do Pará já tem sido objeto de pesquisas conducentes à revelação de suas qualidades nutritivas. Assim, DUTRA DE OLIVEIRA verificou a existência de vitaminas A e D. DANTE COSTA e SALATIEL MOTA pesquisaram a composição química, no que diz respeito a Gorduras (67%), Proteínas (17%), Hidratos de Carbono (9%), Água (3%) e Cinza (3%) da castanha natural [...]. DANTE COSTA estabeleceu o alto valor de crescimento da castanha, praticamente equivalente ao do leite e comparável ao da carne, comprovando assim, no laboratório, o acerto da expressão de FILLIPO BOTTAZI, que chamava a castanha de “carne vegetal” [...] (sic) (COSTA, 1951, p. 138).

É interessante notar a mudança de papel atribuído a esses “novos” alimentos que, ao serem reconhecidos tão ricos em nutrientes, passaram a ser incluídos no rol de alimentos recomendados e incentivados para o consumo não só regionalmente, mas nacionalmente. O fruto amazônico que se encaixa naquele perfil de altamente nutritivo deixa de ser marginalizado e passa a fazer parte do discurso da “boa alimentação”. O jornal *Amapá* demonstra o posicionamento do Governo Territorial quanto à propaganda e à publicidade que esses “novos” alimentos mereciam, deixando assim de fazer parte dos “hábitos alimentares bizarros herdados dos indígenas” (*Amapá*, 19 de julho de 1947, p. 02) para estar presentes nas mesas de todos os cidadãos brasileiros e serem indicadas as suas possibilidades de utilização industrial.

O incentivo ao consumo de determinados alimentos regionais não deve ser compreendido como uma mudança na política alimentar do governo, isso não significou a adoção de uma política que levasse em conta os gostos, hábitos, tradições culinárias, representações, identidades, práticas ou preferências da população. Essa “mudança” é compreendida apenas como uma estratégia diferente para alcançar e reafirmar o foco da abordagem nutricional, na preocupação com a saúde do trabalhador para que este tivesse condições de exercer a sua função, como foi demonstrado durante o capítulo.

Busquei demonstrar neste capítulo o que foi a política implementada pelo Governo Territorial para a alimentação da população macapaense, a relação das medidas adotadas pelo SAPS e pelo governo de Janary Nunes além dos mecanismos utilizados para colocar essa política em prática. No próximo capítulo será abordado como uma parte da população macapaense vivenciou as mudanças pelas quais passou naquele rincão e como receberam as propostas de mudança na sua alimentação.

3. “NÃO, É BOBAGEM, TINHA ATÉ LEITE DE GADO”⁶³: A “BOA ALIMENTAÇÃO” E O PALADAR AMAZÔNICO

“É indispensável ter em conta o fator supremo e decisivo do paladar.”

Câmara Cascudo

Aprendemos desde a infância que o paladar⁶⁴ é um dos cinco sentidos que compõem o nosso sistema sensorial e que este é responsável por identificar o gosto dos alimentos que comemos. Alvo de inúmeras pesquisas no campo das ciências biológicas, o paladar foi, durante muito tempo, condenado à marginalidade pelas ciências humanas. Nicola Perullo (2013) relata que essa condição marginal se deve ao fato de parte importante da tradição filosófica considerar o paladar e o olfato sentidos inferiores, por serem de contato e interiorização. O autor cita dois grandes filósofos que não acreditavam numa reflexão filosófica sobre o paladar ou sobre a gastronomia. Platão considerava os prazeres advindos da culinária físicos e efêmeros o que os tornava indignos do homem racional, Hegel, por sua vez, considerava apenas a visão e a audição como sentidos capazes de produzir sabedoria e prazer estético (PERULLO, 2013). Porém, não só de ostracismo vive o paladar dentro da filosofia, Perullo cita Hume e Baumgarten como autores que consideram o paladar um sentido passível de reflexão.

Além da filosofia, a antropologia é outra área do conhecimento humano que se debruçou sobre vários aspectos da alimentação humana. Crenças, tabus e estudos etnográficos sobre hábitos alimentares estão entre os temas mais visitados entre os antropólogos da alimentação. Já entre os historiadores o paladar ou a alimentação, mais propriamente dita, veio a se tornar objeto da pesquisa histórica a partir da noção de cultura material inaugurado por Fernand Braudel (2005).

O que os historiadores perceberam é que o paladar não se reduz a sensações sensoriais somáticas causadas pelo aparato oral⁶⁵. O processo de elaboração dos estímulos sensoriais envolve também o olfato e, a cada nova experiência, todos os outros sentidos; este processo é finalizado pelo cérebro que toma por base estímulos físicos (sentidos), culturais, sociais, educacionais que constituem como um sistema perceptivo complexo (PERULLO, 2013). De certo, em suas aventuras

⁶³ Trecho da entrevista concedida pela senhora Josefa Lina da Silva.

⁶⁴ Em muitas pesquisas é possível observar que a utilização da palavra paladar foge ao significado biológico de sentido que compõe o sistema sensorial humano e se mostra como um recurso linguístico que se refere ao gosto ou à identidade alimentar de um sujeito ou grupo de sujeitos. É o caso desta pesquisa que ao utilizar como referência autores como Câmara Cascudo e Nicola Perullo resolveu seguir a mesma forma de expressão. No livro de Nicola Perullo a utilização pela palavra paladar foi uma escolha do tradutor, Alessandro Valério, pois no texto original encontra-se a palavra *gusto*, porém a significação dessa palavra italiana pode variar de acordo com o contexto em que é empregada. A nota do tradutor define que “sem explicar em qual sentido está sendo empregada, adotou-se, sempre que possível, a tradução do vocábulo como ‘paladar’”.

⁶⁵ O paladar como gosto é objeto de pesquisa dos tradicionais estudos culturais da alimentação. Uma história do gosto, da estética alimentar ou dos recursos utilizados no rito da alimentação estão entre os temas mais frequentados por aqueles que iniciaram os estudos da alimentação. Henrique Carneiro (2005) disserta sobre a estética do gosto num de seus capítulos.

gastronômicas, Câmara Cascudo (2011) compreendeu este sistema perceptivo complexo pois, ao citar uma de suas experiências, onde diz que a primeira vez que comeu faisão, escandalizou um amigo afirmando preferir o brasileiro jacu, conclui:

Certo é que o paladar resulta da incalculável repetição dos estímulos sápidos. Essa insistência capitaliza-se na memória, como um fichário pronto a identificar a espécie apresentada desde que se dissolva na boca (*corpora non agunt nisi soluta*), atingindo as extremidades nervosas do lingual e do glossofaríngeo, nervos do gosto; sistema de comunicação para levar ao cérebro a impressão dos alimentos gustativos que serão reconhecidos e denominados pela lembrança das reações anteriores. A soma desses sabores adquiridos (*du goût acquis*) determina o complexo do paladar, sutil e complicada coordenação do salgado, doce, ácido e amargo. (CASCUDO, 2005, p. 370-371)

Por ser um sistema perceptivo complexo, conforme afirmaram Cascudo e Perullo, o paladar de um indivíduo sofre influência, além da memória, de outros fatores inerentes à vida em sociedade. A cultura, conforme foi dito anteriormente, tem grande influência sobre o que comemos e o que deixamos de comer, a cultura interfere também no gosto (sentido gustativo) dos alimentos que sentimos.

Carlos Roberto Antunes dos Santos em *A Alimentação e seu Lugar na História* (2005) afirma que os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. Luce Giard (2008) também comenta sobre essa mudança, de uma naturalização para uma “culturalização” do alimento.

Tanto quanto os outros elementos da vida material, a alimentação não se apresenta ao homem *in natura*. Mesmo cru e colhido diretamente da árvore, o fruto já é um *alimento culturalizado*, antes de qualquer preparação e pelo simples fato de ser tido como comestível. Nada é mais variável de um grupo humano a outro do que esta noção de ser comestível (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2008, p. 232)

Ao ingerirmos determinado alimento nós não estamos apenas enchendo nossos corpos dos nutrientes necessários para nossa sobrevivência, estamos sentindo o gosto de nossa cultura, deglutindo nosso ambiente e rememorando nossa história, ou seja, ao comermos denunciemos aquilo que dentro de uma determinada cultura é agradável ao paladar, é passível de ser ingerido, denunciemos ainda o que está a nossa volta, pois num ambiente onde é difícil a criação de gado a carne bovina dará lugar a outros alimentos que servirão de base para a alimentação e, por fim, denunciemos todo um processo histórico que permitiu que aquele alimento estivesse em nosso prato e fosse agradável ao nosso paladar.

É a partir do entendimento do paladar como um sistema complexo tanto corpóreo, sentido sensorial somático, memória, quanto extracorpóreo por ter relação com o ambiente, a coletividade, a

cultura, os recursos existentes, é que será possível o entendimento das tentativas de mudanças no paladar da população macapaense.

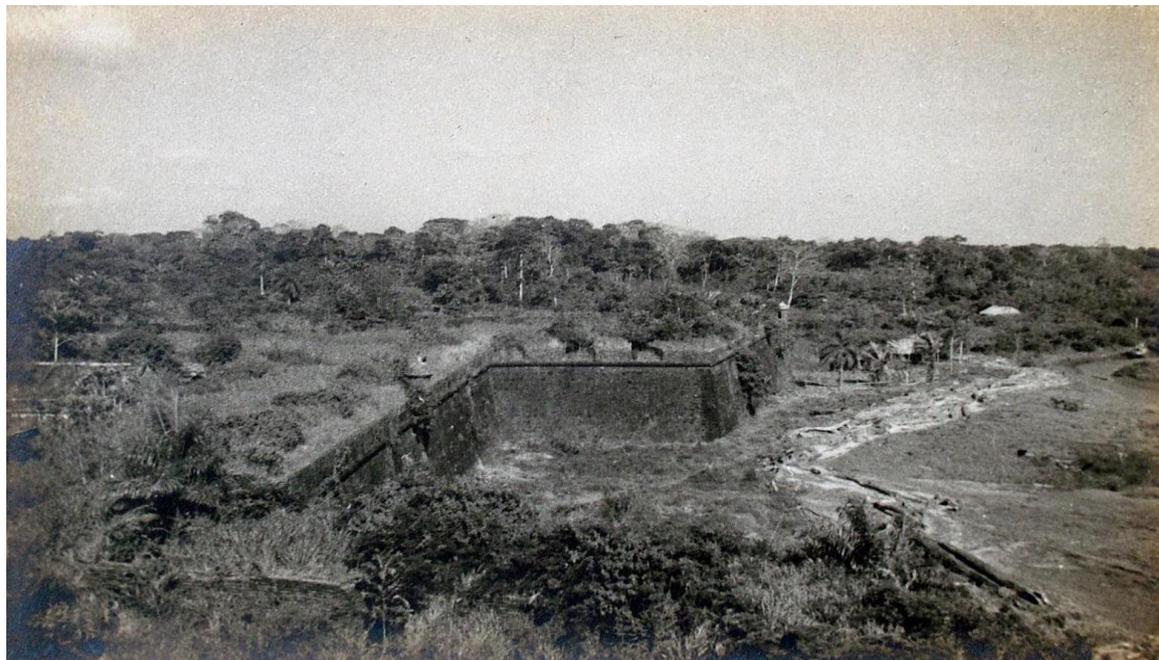
3.1 O caminho que já foi percorrido e o que ainda será

Para chegar a este capítulo alguns ingredientes foram necessários. O primeiro deles foi compreender o que foi a política de alimentação praticada pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, cujo objetivo era proporcionar uma alimentação nutritiva e que suprisse as carências alimentares dos trabalhadores urbanos e sindicalizados a preços acessíveis. O segundo ingrediente necessário foi a contextualização de como se deram a criação do Território Federal do Amapá e as propostas apresentadas pelo governador Janary Gentil Nunes voltadas para a mudança na alimentação da população macapaense.

Mais do que uma transformação urbanística da cidade com a construção de escolas, do hospital geral, casas, a abertura de vias pavimentadas, instalação da rede de água e esgoto, que são alguns exemplos de benefícios levados pelo novo governo, já foi demonstrado que o projeto político proposto por Janary Gentil Nunes tinha um caráter etnocêntrico cujo objetivo era, de acordo com Lobato (2009), reorganizar a vida da população com base em novos valores e hábitos. O que proponho neste capítulo é analisar até que ponto este objetivo, identificado por Lobato, foi atingido pelo Governo Janary, se essa política conseguiu inculcar, de fato, novos valores e hábitos, no caso desta pesquisa, novos valores e hábitos alimentares.

Nas imagens que seguem é possível visualizar as mudanças pelas quais a cidade de Macapá passou nos primeiros anos da instalação do Território. Na primeira imagem é possível observar que a área próxima a Fortaleza de São José de Macapá encontra-se tomada por árvores enquanto que na segunda nota-se as modificações na cidade feitas com a chegada de Janary Nunes, observa-se o trapiche Eliézer Levi, o grupo escolar Barão do Rio Branco em frente à praça de mesmo nome, as casas que foram construídas para os funcionários públicos, enfim, nota-se a urbanização pela qual essa parte da cidade passou.

Figura 15 Foto da frente da cidade de Macapá com a Fortaleza de São José em destaque (foto sem data)



(Fonte: <http://casteloroger.blogspot.com.br/2011/04/patrimonios-do-amapa-fortaleza-de-sao.html>)⁶⁶

Figura 16 Frente da cidade de Macapá (foto sem data)



(Fonte: Biblioteca IBGE <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440452>)⁶⁷

⁶⁶ A figura 15 não possui data definida, mas é possível identificar que esta foto retrata um período anterior a instalação do Território por ainda mostrar uma parte da frente da cidade tomada pelas árvores e fortaleza pelo mato.

⁶⁷ Na figura 16 que também não possui data definida é possível identificar algumas construções que possibilitam uma especulação de qual período retrata. É possível identificar no lado direito a

A transformação urbanística pela qual a cidade de Macapá passava era vista a olhos nus, porém a mudança de hábitos passa por outro nível de transformação, essa é uma mudança que numa observação de curto prazo pode passar despercebida, ela ocorre de forma sutil e se revela nas pequenas ações do cotidiano⁶⁸. Braudel (2005, p. 17) diz que “ quando restringimos o tempo observado as duas pequenas frações, temos o acontecimento ou a ocorrência; o acontecimento quer-se, crê-se único; a ocorrência repete-se, e ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura”. O que me excita nesta pesquisa é analisar a ocorrência de atitudes, voluntárias ou involuntárias, que possam ser identificadas como reverberações das propostas do governo, ou ainda a permanência de atitudes que em nada se identificam com a instalação do Território e que podem demonstrar que a instituição desse novo governo não tenha atingido satisfatoriamente seu objetivo de incutir novos valores e hábitos, neste caso, hábitos alimentares.

O período do governo territorial foi e ainda é objeto de análise em inúmeras pesquisas, porém nos trabalhos mais recentes uma mudança de abordagem é perceptível⁶⁹. Um exemplo disso são as produções do autor Sidney Lobato. Inicialmente, Lobato (2009) repousa seu olhar sobre as ações do Governo Janary ao analisar o projeto educacional implantado no Território. Já seu estudo mais recente continua abordando o mesmo contexto histórico, porém o autor se volta, desta vez, para o homem ordinário, no sentido que Michel de Certeau atribui⁷⁰, quando analisa a contribuição dos trabalhadores amapaenses para a história local. Ao mudar o foco do governo e dar voz a esse homem ordinário, Lobato (2014) consegue identificar o motivo do silêncio desse sujeito durante tanto tempo para a história amapaense.

A política modernizadora estandardizada pelo governo amapaense tinha o objetivo de fazer desaparecer a cultura local — que era percebida como

fortaleza de São José e o trapiche Eliézer Levi e no lado inferior direito a praça em frente ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco e ao lado a Escola Profissional, esta última teve sua construção finalizada no ano de 1949 o que permite inferir que nesta foto já havia se passado pelo menos cinco anos de instalação do Governo Territorial.

⁶⁸ É essa mudança sutil e quase imperceptível, invisível, diz Michel de Certeau (2008), que interessa ao historiador do cotidiano. “A cotidianidade são os fatos miúdos que quase não deixam marca no tempo e no espaço. Quanto mais se encurta o espaço de observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material”. (BRAUDEL, 2005, p. 17)

⁶⁹ Há na historiografia amapaense uma tendência revisionista dos estudos sobre o período do Governo Janary, os historiadores amapaenses estão voltando seus olhares sobre esse período novamente, porém estas novas pesquisas repousam seu foco, não mais sobre o governo em si, mas sobre a população. Exemplos desses novos estudos são as teses de doutoramento de Sidney Lobato intitulada *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)* e a de Adalberto Júnior Ferreira Paz intitulada *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*, artigos desenvolvidos pelos alunos de graduação do curso de História da Universidade Federal do Amapá como o de Sândala Cristina da Soledade Machado intitulado *Janary, “o nosso governador”: a relação dos Marabaixeiros com o governo territorial (1944-1956)*, além das produções de monografias que têm como objeto de estudo o a população macapaense, este trabalho vem contribuir com esta fase da historiografia amapaense.

⁷⁰ O homem ordinário segundo Michel de Certeau (2008) é o herói comum, anônimo, aquele que numa multidão aglomerada perde nome e rosto.

atrasada e inferior. Ao serem vistos como ignorantes, os ribeirinhos, os extrativistas e lavradores amapaenses eram também expropriados do poder de dizer o que era melhor para si, de participar ativamente do planejamento estatal. **Assim, a voz do povo simples não era ouvida como palavra (na qual se reconhece uma inteligência, uma lógica ou um sentido), mas como barulho.** (LOBATO, 2014, p. 285-286; negritos da autora)

Ao escolher a alimentação como lente para analisar as mudanças ocorridas na sociedade macapaense, busco enxergar como aqueles homens ordinários lidaram com as medidas adotadas pelo governo que os considerava incivilizados e atrasados. Meu propósito é compreender se e como um projeto político imposto e com objetivos tão ambiciosos influenciou em mudanças práticas na vida e mais especificamente na alimentação de uma parte da população e como teria sido ou não recebido e assimilado por essa parcela populacional. Aqui se faz necessário uma observação: com a instalação do Território, a cidade de Macapá sofreu um grande boom populacional, a imigração foi estimulada pelo governo⁷¹, membros da classe dirigente e imigrantes com cargos públicos elevados compunham as classes mais altas daquela sociedade. É preciso, dessa forma, localizar os entrevistados dentro da sociedade macapaense. Três entrevistados se encontravam dentro das camadas populares e um pertencia a uma classe média emergente que com a instalação do Território aproveitou as oportunidades para ascender economicamente. Por ser o grupo entrevistado bastante reduzido, não se pode propor uma análise da sociedade como um todo, pois o grupo não reflete a complexidade da sociedade macapaense e não possibilita a representação com segurança de toda a sociedade macapaense ou mesmo de uma determinada camada social: portanto, o que será discutido neste capítulo é como estes sujeitos, pertencentes às camadas populares, receberam as propostas do governo⁷².

Para alcançar os objetivos propostos por mim foram feitas entrevistas com quatro ex-moradores do Território, sendo que dois deles presenciaram a instalação do novo governo e os outros dois já nasceram durante a vigência do Governo Janary. São eles: Marinho Ramos dos Santos, Josefa Lina da Silva, João Câncio Picanço e Silva e Antonia Maria dos Santos Brito.

Marinho dos Santos⁷³ nasceu em 1923 no distrito do Curiaú⁷⁴ e mudou-se para Macapá em 1949 onde hoje é o bairro do Laginho, não chegou a ser alfabetizado, contraiu matrimônio em 1956

⁷¹ Para saber mais sobre a imigração durante o governo de Janary Nunes ver LOBATO, S. *A cidade dos trabalhadores: insegurança institucional e táticas de sobrevivência em Macapá*. Tese de Doutorado. São Paulo (USP). 2013.

⁷² A chegada de imigrantes à cidade de Macapá, com seus costumes e hábitos, se constitui como um fator importante, ao longo do tempo, na mudança de hábitos alimentares dos moradores da cidade de Macapá, mas que escapa do objetivo deste trabalho, que é de estabelecer uma relação entre as propostas do governo territorial de uma alimentação baseada nos princípios da alimentação racional e uma mudança ou não de hábitos alimentares dos moradores que ali já habitavam. Incluir os imigrantes nesta pesquisa acarretaria num vício, pois seria constatada uma mudança nos hábitos alimentares da população, mas que não teria relação direta com as propostas alimentares do governo territorial. A influência da imigração na mudança do paladar da população macapaense deve ser alvo de estudos posteriores decorrentes desta pesquisa.

⁷³ A entrevista foi realizada no dia 11 de julho de 2016.

⁷⁴ O distrito do Curiaú é, hoje, uma área de proteção ambiental onde a grande maioria da população é descendente de escravos que foram levados para a construção da Fortaleza de São José de

e trabalhou na guarda territorial. Josefa da Silva⁷⁵, conhecida como Dona Zefa, aposentada, nasceu em 1916, teve oito filhos, não foi alfabetizada e trabalhou como lavadeira de roupa para sustentar seus filhos. João Silva,⁷⁶ jornalista aposentado, nasceu em 1946 já na maternidade construída pelo governo territorial, estudou nas Escolas Barão do Rio Branco e Colégio Amapaense, teve cinco filhos, é divorciado, foi e ainda é jornalista, mas hoje trabalha com a mídia social. O senhor João Silva é o único dos entrevistados a ser classificado por esta autora como membro da classe média emergente macapaense, isto se dá pelo fato de seu pai ter-se tornado comerciante com a instalação do Território, o que proporcionou ao senhor João Silva uma melhoria nas condições de vida da sua família. Antonia Maria⁷⁷ nasceu em 1950 também no distrito do Curiaú, mas aos quatro anos se mudou para Macapá com a mãe e os irmãos, hoje trabalha como pedagoga numa escola da rede estadual de ensino.

Para compreender como se deram os acontecimentos se faz necessário compreender como era a vida e alimentação da população antes da instalação do Território Federal do Amapá e é sobre isso que trata o próximo tópico deste capítulo.

3.2 O paladar antes da instalação do Território

Falar sobre o passado é como a metáfora do vidro estilhaçado da qual fala Lucília Delgado (2003) onde buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível, mas compreendê-lo através da análise dos fragmentos é um desafio possível de ser enfrentado. Dessa forma, recompor a história do Território integralmente em todas as suas nuances é tarefa impossível, mas através da análise dos fragmentos e resquícios torna-se uma tarefa possível. A memória é um desses fragmentos que podem ser utilizados para compreender o passado.

Na mitologia grega, Mnemósine (Memória) é uma titânide fruto da cópula entre Urano (Céu) e Gaia (Terra). Em seu livro, onde analisa a Teogonia de Hesíodo⁷⁸, José Antônio Alves Torrano (1995, p. 57) diz que a “Memória assegura a circulação das forças entre o domínio do Invisível e o do Visível, já que Memória é que, em cada mo(vi)mento de cada ente, decide entre o ocultamento do Oblívio e a luz da Presença”.

Macapá e que fugiram formando, assim, o quilombo que originou o distrito. Marinho dos Santos fez uma correção no início da entrevista e disse que o nome do distrito na sua época era Criaú e dali em diante todas as vezes em que se referia ao distrito se reportava pelo nome de Criaú. “Aliás o nome certo é Criaú, Criaú é o nome do lugar. (Intervenção da autora: por que esse nome?) Quando aquilo lá foi descoberto (inaudível) passou para criação, negócio de boi de porco, é roça, aí foi aumentando porco, boi, galinha, pato”.

⁷⁵ A entrevista foi realizada no dia 09 de julho de 2016.

⁷⁶ A entrevista foi realizada no dia 07 de julho de 2016.

⁷⁷ A entrevista foi realizada no dia 07 de julho de 2016.

⁷⁸ Teogonia é um poema escrito por Hesíodo no século VIII a. c na Grécia Antiga e conta a história da origem dos deuses gregos.

Para a percepção mítica e arcaica, o que na presença se dá como presente opõe-se, à uma, ao passado e ao futuro, os quais, enquanto ausência, estão igualmente excluídos da presença. Assim, passado e futuro, equivalentes na indiferença da exclusão, pertencem do mesmo modo ao reino noturno do Esquecimento até que a Memória de lá os recolha e faça-os presentes pelas vozes das Musas⁷⁹. (TORRANO, 1995, p. 21)

É evocando a importância da memória na Grécia Antiga, numa sociedade agrícola e pastoril anterior à polis e ao alfabeto, onde toda a visão de mundo e consciência de sua própria história estão centradas nos cantos do poeta que, com o auxílio da Memória (deusa), tinha o poder de retirar o passado do “reino noturno do Esquecimento” e trazê-lo ao presente, que busco recolher os fragmentos do passado para fazê-lo presente, porém de forma não tão poética, nem é a pretensão, quanto a de Hesíodo.

A memória pode ser dividida em vários tipos: individual, local, comunitária, regional, nacional ou mesmo internacional. O estímulo para o afloramento de lembranças e reminiscências pode vir desde experiências individuais a acontecimentos em comunidade (DELGADO, 2003). Entre os diferentes tipos de memória cabe destacar a memória social ou histórica; esta, de acordo com Marilena Chauí, “é fixada por uma sociedade através de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva” (CHAUÍ, 2000, p. 163). Conforme foi discutido no segundo capítulo, é possível notar a construção de uma narrativa histórica onde Janary Nunes é considerado o criador do Amapá. Segundo essa narrativa, construída pelo próprio Governo Janary, a instalação do Território simbolizava o fim de um período de abandono e pobreza e o início de uma era de progresso e desenvolvimento. Dessa forma, apropriando-nos do que disse Chauí, é possível afirmar que a construção narrativa fixou esse mito fundador na memória social da população macapaense.

É possível notar traços dessa memória social sobre o Governo Janary quando, durante as entrevistas, mesmo quando contando histórias de “embates” com o governo ou com o próprio Janary, alguns interlocutores entremeiam suas ideias com frases como: “Naquele tempo, ele (Janary), fez muita coisa boa”⁸⁰; “mas o meu pai, ele reconheceu depois a obra do Janary, ele achou que o Janary foi um grande governador”⁸¹; ou “com a vinda de Janary para cá mudou muita coisa, muita coisa pra

⁷⁹ Para Torrano as Musas no poema de Hesíodo representam as palavras cantadas, ou seja, os cantos que contavam as histórias passadas sagradas ou exemplares.

⁸⁰ Entrevista com Josefa da Silva realizada no dia 09 de julho de 2016. Durante a entrevista Dona Zefa faz referência ao episódio em que Janary retirou os moradores da frente da cidade para realizar a urbanização do local. Este é o trecho da entrevista em que foi retirada a fala de Josefa da Silva “Naquele tempo ele (Janary) fez muita coisa boa. Ah, porque ele não pagou vocês. Eu disse: para mim, ele não deu nada, só me deu (+) olha aqui a minha casa (riso, suspiro). Vim para cá (bairro do Laguinho) e aqui estou. Eu morava para lá (faz um gesto com as mãos), mas não tenho o que dizer dele”.

⁸¹ Entrevista com João Silva concedida no dia 07 de julho de 2016. João Silva é filho de Emanuel Serra e Silva, conhecido popularmente como Duca Serra. Duca Serra foi militante do PTB e fazia oposição ao governo de Janary Nunes. Eis um trecho da entrevista onde João Silva fala da relação de sua família com a política local e com Janary Nunes: “É uma figura marcante, o Janary. E ele na sua luta política, ele marcou muito a nossa vida, por que? Eu vou explicar. Porque a minha família, o meu pai, ele era opositor, ele era do PTB e o Janary era do PSD (cantando o hino do PSD),

melhor”⁸². É confrontando essa memória social com a memória individual dos entrevistados que tentarei analisar as mudanças ocorridas no paladar da população.

Lucília Delgado diz que a memória social ou histórica, para o historiador, se constitui como processo social ativo, e que é essencial do ponto de vista da produção de novas fontes. Dessa forma, completa Delgado, cabe ao historiador estimular e contribuir para que as condições de registro desse tipo de memória possam se efetivar de forma permanente por compreender a função social da memória histórica como suporte da identidade coletiva (DELGADO, 2000). Algo que deve ser observado é que o historiador, ao se dedicar à produção de fontes orais, investe no que Delgado denominou memória estimulada, o que retira o caráter espontâneo da memória e a transforma em fonte de produção intelectual (DELGADO, 2000). E foi isso que busquei fazer durante as entrevistas, estimular a memória de meus entrevistados por meio de questões direcionadas a diversos assuntos sobre o ex-Território, para transformá-la em fonte de produção intelectual.

Para compreender o impacto da instalação do Território nas vidas dos populares macapaense questionei dois dos entrevistados, Marinho Ramos dos Santos e Josefa Lina da Silva, únicos entrevistados que estavam por aquelas terras antes da instalação do Território, sobre como era vida em Macapá.

... nós vivíamos de roça, nós não tínhamos emprego fixo como é agora, depois que o Janary veio que apareceu emprego para colégio, hospital, não tinha nada disso, MAIS era um pessoal que morava aqui, a cidade era pequena, mas o povo era trabalhador, era só de roça que a gente vivia, hoje não, cresceu, nosso Macapá era pequeno, nós vínhamos da Igreja São José, principal, onde é o trapiche agora, que era cidade, para cá não tinha nada, para cá era tudo mato, tudo...

Em várias ocasiões durante a entrevista, Josefa da Silva se refere à cidade de Macapá como uma cidade pequena, humilde, mas composta de um povo trabalhador. A população, segundo seu ponto de vista, era pobre, mas não tinha muita miséria, era trabalhadora. A entrevistada, em diversos momentos, faz comparações com os tempos atuais e os tempos de sua juventude e em sua fala

o meu pai tinha um comércio que era ao lado da primeira usina de força e luz de Macapá e por causa dessa posição política dele teve problemas. O Janary (+) se não ele, mas alguém próximo dele impedia que os funcionários da usina comprassem no comércio do meu pai, na época de campanha política nossa casa era pichada com x e de todos os outros opositores também, mas o meu pai, ele reconheceu depois a obra do Janary, ele achou que o Janary foi um grande governador, inclusive eu tenho um tio, também, que era irmão do meu pai, José Serra e Silva, que tem uma passagem com o nome dele ali ao lado do Banco da Amazônia, ele foi prefeito de Macapá oriundo dessas lutas políticas entre o PTB e o PSD como resultado dessa luta política. Porque quando havia eleição, se aproximava a eleição a oposição chamava, se reunia pra ir com o Getúlio Vargas, que era do PTB, pra derrubar o Janary do governo, mas não conseguia porque o Janary tinha uma obra muito importante, o Getúlio Vargas reconhecia”.

⁸² Entrevista com Marinho dos Santos concedida no dia 11 de julho de 2016. Eis o trecho da entrevista da qual foi retirado o fragmento acima: “Não, com a vinda de Janary para cá mudou muita coisa, muita coisa para melhor (inaudível), havia respeito, minha filha, todo mundo trabalhava não tinha esse negócio (inaudível). Outra coisa, a gente ganhava pouco, mas o nosso dinheiro rendia”.

estabelece um processo de evolução material da cidade “... pra fazer a sua roupa você tinha que comprar o pano pra emendar, hoje em dia a gente já tem pra comprar feito, se a senhora queria um sapato você tinha que ir num sapateiro deixar a medida pra fazer, tudo isso, agora tá tudo facilitado, quando eu me entendi não tinha nada disso...”. É perceptível que Josefa da Silva não valora essa evolução como melhor ou pior, isto acontece quando se refere à segurança onde diz que hoje a insegurança é muito maior do que em sua mocidade ou aos preços praticados hoje, a ex-moradora do Território, em tom de indignação, diz preferir não beber a ter que pagar doze, vinte reais num litro de açaí⁸³.

É interessante notar que num dado momento da entrevista, ao se referir novamente à cidade antiga, Josefa da Silva rebate os comentários de que ali só havia “índio”: essa autorreflexão encontra explicação quando percebemos que existia um discurso preconceituoso que desconsiderava toda a complexidade das sociedades amazônicas e de forma pejorativa propalava que no Amapá só havia “índio”. “... Macapá como eu lhe disse era pequeno, pouca gente, diziam que tinha índio, já eu não achei se tinha índio, ainda conheci (inaudível), mas índio não, a minha família era toda daqui, não era gente que viesse, o nosso Macapá cresceu depois que veio muita gente para cá...”.

Marinho dos Santos, assim como Josefa da Silva, ao rememorar os tempos pré-Território salienta as dificuldades de se viver numa cidade abandonada pelo poder público e que melhorou com a instalação do Governo Territorial, mas ressalta que antes também havia fartura “... a minha vida (+) antes do Território era difícil, eu vim melhorar um pouquinho a minha situação, ter minhas coisinhas, minhas roupinhas depois que começou o Território (inaudível) (+) agora, tinha fartura, minha filha, no verão andavam oferecendo peixe nas portas das casas...”.

É curioso notar que na fala dos dois depoentes a cidade, assim como a população, adquire características contraditórias, pois ao mesmo tempo em que são pobres também são fartos. Informada de que Janary Nunes disse em seu Relatório das Atividades de Governo (1946) que a alimentação da população era pobre, Josefa da Silva respondeu: “... a gente comia toda ração, tinha carne, tinha o açougue que a gente chamava Dante e agora é mercado central (+) açaí de fartura, era amassado na hora de servir, peneirado, como eu lhe disse, era muito pequeno Macapá, pouca gente, mas não era de miséria, filha...”. Num outro momento da entrevista, Josefa da Silva se refere à alimentação da população antes do Território:

... e aí, querida, mas não era uma cidade miserável não, tudo preto trabalhador, na roça, como eu lhe digo, plantava maniva⁸⁴ para colher para o ano (Intervenção da autora: quem plantava?) Nós mesmos, os homens roçavam a mata, derrubavam aquelas árvores grandes, tocavam fogo para queimar, que chama coivará⁸⁵ (coivara) pra limpar a terra, os homens

⁸³ No Amapá, assim como na maior parte da região norte, o açaí é vendido por litro e o valor do litro se altera durante o ano variando de acordo com o período de colheita ou de entressafra do fruto.

⁸⁴ Maniva tanto pode designar a planta mandioca ou macaxeira quanto a massa feita pelas folhas moídas da mandioca.

⁸⁵ Coivara, chamada por Josefa de coivará, é uma técnica agrícola que consiste na queima da vegetação e posteriormente o plantio de novas culturas de forma intercalada. Janary Nunes em seu

cavavam e as mulheres plantavam, plantavam maniva... (Intervenção da autora: o que era que vocês plantavam?) Maniva, era para plantar para ela dar soca pra gente arrancar, plantava agora em julho, e só ia arrancar para o ano, por que era de ano em ano que a gente ficava esperando. Mas tinha aí o Igarapé das Mulheres, que a gente chama, as mulheres desciam aí (apontando na direção do igarapé), iam pegar. Olha, era peixe de fatura! (Inaudível) vinha, assim, na maré aquelas jangadas⁸⁶, vinha jacaré naquela, parece um tapete, quando a maré secava eles se enganavam, ficavam, os homens iam matar jacaré, eles comiam, botavam no Ladrão...

Ao ser questionada sobre o incentivo do governo ao consumo de leite pela população Josefa da Silva revela que mesmo antes da instalação do Território além da carne de boi também eram consumidas carnes de animais silvestres.

... não, é bobagem, tinha até leite de gado, meu pai tinha umas quatro cabeças de boi. Morava aqui onde é hoje o mercado da carne, perto da fazendinha, quando ele matava algum mamote⁸⁷ vinha pra mim carne e vinha bacaba, era açai, caça, veado, tatu, paca, tudo isso a gente conhecia...

Não só de peixe e carne vivia o homem macapaense, Josefa descreve que a alimentação também se baseava no consumo de camarão, as frutas eram aquelas cultivadas nos próprios quintais como banana, laranja, tangerina, graviola, acerola, macaxeira. Além de cultivar para consumo próprio, Josefa relata que as frutas cultivadas serviam como fonte de renda "... eu vivia da minha cozinha, pra comprar as coisas pra cozinha, só do quintal eu vendia jerimum, o pessoal do Silva tinha um comércio e eu vendia batata doce que dava cada massoca⁸⁸ no quintal, batata, jerimum, graviola...". Marinho dos Santos também se recorda das frutas, legumes e verduras que eram plantados pelos moradores da cidade: "... ninguém vendia negócio de feijão, a gente plantava, melancia, maxixe, abóbora (inaudível) (+) ... tinha feijãozinho, daquele feijãozinho branquinho se plantava muito, dava muito aqui...". Outro alimento que está presente em momentos diversos na fala de Josefa da Silva é a farinha de mandioca, alimento que teve seu excesso de consumo criticado por Janary Nunes.

A partir desses relatos é possível observar que a alimentação da população macapaense antes da instalação do Território não fugia daquilo que Josué de Castro e Dante Costa já haviam estudado,

Relatório das Atividades de Governo manifestou-se acerca da questão agrícola no Território: "É inacreditável a ignorância de nossa gente no tratar os problemas mais elementares de cultura do solo, de animais e de defesa contra as moléstias e pragas" (NUNES, 1946, p. 24). Na edição do jornal Amapá de 06 de outubro de 1945 é publicada uma nota com o título "Não queimem os campos" e seu conteúdo se referia a essa prática popular na região.

⁸⁶ Essa técnica de pesca artesanal é chamada de Cacuri e consiste numa armadilha fixa, confeccionada com fibras naturais de palmeiras (paxiúba) e cipós (cipó-titica, uambé-cima), consistindo num cesto triangular com uma fenda na parte central, que dá passagem ao peixe para o curral onde é capturado. (SILVA, 2011, p. 153)

⁸⁷ A palavra mamote diz respeito a um animal que ainda mama.

⁸⁸ A palavra massoca faz referência à massa da macaxeira, porém Josefa da Silva utiliza a palavra como hipérbole, ou seja, para caracterizar o quão grandes eram as batatas-doce.

era (e ainda é) uma alimentação voltada, principalmente, para o consumo de peixe. É importante salientar ainda que a cidade de Macapá é banhada pelo rio Amazonas. Existia um consumo de frutas, verduras e legumes, muitas vezes plantados nos quintais das casas, havia também o consumo de carne de boi, mas também de animais silvestres paca, veado, tatu. O que é possível perceber através desses relatos é que a alimentação daquela população não se resumia ao consumo de café, farinha e pirarucu conforme afirmou Janary Nunes; dessa forma, o paladar daquela gente era formado por um emaranhado de ingredientes muito mais complexo do que foi percebido pelo governador do Território.

3.3 Como uma parcela da população recebeu a nova alimentação proposta pelo governo territorial

Foi discutido no capítulo anterior as formas que o governo territorial utilizou para propor a nova alimentação para a população, através de publicações no jornal *Amapá*, do rádio, inaugurações em que o governador e seus assistentes aproveitavam para discursar sobre a nova alimentação, com a criação de órgãos de incentivo à produção e ao abastecimento da cidade. A partir do entendimento de como estas ideias foram repassadas será discutido neste tópico como uma parte da população (a partir das entrevistas feitas) recebeu essas propostas, pois conforme Câmara Cascudo:

Sucedendo à inalterabilidade do regime popular, o passado das camadas sociais mais altas, diversifica-se, aberto a todos os sopros da modificação elegante e às sugestões da propaganda industrial. A sequência básica popular responde pela conservação de sentimentos e crenças que reagem dentro de ritmos emocionais da tradição. (CASCUDO, 2005, p. 351)

Nas linhas transcritas acima Cascudo faz uma reflexão importante acerca da mudança de hábitos alimentares, o autor afirma que as camadas mais altas da sociedade mudam seus hábitos mais facilmente do que as camadas populares. Tal constatação é importante para esta pesquisa, pois a maior parte da população macapaense durante o período territorial era composta por pessoas com baixo poder aquisitivo e essa situação é uma condicionante para a prática de uma alimentação que exige a aquisição de novos ingredientes. No tópico anterior já foi referida a situação de pobreza em que viviam os moradores antes da instalação do Território e, ao longo deste tópico, será discutida a relação entre a nova alimentação e o baixo poder aquisitivo de uma parcela da população durante o período territorial.

Foi mencionado anteriormente que, ao ser questionada sobre o incentivo ao consumo de leite pelo governo, Josefa da Silva respondeu dizendo que aquilo era bobagem e que já havia um consumo de leite de gado. Marinho dos Santos reafirma a fala de Josefa dizendo que "... existia leite, mas era aquele tirado da vaca, esse leite Ninho quase não existia em Macapá (inaudível), mas se estranhava né...". João Silva também relata um pouco sobre o consumo de leite servido como merenda nas escolas.

... meu período escolar no Barão do Rio Branco foi uma beleza, era muito bom, o governo dava a bota para o estudante, uniforme, a merenda era regular, de boa qualidade. (Intervenção da autora: o que era a merenda?) era leite, tinha um tempo que vinha um leite dos EUA, que era uma ajuda que os EUA davam aos países pobres que era distribuído lá. (Intervenção da autora: as pessoas não gostavam do leite?) É porque o macapaense antigo mesmo (+) por exemplo, eu fui criado (inaudível) tomei muito café de manhã com chá de folha de canela e folha de abacate, minha mãe fazia, ela dizia que era muito bom para o (inaudível), bom para ameba, que tinha muita ameba, essas doenças da pobreza, existia muito aqui. Então era isso que a gente tomava, aí chega na escola e toma um leite ficava meio (+), mas a gente tomava e acabava gostando.

No ano de 1945 o Governo Federal cria o Conselho Nacional de Alimentação a partir dos anos 1950 este conselho vai inaugurar uma nova forma de execução da política de alimentação e nutrição com a implementação de Programas de distribuição de alimentos. Os autores Maria Sylvia Carvalho Barros e José Carlos Tartaglia falam sobre a elaboração de um plano de trabalho denominado “A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, que, entre outras propostas

(...) concebe e estrutura um programa de merenda escolar de caráter nacional, sob responsabilidade pública, racionalizando as iniciativas preexistentes e dando-lhes orientação técnica e suporte econômico, a ser executado a partir da metade da década de 50. Tal programa, iniciado efetivamente em 1955, expandiu-se rapidamente com o apoio de organizações internacionais como o Fundo Internacional de Socorro à Infância - FISI/ONU e, na década seguinte, dos programas ‘Alimentos para a Paz’ e ‘Aliança para o Progresso’ e da ‘Agency for International Development – USAID’, por meio de doações e da venda de alimentos por preços simbólicos (excedentes agrícolas norte-americanos). Desse modo, iniciado com a distribuição de leite em pó e de farinhas enriquecidas, apoiado em instituições de auxílio internacional, o Programa de Merenda transformou-se, ao longo desses anos, no Programa Nacional de Alimentação Escolar, sustentado e coordenado pelo Governo Federal e executado pelos Governos Estaduais e, posteriormente pelos Municipais (BARROS; TARTAGLIA, 2003, p. 119-120).

Assim como João Silva que teve acesso ao leite servido como merenda nas escolas, Antonia Maria também relata sua experiência durante seu período escolar:

... a gente tomava o leite do gado, aí quando a gente veio para cidade chegou um leite de pacote que o Janary mandava para as escolas que era muito forte e que até o pessoal apelidava de um nome estranho (risos) a gente não estava acostumado e devido ele ser muito forte, muita das vezes dava assim (faz gestos com as mãos) na barriga da gente...

Nota-se que a fala dos quatro entrevistados forma uma linha cronológica, pois Josefa da Silva relata que já havia um consumo de leite antes da instalação do Território, a fala do senhor Marinho reitera a informação anterior e acrescenta que havia uma certa resistência ao leite industrializado que chegou por aquelas terras por meio de importações feitas pelo governo, já a fala de João Silva e Antonia Maria se referem a um período de pelo menos dez anos de governo territorial onde já havia um programa destinado para merenda escolar (ver nota 23), mas que ainda assim, de acordo com o senhor João, existia alguma resistência da população. O que é possível perceber pela fala dos entrevistados sobre o consumo de leite é que a resistência que existia seria ao leite industrializado, uma vez que os moradores já consumiam o leite in natura. Câmara Cascudo (2005) fala que essa preferência por alimentos regionais é um elemento poderoso de defesa coletiva, no sentido psicológico, mantendo, como uma “permanente”, as características da nutrição popular, ou seja, a resistência ao leite industrializado e a conseqüente preferência pelo leite in natura se torna um mecanismo psicológico de defesa da população para a manutenção da sua alimentação, porém é preciso observar na fala de João Silva que, mesmo com a resistência, havia o consumo de leite industrializado pelas crianças. Não é possível apenas com este depoimento quantificar e nem qualificar o consumo de leite industrializado, mas é possível identificar a existência do consumo.

Já foi discutido no capítulo anterior que uma das formas que o governo tinha de repassar a nova alimentação para a população era através da educação, à escola caberia o papel de transmitir os preceitos da boa alimentação incentivando o consumo de alimentos nutritivos através da distribuição de merenda (como no caso do leite citado anteriormente), cultivo de hortaliças, frutas e verduras, além de palestras para os alunos. Num trecho do Relatório das Atividades de Governo feito por Janary Nunes é prevista a realização de cursos de alimentação também para as mães:

Ao rádio, à imprensa, ao teatro popular e ao cinema, aos clubes e associações filantrópicas, aos particulares incumbirá repetir, repetir sempre: a propaganda da alimentação, salientando o papel que desempenha na conquista e manutenção da saúde e disseminação de hortas e de criações domésticas, tornando cada residência um pequeno celeiro; palestras para as mães mostrando as vantagens que usufruem seus filhos da alimentação bem orientada; a aprendizagem contínua do preparo das comidas caseiras, com legumes e frutas, por meio de cursos de algumas aulas ou em sessões avulsas... (NUNES, 1946, p. 79-80)

Quando questionada sobre a realização de cursos sobre alimentação para as mães, Josefa da Silva respondeu: “... eu não cheguei a ver, o que eu lhe digo que ele (Janary) fez (+) a mulher dele, ela ajudava, para muitas mulheres que não tinham nada mesmo, ela andava de casa em casa dando aquelas sacas de despesas, era açúcar, café, arroz, feijão, jabá...”. Somente a partir da fala da senhora Josefa não é possível afirmar que esses cursos de fato não aconteceram, mas é possível assegurar que caso tenham ocorrido não chegaram a toda população. Não se tem registro da prática desse tipo de curso realizado pelas escolas no jornal *Amapá* ou nas outras fontes pesquisadas, o que se sabe é que o Posto de Puericultura realizava atividades para as gestantes e mães orientando-as no trato com a criança e na prevenção de doenças, o que também incluía orientações sobre

alimentação adequada, uma vez que a boa alimentação estava intimamente ligada à manutenção da saúde e à prevenção de doenças. Além de orientações sobre a forma de se alimentar o posto também distribuía cestas básicas⁸⁹, para os moradores carentes conforme o relato de Josefa da Silva.

À escola também caberia o ensino de técnicas que melhorassem o trato da terra e também incentivassem o plantio e o consumo de legumes, frutas e verduras. Quando foi questionado se havia tido aulas de técnicas agrícolas, João Silva respondeu o seguinte:

... não porque eu optei pelo Colégio Amapaense e o Colégio Amapaense era uma formação mais voltada para o estudo mais clássico... a gente não tinha essa paixão por técnicas agrícolas, lá dentro do G.M. (Ginásio Masculino) os alunos, antigamente, faziam pequenos serviços de confecção de botas, de sapatos. (Intervenção da autora: então as escolas eram divididas, cada uma tinha um direcionamento) exatamente, para o Janary, o Ginásio de Macapá, ele objetivava dar para o jovem, já estudando, dar uma formação para o trabalho, mão-de-obra para o trabalho...

Nota-se, com este depoimento, que as aulas de técnicas agrícolas não foram implantadas em todas as escolas, conforme o previsto no Relatório. João Silva não relata durante sua fala a existência de aulas de técnicas agrícolas durante o seu curso ginasial no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, mas indica que as aulas de técnicas agrícolas existentes no Ginásio Masculino, antiga Escola Profissional, tinham o objetivo de formar agricultores que tivessem a instrução do bom trato da terra. Também a partir desse depoimento e da análise de algumas ações da Comissão de Abastecimento do Território Federal do Amapá (CATFA) e posteriormente pela Superintendência de Abastecimento, como por exemplo a organização das exposições de animais, é possível inferir que os objetivos das ações realizadas pelo órgão eram voltados muito mais para fins econômicos do que para uma mudança na alimentação da população. As ações da CATFA eram voltadas para a melhoria da produção agropecuária o que não significava, necessariamente, a inserção nos pratos da população em geral de um produto de melhor qualidade. A carne verde era cara, nem todos tinham condições de comprar o que já impedia o acesso de boa parte da população a esse alimento⁹⁰. Além do alto custo da carne havia a questão do racionamento, como em 1946. Marinho dos Santos relata um pouco da dificuldade enfrentada pela população durante o racionamento.

... no começo até a comida era difícil, até no Território era difícil, a gente ia para fila para comprar (+) existia só uma casa, que era uma casa para

⁸⁹ Na edição de 26 de abril de 1947 do jornal *Amapá* é publicada uma nota em que lista os materiais distribuídos no mês de março pelo posto de puericultura, nessa lista é possível encontrar entre outros itens, leite em lata, farinhas enlatadas, pastas para dentes, mamadeiras, lençóis, sabonetes, além do Registro Civil.

⁹⁰ Na edição de 24 de janeiro de 1948 é discriminado o reajuste dos preços da carne verde em todo o Território. O quilo de carne em Macapá naquele ano passaria a custar Cr\$ 5,00, o quilo do filé Cr\$ 10,00 e enquanto as vísceras eram vendidas a preços muito mais baixos como por exemplo o quilo dos miolos era vendido a Cr\$ 3,00, bobós (pulmões) e rins eram vendidos a Cr\$ 2,00.

vender carne. Então quando era de madrugada, a gente ia para fila para comprar um quilo de carne e era no cartão por família, o máximo era dois quilos, alguns não tinham...

Todos esses fatores dificultavam o acesso de uma parcela significativa da população a um dos alimentos mais importantes numa dieta baseada no equilíbrio de nutrientes, uma vez que a carne bovina é uma das principais fontes de proteína, e a boa alimentação pregada pelo SAPS e pelo governo territorial passava por uma alimentação balanceada e rica em nutrientes.

No Relatório também se discorre sobre o baixíssimo consumo de frutas, legumes e verduras pela população local e que para mudar este quadro deveria haver um estímulo à ingestão desses alimentos. A senhora Antonia Maria avalia o consumo de frutas nos dias atuais – onde o acesso é facilitado e a variedade é grande – para fazer uma comparação com o consumo de frutas na época do Território:

... porque as frutas que nós comíamos, quando nós chegamos aqui, a minha mãe plantava, a gente comia do pé, desde o café à bacaba, tinha tudo no nosso quintal, hoje não, já vem diferenciado, a maçã que a gente não conhecia, pera, uva, o caqui, o que a gente, da nossa região, conhecia era a manga, a goiaba, taperebá, tangerina que aí para fora é mexerica, mas para nós é tangerina, aí veio chegando as outras coisas e veio melhorando...

Josefa da Silva reafirma a informação da prática do plantio de frutas nos quintais “... eu não comprava nada, tinha laranja, até hoje, laranjeira, tangerina, bananeira, o negócio de macaxeira, jaca, que a gente chama de jaca, mas agora é graviola, tem acerola que a gente chamava ginja que agora é acerola e tudo que eu procurava no meu quintal eu tinha⁹¹...”. Há que se notar que tanto Antonia Maria quanto Josefa da Silva declararam que durante o período territorial suas famílias não possuíam muitos recursos financeiros, o que tornava mais difícil o acesso às frutas e outras “novidades alimentícias” importadas para o Território. É possível perceber que as frutas consumidas pela população com baixo poder aquisitivo eram aquelas consideradas, inicialmente, de baixo valor nutritivo como a bacaba e o taperebá, frutas da região que não possuíam um estudo do seu valor nutritivo.

É difícil averiguar a efetividade dos discursos feitos pelo próprio governador e seus secretários durante inaugurações e festividades, procurando repassar os preceitos da boa alimentação para a população em geral, uma vez que muitas festividades eram feitas dentro dos círculos de pessoas ligadas ao meio governamental e, naturalmente nas inaugurações, a assimilação de uma proposta

⁹¹ A graviola, em alguns lugares, também é conhecida como jaca de pobre, mas graviola e jaca são duas frutas diferentes, assim como acerola e ginja. A acerola durante muito tempo foi chamada de ginja, isso remete ao período colonial, pois durante a colonização da região que hoje é o Estado do Pará os portugueses encontraram um fruto semelhante à cereja (também conhecida como ginja) e denominaram-na como cereja do Pará, mas com o passar dos anos as nomenclaturas foram se misturando dando origem à confusão dos nomes (MARINO NETTO, 1986).

tão radical quanto a mudança de hábitos alimentares ficava prejudicada, pois o foco não estava na alimentação, mas sim na obra inaugurada. Já foi demonstrado no capítulo anterior a pouca efetividade das publicações sobre a nova alimentação no jornal *Amapá* e nos programas de rádio em função do grande índice de analfabetismo que existia no Território e também da pequena quantidade de pessoas que tinham condições de ter um rádio em suas casas, dessa forma, esses meios utilizados pelo governo para incutir na população em geral uma nova forma de se alimentar acabavam não surtindo o efeito almejado e não atingindo uma grande parcela da população.

Há que se notar que muitas das medidas prometidas pelo governo para propor a nova alimentação para a população não foram concretizadas ou foram realizadas para um público muito restrito como as aulas de educação alimentar para mães e alunos. Houve também aquelas medidas que foram postas em prática, mas cujo objetivo era muito mais econômico, como o incentivo à produção agropecuária feito primeiramente pela CATFA e posteriormente pela superintendência. Ainda houve aquelas que foram postas para algumas parcelas da população, mas que enfrentaram resistência, como no caso do leite nas escolas. Câmara Cascudo (2011) diz que os hábitos alimentares de uma população precisam de um processo de ajustamento em condições especiais de excitação para se modificar e que é necessário o recebimento de novos elementos para o abandono dos antigos, dessa forma, o que é possível perceber, a partir dos depoimentos, é que a falta de acesso aos alimentos, seja por causa de racionamento ou por causa do alto custo, e a pouca efetividade na divulgação da proposta governista, impossibilitava que a grande maioria da população macapaense tivesse contato com uma nova forma de se alimentar mantendo assim muitos dos hábitos antigos.

3.4 A cidade e o paladar após a instalação do Território

Negar que a instalação do Território contribuiu com um crescimento econômico e social das terras situadas na foz no rio Amazonas é, como diz a sabedoria popular, tapar o sol com a peneira, porém é importante avaliar os efeitos de curta, média e longa duração induzidos por este ato político sobre a cotidianidade das pessoas que viviam naquela localidade e é sobre isso que trata este tópico, compreender a visão dos entrevistados sobre a instalação do Território e como este fato interferiu em sua alimentação.

Ao se trabalhar com a memória política de um indivíduo, Ecléa Bosi (1994) aconselha que o historiador leve em conta a classe e a profissão do entrevistado, pois “na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a” (BOSI, 1994, p. 453). Dessa forma, sabermos que Marinho dos Santos chegou em Macapá em 1949, desempregado e sem alfabetização ajuda a compreender sua fala quando perguntado sobre sua opinião sobre Janary Nunes.

... Janary chegou aqui como um braço do governo, foi ele que iniciou isso aqui, tudo era pouco, não tinha nada, era uma vida muito pobre, ele não perguntava se tu sabias ler, se tu sabias escrever, todo mundo trabalhava, chamava o pessoal que veio do interior, com a esposa e os parentes para trabalhar em qualquer obra do governo. Colégio de interior não existia (+) a escola do Criaú não existia, a maior parte daqueles velhos que já morreram ali quase todos eram analfabetos (inaudível) ...

Marinho dos Santos mostra a visão de quem chegou à cidade sem qualificações, mas que encontrou uma das oportunidades de trabalho ofertadas pelo governo territorial. No primeiro decênio a cidade de Macapá se tornou um verdadeiro canteiro de obras, o que demandava mão-de-obra e é sobre esse contexto que o senhor Marinho se refere. É interessante notar que ao ser questionado sobre sua opinião sobre Janary, o senhor Marinho se recorde exatamente desse período inicial do governo que, não por acaso, foi um momento, segundo o próprio entrevistado, de mudança tanto para a cidade quanto para ele.

Em vários momentos de sua fala, Josefa da Silva reflete sobre o governo territorial e também se refere aos primeiros anos do governo de Janary Nunes como um momento importante, pois “foi depois que o Janary veio que apareceu emprego para colégio, hospital, não tinha nada disso”. Também, segundo Josefa “ele mostrou trabalho pra gente pegar em dinheiro que a gente não pegava em dinheiro, o dinheiro que a gente pegava era uma palhinha ali e ia trocar e trazia um paneiro de farinha empalhado”. Josefa sintetiza, com esse depoimento, o crescimento econômico da cidade, antes da instalação do governo; o que havia era uma economia incipiente baseada muitas vezes no escambo, o que evidencia o papel do governo de catalizador para o desenvolvimento da cidade.

João Silva⁹² faz parte da primeira geração de nascidos no Território Federal do Amapá, nasceu no Hospital Geral e estudou no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, todas obras realizadas pelo governo de Janary Nunes. Questionado sobre as lembranças que tem de sua infância em Macapá responde:

... a cidade de Macapá da minha infância era uma beleza, tinha a banda da guarda territorial que quando vinha lá da fortaleza tocando a cidade toda se alegrava, ela saía da fortaleza tocando e a molecada quando via aqueles acordes corria tudo para (rua) Cândido Mendes para vê-la vir, subir, ficar aqui na praça (Veiga Cabral) para tocar no coreto (inaudível), aquilo era uma alegria pra gente. A chegada de circo era uma alegria. Aqui nessa praça Veiga Cabral que teve outros nomes, mas que acabou sendo praça Veiga Cabral, chamavam de largo da matriz, aqui tinha tudo, os circos ficavam aí, Luís Gonzaga quando vinha cantar aqui trazido pelo Janary cantava aqui, não tinha teatro, não tinha nada, era um descampado, cantava aqui, a gente jogava bola aí, tinha vários campos, então era uma infância feliz. A gente ia à igreja de São José, todos nós éramos da casa

⁹² João Silva morou durante a maior parte de sua vida no centro da cidade de Macapá, a poucos metros da igreja matriz e da casa do governador. “... o palácio era perto da nossa casa, era ali onde é a biblioteca (pública), a nossa casa ficava aqui mais na frente e o palácio do governo ficava ali onde é a biblioteca. Da minha casa, a gente enxergava o Janary lá no pátio do palácio, na janela do palácio olhando a cidade e tudo mais...”

dos padres que a gente chamava antigamente, lá que a gente passava o nosso tempo, os padres ficavam ensinando as coisas boas, de como deveria ser um cidadão, que deveria estudar, que deveria ter responsabilidade com a sociedade, foi assim que nós crescemos aqui em Macapá...

Na fala de João Silva chamam a atenção a simplicidade e o aspecto positivo de alguns fatos de sua infância descritos por ele. Em sua fala já é possível perceber as transformações urbanísticas pelas quais a cidade passou, além do senso de dever cívico forjado pela Igreja e pela escola, pois em outro trecho da entrevista relata:

... sobre o Barão do Rio Branco, tem umas coisas importantes, por exemplo, todo dia de manhã, era cantado o hino nacional, quando eu saía da minha casa que ficava duas quadras do Barão do Rio Branco e chegava atrasado e os alunos estavam perfilados e um deles hasteando o pavilhão nacional e eu ouvia, eu parava e ficava em posição de sentido, eu e qualquer outro aluno da escola, para e perceber o respeito que havia pelo pavilhão nacional, pelo Brasil, pelos professores e pela nossa escola.

João Silva é fruto do plano educacional implantado pelo governo de Janary Nunes⁹³, plano este que objetivava fomentar o orgulho nacional; dessa forma, João Silva lembra o período territorial como um período de ordem, de respeito e atribui, ao então governador, elogios por sua gestão, apesar da pouca idade durante os anos de governo de Janary Nunes. Já Antonia Maria é direta ao dizer que com o governo territorial o progresso havia chegado por aquelas terras mesmo tendo chegado ao bairro do Lagunho em 1955 e ainda nesse ano seu bairro não contava com água encanada e iluminação pública como relata no trecho seguinte: "... aí deu uma semana eles construíram um quarto, um quarto e uma sala, e como era alto a minha mãe fez a cozinha embaixo, a gente mudou e a nossa vida começou a mudar [] isso aqui era só um caminhozinho, tudo mato, a gente vinha para cá, não tinha luz, não tinha água, não tinha nada...".

É importante destacar novamente que a senhora Antonia chegou em Macapá somente um ano antes do fim do governo de Janary Nunes; isto se faz necessário para demonstrar que mesmo passados onze anos de governo, nem toda a cidade e municípios gozavam dos desdobramentos posteriores proporcionadas pelo governo. As lembranças de senhora Antonia e do senhor João sobre o período territorial refletem a discrepância que havia entre a cidade que era a imagem do progresso e a cidade que estava à margem dessas transformações. Enquanto João Silva relata a alegria numa cidade símbolo de progresso e civilização, Antonia Maria relata as dificuldades enfrentadas numa cidade em que os serviços públicos básicos ainda não haviam chegado.

Tanto Josefa quanto Marinho, ao recordarem o ex-território, projetam suas lembranças para o período de maior transformação física da cidade, relatam a construção de escolas, do hospital, falam

⁹³ Para saber mais sobre a política educacional no Amapá durante o período territorial ver LOBATO, *Educação na fronteira da modernização: A política educacional no Amapá (1944 - 1956)*. Dissertação de Mestrado. 2009. 159 f. São Paulo (USP), 2009.

do crescimento da cidade, do crescimento econômico, mas seus relatos param nas esferas social, urbanística e econômica; não há relatos de transformações culturais ou de hábitos por parte dos entrevistados. Cascudo, contemporâneo a esses acontecimentos, fala sobre essas mudanças ocorridas, mas que muitas vezes não atingem o domínio do paladar: “há, note-se, que as sucessivas etapas ou ciclos de civilização, quase sempre confundida com o progresso, modificam o organismo coletivo, com novas e sugestivas formas de ação e técnica adaptadoras. O mais difícil e raro é que a civilização consiga alterar as sensações básicas do paladar” (CASCUDO, 2005, p. 382).

Questionada se com a instalação do Território havia mudado alguma coisa na sua alimentação Josefa da Silva responde:

... para mim, só mudou a assistência que ele deu para nós, ganhava seu bocadinho mais sim, abriu o campo da aviação (+) os homens roçavam, tocavam fogo e as mulheres iam ajudar no carrinho de mão. Abriu trabalho no campo de cacau para plantar cacau, isso tudo gera uma coisinha que a gente tirava para comer. Dinheiro, nunca se viu dinheiro, assim, na mão, sem que trabalhasse só aquele bocadinho que a gente trocava farinha no comércio (+) mas o negócio de alimentação continuou sempre a gente ter um bocadinho (+) nós conhecíamos nossa manteiga, pão, tinha padaria (Inaudível) que eu até vendia macaxeira para ele fazer bolo de macaxeira, arrancava aí do meu quintal...

É interessante notar que a senhora Josefa novamente se refere a uma mudança de caráter econômico, as mudanças percebidas por ela estavam relacionadas a um aumento da produção agrícola, mas é enfática ao dizer que sua alimentação continuou em pouca quantidade e a mesma assim como antes do Território.

Assim como Josefa da Silva a senhora Antonia afirma que mesmo após a instalação do Território seus hábitos alimentares não mudaram drasticamente, o consumo de carne de animais silvestres continuou, o consumo de frutas e verduras da região também, mas que com o passar do tempo alguns alimentos foram se incorporando ao seu cardápio, porém após o governo de Janary Nunes. O senhor Marinho dos Santos, ao falar sobre a alimentação da população macapaense durante o governo de Janary Nunes, relata um caso curioso:

... teve um ano, eu me lembro benzinho, ainda no governo dele (Janary), tinha um diretor de educação ele era diretor do interior, o nome dele era (+) chamavam ele de Marciliano, botou um artigo dizendo que o povo de Macapá comia capim (inaudível) verdura né? Isso abalou muito a cidade de Macapá, depois se arrependeu, o povo foi para cima dele mesmo, porque quem come capim é boi, burro (inaudível) ...

Esse relato do senhor Marinho dos Santos é interessante, pois demonstra que, como já foi citado anteriormente, a população macapaense consumia verduras, e que comentários que essa população sentisse como um menosprezo pela sua forma de viver eram veementemente rechaçados.

Essa declaração dada pelo senhor Marinho vai de encontro com o que João Silva relata ao ser apresentado à declaração de Janary Nunes no Relatório de que a população se alimentava mal.

... havia, realmente, havia muita pobreza e, por exemplo, as donas de casa, as mães de famílias, geralmente, as famílias eram pobres, muita gente, as famílias eram grandes, elas faziam maravilhas aproveitando tudo, tudo elas aproveitavam para alimentar os filhos, mas havia muita pobreza, era farinha, era charque, essas comidas pobres, não se comia folhas, legumes, como hoje se faz, frutas, se comia alguma, fruta inclusive de quintal que elas (mães de família) mesmas plantavam para economizar, criavam galinha no quintal para quê? Para descer no quintal, matar uma galinha e fazer um almoço mais barato pra gente, realmente o hábito era de pobreza, alimentação era de pobreza. Confere, confere o relatório do Janary Nunes...

Chama a atenção a fala de João Silva ao confirmar a versão do governo territorial de que o consumo de frutas era baixo e que “o hábito era de pobreza, a alimentação era de pobreza”. É interessante notar a diferença nas falas dos entrevistados, João Silva é o único deles a se referir ao passado como um período de pobreza alimentar todos os outros lembraram de suas dificuldades, mas se referiram em diversas vezes como um período de fartura. É preciso observar que dos quatro entrevistados João Silva foi o único que teve um contato mais próximo com as políticas públicas do governo de Janary Nunes e que é fruto dessas ideias, portanto é compreensível a reprodução da ideia de que antes do Território o que havia era pobreza, doença e ignorância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS foi uma autarquia criada em 1940 pelo Governo Federal com o objetivo de implementar uma política que modificasse a alimentação dos trabalhadores, considerada pouco nutritiva, o que influenciava na capacidade produtiva dos trabalhadores. A criação do SAPS, durante o Estado Novo, fez parte de um plano de governo que previa a intervenção do Estado em áreas como habitação, educação e alimentação com o intuito de atingir as causas mais profundas da pobreza e com isso satisfazer as necessidades básicas do indivíduo, melhorando assim a saúde e conseqüentemente a produtividade do trabalhador.

O SAPS agiu em diferentes frentes para atingir o objetivo pelo qual foi criado, inicialmente contava apenas com um restaurante no Rio de Janeiro, mas com o passar do tempo a autarquia foi ampliando sua área de atuação. Além da inauguração de outros restaurantes, em 1942 passou a contar com os Postos de Subsistência que vendiam gêneros alimentícios a baixo custo, também atuou em pesquisas científicas desenvolvendo estudos sobre a constituição química de diversos alimentos e atuou principalmente na área da educação alimentar através das visitadoras da alimentação, dos próprios restaurantes e através de vários meios de comunicação como rádio e revistas. A política educativa do SAPS estava baseada num “poder de eleição consciente” onde não bastava que o trabalhador possuísse dinheiro para comprar alimentos ou que estes alimentos fossem vendidos num valor mais baixo, mas que o trabalhador soubesse escolher o alimento conforme a sua necessidade nutricional.

Tendo em mente o que foi a política do SAPS foi preciso compreender como se deu a instalação do Território Federal do Amapá. Com o discurso de preencher os grandes vazios demográficos que caracterizavam algumas áreas de fronteira, o governo de Getúlio Vargas instituiu o Decreto-Lei 5.812 de 1943 criando cinco territórios federais em áreas de fronteira. A fronteira entre o Território Federal do Amapá e a Guiana Francesa já tinha um histórico de conflitos territoriais que só havia sido resolvido em 1900 mediante o Laudo Suíço e em meio a Segunda Guerra Mundial essa fronteira voltou a despertar a atenção das autoridades pois a França estava aliada à Alemanha e aquela possessão francesa representava uma porta de entrada para o país. Com a criação Território Janary Gentil Nunes foi designado como governador.

Foi possível observar que a adoção dos novos critérios de alimentação propostos pelo SAPS encontrava grande receptividade no governo e isso pôde ser comprovado através de publicações no jornal *Amapá* e do Relatório das Atividades do Governo. Através dessas duas fontes foi possível identificar diversas publicações endossavam a ideia da “boa alimentação” como forma de contribuir com a saúde do trabalhador tornando-o assim mais produtivo. No Relatório foi possível verificar um plano de governo para implementar uma nova alimentação para a população, isto seria feito através de aulas sobre a “boa alimentação” e de técnicas agrícolas em todas as escolas e cursos para as mães com o objetivo de inculcar na população novas formas de trato com o alimento. Também tentou-se repassar essa ideia através de publicações do jornal *Amapá*, do rádio, de discursos do governador

e de seu staff em eventos públicos e de órgãos do governo territorial que atuavam como reguladores de suprimentos dos principais núcleos populacionais.

A partir do entendimento do que foi a política alimentar praticada pelo SAPS e de como a ideia da “boa alimentação” foi apresentada pelo governo foi possível compreender como parte da população reagiu a essas mudanças, a instalação do Território e tentativa de mudança nos seus hábitos alimentares. Para fazer essa análise foram feitas entrevistas com moradores e descendentes daqueles já viviam por aquelas terras antes da instalação do Território. Três dos entrevistados se encontravam dentro das camadas populares e um foi classificado como membro da classe média emergente, o que, devido ao reduzido número de entrevistados, impedia uma análise da sociedade como um todo, pois não refletiam a complexidade da sociedade macapaense. Além de localizar os entrevistados dentro da sociedade macapaense, ao longo da análise observou-se que incluir os imigrantes nesta pesquisa acarretaria num vício, pois seria constatada uma mudança nos hábitos alimentares da população, mas que não teria relação com as propostas do governo territorial.

Ao analisar as entrevistas do senhor Marinho dos Santos e Josefa da Silva foi possível constatar que a alimentação da população macapaense antes da instalação do Território era voltada para além do consumo de peixe, havia também o consumo de carne de boi assim como de animais silvestres como paca, veado e tatu. Foi possível constatar também que existia um consumo de frutas, verduras e legumes, muitas vezes plantados nos quintais das casas. Também segundo os entrevistados havia o consumo de leite de gado por parte da população macapaense. O que foi possível perceber através dos relatos é que a alimentação daquela população não se resumia ao consumo de café, farinha e pirarucu conforme afirmou Janary Nunes; dessa forma, o paladar daquela gente era formado por um emaranhado de ingredientes muito mais complexo do que foi percebido pelo governador do Território.

Com a chegada do governo territorial a transformação urbanística pela qual a cidade passou era nítida, porém observou-se através dos depoimentos dos moradores que muitos não tiveram acesso ao progresso tão divulgado por Janary Nunes e seus correligionários. Passados pelo menos dez anos de governo água encanada, luz elétrica e esgoto por exemplo eram benefícios usufruídos apenas pelos moradores do centro da cidade de acordo com o depoimento de Antonia Maria. Outro problema enfrentado pela população mais pobre era a falta de condições financeiras o que impedia o acesso de boa parte da população a novos tipos de alimentos, impossibilitados de ter acesso a novos alimentos essa parcela da população não podia desenvolver aquele “poder de eleição consciente” que era o cerne da política do SAPS.

Além da inacessibilidade pela falta de condições financeiras da população verificou-se também a ineficácia de muitas ações do governo em atingir toda a população, uma vez que muitos dos planos traçados no Relatório não foram postos em prática ou se foram não chegaram à parcela da população representada pelos entrevistados desta pesquisa como por exemplo os cursos para as mães e as aulas de técnicas agrícolas que só foram inseridas na escola profissional de Macapá e nas unidades rurais o que não contemplava toda a sociedade. O jornal *Amapá* não possuía uma grande

tiragem e o grande número de analfabetos tornavam as publicações sobre a “boa alimentação” feitas no periódico ineficazes.

Foi demonstrado ao longo destas páginas que muitas das propostas do governo de Janary Nunes para alimentação sequer chegaram para grande parte da população macapaense, aqueles que não possuíam muitos recursos financeiros ficaram à margem deste processo de transformação alimentar. A impossibilidade de acesso a essas novas ideias, seja pela falta de alfabetização, pela não concretização de muitos projetos ou mesmo pelo desvirtuamento dos objetivos alimentícios para outros fins fizeram com que os macapaenses que não estavam inseridos em determinadas camadas sociais não sofressem influência em seus paladares dessa nova alimentação. Dessa forma, o consumo de peixes, frutas, verduras e legumes típicos da região, farinha, carnes de animais silvestres, enfim, a base da alimentação da parcela da população que já vivia por aquelas terras antes do Território permaneceu após sua instalação, porém, é possível vislumbrar, ainda nas falas de alguns entrevistados, pequenas inclusões de novos alimentos nos cardápios como no caso do leite industrializado quando João Silva diz que muitos não gostavam, mas acabavam tomando. Dante Costa (1951) afirmava que as crianças eram mais suscetíveis a mudanças na alimentação do que os adultos o que explica em parte as falas dos entrevistados, João Silva e Antonia Maria eram crianças durante o período pesquisado e frequentaram a escola, o que provavelmente diminuiu a resistência ao leite industrializado enquanto que é provável que Josefa da Silva e Marinhos dos Santos tenham demonstrado uma resistência muito maior ao consumo do alimento.

É preciso salientar ainda que algumas medidas propostas pelo governo do Território Federal do Amapá se caracterizam como medidas de médio e longo prazos e que uma análise limitada rigorosamente aos 16 anos de duração do mandato de Janary Nunes impossibilita a averiguação dos desdobramentos destas propostas e a sua relativa absorção pela população. É preciso observar também que houve aquelas propostas que não tiveram como escopo mudar a alimentação da população, mas que interferiram, mesmo que indiretamente, como é o caso da migração para a cidade de Macapá. O objetivo desta pesquisa não é de responder a todas as questões sobre o tema analisado, muito pelo contrário, a ambição deste estudo é provocar novas reflexões acerca do tema, pois ainda há muitas questões a serem revisitadas e melhor exploradas. Espero que este estudo venha contribuir de alguma forma para a historiografia amapaense e brasileira.

FONTES

Resenha do SAPS (1945).

Revista do SAPS 1º Ano completo.

Revista do SAPS 2º Ano Números 13, 17-19 e 23-25.

Revista Brasileira de Geografia 1942, Ano IV, Nº 4.

Jornais *Amapá* 1945-1956.

Jornal *A Manhã* 1940-1945.

Relatório das Atividade do Governo (1946).

Livro *Confiança no Amapá* (1962), Janary Gentil Nunes

Entrevista concedida por Josefa Lina da Silva no dia 09 de julho de 2016.

Entrevista concedida por Marinho Ramos dos Santos no dia 11 de julho de 2016.

Entrevista concedida por João Câncio Picanço no dia 07 de julho de 2016.

Entrevista concedida por Antonia Maria dos Santos Brito no dia 07 de julho de 2016.

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

_____. *Doces de ovos, doces de freiras: a doçaria dos conventos portugueses no livro de receitas da irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729)*. *Cad. Pagu* [online]. 2002, n.17-18, pp. 397-408.

ARAÚJO, Maria da Purificação Nazaré; COSTA-SOUZA, Jamacy; TRAD, Leny Alves Bomfim. *A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.17, n.4. 2010, p. 975-992.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A história da historiografia pós Giro Linguístico: para além da metáfora dos lugares*. *História da Historiografia*. Ouro Preto / Edufop, 2010, número 4, março 2010, 410pp.

ARON, Jean-Paul (1995). *A cozinha: um cardápio do século XIX*. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BARROS, José D'assunção (2011). *História e Saberes Psi – Considerações Interdisciplinares*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.8, n.2, p. 252-285, Jul./Dez.

_____. *Sobre a feitura da micro-história* In: OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewFile/9336/6428>>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

BARROS, Maria Sylvia Carvalho; José Carlos TARTAGLIA. *A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas*. Alim. Nutr., Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003

BEZERRA, José Arimatea Barros. *Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1. 2012, p.157-179.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Vivian. *Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação*. Piracicaba, Saúde em Revista, 2004, 6(13): 37-44 Acesso em 19/03/2015. Disponível em <<http://goo.gl/zcISsD>>.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.478 de 05 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Lex: Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/8/1940, Página 15173. br:federal:decreto.lei:1940-08-05, 2478

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Lex: Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1943, Página 13731. br:federal:decreto.lei:1943-09-13, 5812

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII*. Vol. 1, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 341.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFE, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p. 167-178.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios de História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARNEIRO, Henrique. *Comida e Sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

_____. *Comida e Sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. Resenha de REZENDE, Marcela Torres. A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades. Estudos Históricos, nº 33, p. 175-179, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2011. p. 954.

CASTRO, Alder Homero Fonseca de. O fecho do Império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 129-194.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 318.

CAVLAK, Iuri. *A História do Norte da América do Sul: Brasil, Guianas e Suriname*. In: Simpósio Nacional de História. 27. 2013. Natal. Anais Eletrônicos do Simpósio. Acesso em: 10 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364339527_ARQUIVO_Textocompleto.pdf>.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CHARTIER, Roger. *A “nova” história cultural existe?* In História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações”. LOPES, Antônio Herculano, PESAVENTO, Sandra Jatahy, VELLOSO, Mônica Pimenta (orgs.). *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro, 7letras, 2006.

CIDRACK, Marlene Lopes. *Escola Agnes June Leith. Formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação*. 2010. 186f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2010.

COSTA, Dante. *Alimentação e progresso: o problema no Brasil – alguns aspectos sociais da alimentação humana*. Rio de Janeiro, DF: Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1951.

_____. *A nutricionista: sua responsabilidade e sua alma*. Coleção Ensaio e Debate alimentar. Rio de Janeiro: SAPS, 1958.

_____. *Tratado de Nutrição. Fisiologia, química, bioquímica, clínica, terapêutica, introdução à Dietética*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1947. COSTA, D. *Bases da alimentação racional - Orientação para o brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. *Merendas escolares: vinte e cinco sugestões de merendas para crianças escolares brasileiras*. Rio de Janeiro, DF: Imprensa Nacional, 1943.

_____. *Problemas de educação alimentar em países de pouco desenvolvimento econômico*. Coleção estudo e pesquisa alimentar - 38. Separata da Revista Brasileira de Medicina, vol. XIV. Rio de Janeiro, setembro de 1957, nº 9, pág. 650.

DELGADO, Lucília. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. Encontro HISTÓRIA ORAL, 6, 2003, p. 9-25.

_____. *Memória, história e sujeito: substratos da identidade*. História Oral, 3, 2000, p. 109-116.

DUARTE, Rosália. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Tradução brasileira de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1990.

_____. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Tradução brasileira de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 2, 1993.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Sede de Leitura: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação Social da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora*. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

_____. *Arroz e feijão, discos e livros: história e memórias do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS (1940-1967)*. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

_____. *A arte de comer bem: nutricionistas e visitadoras de alimentação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS (1940-1967)* In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. Jul. 2011. Acesso em 16/09/2015. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307990025_ARQUIVO_anpuh2011corrigidoesemresumo.pdf>.

_____. *O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS): Trabalhadores e políticas públicas de alimentação (1940-1967)*. In: Anais do XIV Encontro de Regional da Anpuh - Rio – História e Patrimônio. Rio de Janeiro. Jul. 2010. Acesso em 16/09/2015. Disponível em: <www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1277294268_ARQUIVO_ResumoetextoANPUH2010ServicodeAlimentacaodaPrevidenciaSocial_SalvoAutomaticamente_.pdf>.

GOMES, Angela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In PANDOLFE, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p. 53-72.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 319.

GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 407.

GONÇALVES, José Reinaldo Santos. *A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo*. In: Estudos Históricos: Alimentação nº 33, p. 40-55, 2004.

GRANGER, Stéphane. *O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia*. Revista Cantareira, Edição 17/Jul. – Dez. 2012, p. 33. Dossiê Guerras, Conflitos e Tensões. Acesso em 10 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a2.pdf>>.

HUNT, Lynn. (org.) (1992). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes.

LEAL, Maura. *A (onto)gênese da nação nas margens do Território Nacional: “O projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)”*. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança institucional e táticas de sobrevivência em Macapá*. 2013. 240 f. Tese de Doutorado. São Paulo (USP). 2013.

_____. *Federalização da fronteira: A criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956)*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., 2014. p. 272-286. Acesso em 09/05/2016. Disponível em: < <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/210/pdf>>.

_____. *Educação na fronteira da modernização: A política educacional no Amapá (1944 - 1956)*. Dissertação de Mestrado. 2009. 159 f. São Paulo (USP), 2009.

MANZINI Eduardo José. *Considerações sobre a transcrição de entrevistas*. Acesso em 09 de agosto de 2016 Disponível em: www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista

MARINO NETTO, Luiz. *Acerola: a cereja tropical*. São Paulo, SP: Livro Nobel/Dieberguer, 1986. 94p.

MAURIZIO, Adam (1932). *Histoire de l'Alimentation végétale depuis la préhistoire jusqu'à nous jours*. Paris: Payot.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique (1997). *A História da Alimentação: balizas historiográficas*. In. Anais do Museu Paulista – História e cultura material. São Paulo: USP, V. 5 – jan/dez. p. 9 -9.

MOTINHA, Katy. *A Festa do Divino Espírito Santo: espelho da cultura e sociabilidade na Vila Nova de Mazagão*. 2003. 346 f. Tese de Doutorado. São Paulo (USP), 2003.

MUNIZ, Érico Silva Alves. *Comida, trabalho e assistência social: A alimentação na agenda política brasileira (1939-1947)*. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em História das Ciências). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro. 2014.

_____. *Seus estômagos não recebiam comidas quentes: Nutrição e Assistência Social na cidade de Fortaleza (1939-1947)*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. Jul. 2015. Acesso em 21/09/2015. Disponível em: <www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428166784_ARQUIVO_Muniz,ÉricoSilva.Anpuh2015.pdf>.

_____. *“Melhorar a alimentação do trabalhador nacional”: O papel da assistência social e da educação no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1940-1967*. In. Anais da I Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. Out. 2011. Acesso em 21/09/2015. Disponível em: <www.jornadappghcs.coc.fiocruz.br/images/Anais_Eletronico/erico_muniz.pdf>.

NUNES FILHO, Edinaldo. *A base aeronaval norte-americana do Amapá-Brasil pós-Segunda Guerra Mundial*. Revista Portuguesa de História – t. XLV (2014) – p. 299-323. Acesso em 02 de maio de 2016. Disponível em <www.dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_13>.

PERULLO, Nicola. *O gosto como experiência: ensaio sobre filosofia e estética do alimento*. Tradução Alessandro Valério. São Paulo: SESI-SP Editora, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PORTO, Jadson. *Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000*. 2ª Ed. Macapá: Edição do Autor, 2007, p. 111.

REZENDE, T. V. F. de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 336 f. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. Acesso em: 10 de outubro de 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/>.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, B (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Vol. 3, Tomo III, São Paulo: DIFEL. 1981. p. 507-556.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *A cultura na ponta do garfo: estética e hábitos alimentares na cidade de São Paulo – 1890/1920*. Cad. Pagu [online]. 2012, n.39, pp. 177-200.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. “A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 42, 2005, p. 11-31.

SECRETO, Maria Verônica. *A ocupação dos “espaços vazios” no Governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135. Acesso em 10/05/2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288/431>>.

SILVA, André Leme da. *Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil*. Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 141-163, jan.- abr. 2011

TORRANO, José Antônio Alves. *Hesíodo - Teogonia. A origem dos Deuses*. Estudo e tradução. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995. 121 p.

TURPIN, Maria Elena. *A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional*. 2008. 160f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Agrícola e Agrária) – Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, São Paulo.

VAINFAS, Ronaldo. História Das Mentalidades E História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) (1997). *Domínios de História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 127-162.